

ANAIS



I SIMPÓSIO DA REDE DE PESQUISAS EM NARRATIVAS, GÊNERO \neq POLÍTICA

NARRATIVAS COM MULHERES: EXPERIÊNCIAS ACADÉMICAS, PROFISSIONAIS E MILITANTES

1 e 2 de setembro de 2016 | Belo Horizonte | PUC Minas

Organização:
Luciana Kind
Rosineide Cordeiro
João Henrique de Sousa Santos
Nayene Gonçalves Vieira





I SIMPÓSIO DA REDE DE PESQUISAS EM
NARRATIVAS, GÊNERO $\&$ POLÍTICA
NARRATIVAS COM MULHERES: EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS, PROFISSIONAIS E MILITANTES

1 e 2 de setembro de 2016 | Belo Horizonte | PUC Minas

ANAIS

Organização:
Luciana Kind
Rosineide Cordeiro
João Henrique de Sousa Santos
Nayene Gonçalves Vieira



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

REITOR

Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

PRÓ-REITOR DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Rômulo Albertini Rigueira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E DE PÓS-GRADUAÇÃO

Sérgio de Moraes Hanriot

PRÓ-REITOR DE GESTÃO FINANCEIRA

Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wanderley Chieppe Felippe

DIRETORA DA FACULDADE DE PSICOLOGIA

Betânia Diniz Gonçalves

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Maria Inês Martins

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-

GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Roberta Carvalho Romagnoli

Kind, Luciana.

K514a

Anais do I Simpósio da Rede de Pesquisas em Narrativas, Gênero e Política: narrativas com mulheres - experiências acadêmicas, profissionais e militantes. / Luciana Kind, Rosineide Cordeiro, João Henrique de Sousa Santos e Nayene Gonçalves Vieira, organizadores. - Belo Horizonte: PUC Minas/Clock-Book, 2016.

310p.

ISBN: 978-85-92525-10-1

1. Estudos de Gênero. I. Título. II. Organizadores.

CDD: 305

CDU 305-055.2

1ª Edição – 2016. Todos os direitos reservados.

Clock-Book é uma marca da Clock-t Edições e Artes.

Brasil

Clock-t Edições e Artes

Av. Fioravante Rossi, 3300
Colatina - ES, CEP 29.704-424

Tel: (27) 9-9995-5853

contato@clock-t.com

clock-t.com/clock-book

Estados Unidos

Clock-Book Press

500 N Michigan Avenue, #600

60611 Chicago, IL

(312) 380-0292

usoffice@clock-t.com

clock-t.com/us-office

REALIZAÇÃO

PUC Minas
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
GRUPO DE PESQUISA NARRATIVAS, GÊNERO E SAÚDE (NaGeS)

UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PODER, CULTURA E PRÁTICAS
COLETIVAS (GEPCOL)

PARCERIA

GRUPO DE TRABALHO COTIDIANO E PRÁTICAS GRUPAIS (ANPEPP)
GRUPO DE PESQUISA NARRATIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES (GPNEP, UFU)
DeVERSO: GRUPO DE PESQUISA EM SEXUALIDADES, SAÚDE E POLÍTICA (JEM)
NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CONEXÕES DE SABERES (UFMG)
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE GÊNEROS, CIÊNCIAS E CULTURAS
(HYPATIA, UFPE)
FACULDADE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS GERAIS (FCMMG)

APOIO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
(CAPES)
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – MINAS GERAIS (CRP-04)
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP)
FACULDADE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS GERAIS (FCMMG)
PROGRAMA BH DE MÃOS DADAS CONTRA A AIDS
LIVRARIA DO PSICÓLOGO E EDUCADOR
NÚCLEO DE EXPERIMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA
EDITORIA CLOCK-BOOK
AIRÁ EVENTOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
COMISSÕES	9
PROGRAMAÇÃO	12
PÔSTERES	16
COMUNICAÇÃO ORAL.....	49
GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	50
MULHERES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	121
NARRATIVAS – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	171
DIVERSIDADE E DESAFIOS DO FEMINISMO	229
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO.....	271
A ESCRITA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – DIMENSÕES ÉTICAS, ESTÉTICAS E POLÍTICAS	296
ÍNDICE DE AUTORAS E AUTORES	305

APRESENTAÇÃO

O *I Simpósio da Rede de Pesquisas em Narrativas, gênero e política* tem como tema geral *Narrativas com Mulheres: experiências investigativas, profissionais e militantes*. A primeira edição do evento foi pensada como espaço de interlocução interdisciplinar e interinstitucional, com explícita intenção de produzir diálogos entre acadêmicos, representantes de serviços públicos e de movimentos sociais. O eixo temático pressupõe que histórias de, com e para mulheres são produzidas cotidianamente em propostas de pesquisa em diferentes campos do conhecimento, em práticas profissionais e em contextos de militância. O Simpósio se abre como espaço de compartilhamento dessas múltiplas histórias.

Na elaboração da proposta de evento, além da parceria formal entre os grupos de pesquisa Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS) da PUC Minas e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL), da UFPE, estreitou-se a parceira com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), e com a pesquisadora estrangeira Isabel Maria Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique). Outros grupos de pesquisa tornaram-se parceiros na tecedura do evento: Grupo de Pesquisa Narrativa e Formação de Professores (GPNEP, UFU); DeVerso: grupo de pesquisa em sexualidades, saúde e política (UEM); Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gêneros, Ciências e Culturas (HYPATIA) e o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (UFMG). Em contexto local das relações institucionais para a organização do evento, estão articuladas a PUC Minas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Faculdade de

Ciências Médicas e o Conselho Regional de Psicologia (CRP-04).

A chamada de trabalhos acompanhou o objetivo do Simpósio, no esforço de acolher relatos de experiências acadêmicas, profissionais e militantes, filiados a pelo menos um dos seguintes eixos temáticos, em sintonia com suas respectivas descrições:

1) Gênero e políticas públicas: análise das políticas públicas para as mulheres em diferentes áreas; construção de políticas públicas transversalizadas por discussões de gênero, raça etnia, geração, sexualidade; contribuição do feminismo para as políticas públicas de gênero; análise de discursos e práticas no cotidiano das políticas públicas.

2) Mulheres e participação política: diferentes expressões da participação política das mulheres; problematizações acerca do protagonismo de mulheres na vida política; relações de poder no cotidiano de mulheres ocupando posições políticas em cargos eletivos, gestão de serviços públicos, representação em movimentos sociais e em organizações da sociedade civil. A baixa participação das mulheres no Brasil nas instâncias de poder político.

3) Narrativas - questões teóricas e metodológicas: desafios na definição de objetos de pesquisa que envolve narrativa; a produção de material empírico e os desafios éticos na relação entre pesquisadoras/es e participantes de pesquisas; a questão do anonimato na produção de narrativas; experimentações na análise de dados e na escrita derivada do trabalho com narrativas.

4) Diversidade e desafios do feminismo: Epistemologias e teorias feministas; diferentes expressões do movimento

feminista; os desafios dos feminismos frentes às desigualdades de gênero, classe, raça, geração e sexualidade; os feminismos negros, popular, pós-coloniais, descolonial; feminismos, arte, cultura e tecnologia.

5) Desafios e possibilidades da relação entre a pesquisa e extensão: a interface entre pesquisa, ensino e extensão; as diferentes modalidades da articulação entre pesquisa e extensão; a interdisciplinaridade nas experiências de extensão; a relação entre extensão e o ensino na graduação e pós-graduação; a extensão e a produção científica.

6) A escrita na produção científica - dimensões éticas, estéticas e políticas: os diferentes modos de escrita inventiva nas práticas acadêmicas, interventivas e militantes; as (im)possibilidades criativas nas narrativas científicas; os endereçamentos e alcance das narrativas científicas a públicos acadêmicos e não acadêmicos. A escrita acadêmica e os gêneros textuais das artes.

As pessoas que se inscreveram garantiram diversidade institucional, interdisciplinar e regional para o evento. Os Anais mostram que o evento é palco de trabalhos de pesquisadores, profissionais e militantes provenientes de todas as regiões do Brasil e de variadas áreas de conhecimento (Psicologia, Educação, Estudos Linguísticos, Comunicação Social, História, Sociologia, Saúde Coletiva, Serviço Social) e de atuação profissional (políticas de saúde, de proteção social, de educação, de segurança, experiências de estágio e projetos sociais). Agradecemos às autoras e autores dos trabalhos, pois compreenderam de modo preciso a proposta do evento e submeteram seus trabalhos; mobilizaram-se de diferentes instituições de todo o país para estarem conosco nesses dois dias que abrem o mês de setembro de 2016. Agradecemos,

ainda, aos/as colegas do Grupo de Trabalho Cotidiano e Práticas Sociais, que abraçaram o Simpósio conosco, fazendo-se presentes nas atividades da Programação, na comissão científica e como avaliadores/as *ad hoc* dos textos relacionados ao evento.

O evento não ocorreria sem o apoio institucional da PUC Minas. Somos gratas pelos demais apoios recebidos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-04), do Conselho Federal De Psicologia (CFP), da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), do Programa BH de Mão Dadas contra a Aids, da Livraria do Psicólogo e Educador. Enriqueceu nosso encontro as parcerias com o Núcleo de Experimentação Publicitária da PUC Minas, com a Editora Clock-Book e a Airá Eventos. Desejamos que os diálogos sejam frutíferos e que a rede de pesquisas em narrativas, gênero e política se estenda em outras edições do Simpósio.

Belo Horizonte, setembro de 2016.
A Comissão Organizadora

COMISSÕES

COMISSÃO ORGANIZADORA

Luciana Kind (PUC Minas)
Rosineide Cordeiro (UFPE)
Betânia Diniz Gonçalves (PUC Minas)
Carolina Marinho (PUC Minas)
Cláudia Natividade (Faculdade Ciências Médicas; CRP-04)
Dilma Maria de Mello (UFU)
Isabela Saraiva de Queiroz (PUC Minas)
Letícia Cardoso Barreto (UFMG)
Murilo dos Santos Moscheta (UEM)
Vívian Matias dos Santos (UFPE)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Carolina Campagnole dos Santos (Centro Universitário UNA)
João Henrique de Sousa Santos (Fead)
Nayene Gonçalves Vieira (PUC Minas)
Patrícia Chaves do Nascimento (PUC Minas)
Elizângela Costa (Airá Eventos)

COMISSÃO DE APOIO

Aline Ketley Cirino de Mello (PUC Minas)
Andreia Resende dos Reis (PUC Minas)
Áquila Bruno (UFMG)
David Brisco (PUC Minas)
Débora Cavalcanti dos Santos (UFPE)
Diogivânia Maria da Silva (UFPE)
Emilene Araujo de Souza (PUC Minas)
Fernanda Duarte Sousa Hott (Faculdade Pitágoras)
Fernanda Sardelich Nascimento Gomes (UFPE)

Giliane Cordeiro Gomes (UFPE)
Iris Sunsyaray (UFPE)
Karolina Ferreira Bicalho (PUC Minas)
Maristela Júlia Fernandes (PUC Minas)
Misael Avelino da Silva (PUC Minas)
Nathália Diógenes (UFPE)
Rebeca Ramany Santos Nascimento (UFPE)
Sarah Lucas Carneiro (PUC Minas)
Stephanie da Silva Cendrethe (PUC Minas)
Thaís Cecília dos Santos Brito (UFPE)
Vanessa Souza Eletherio de Oliveira (UFPE)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Cristina Ostermann (Unisinos)
Clarissa Mendonça Corradi-Webster (USP Ribeirão Preto)
Dolores Cristina Galindo (UFMT)
Flavia Cristina Silveira Lemos (UFPA)
Gustavo Corrêa Matta (Fiocruz)
Heliana Conde de Barros Rodrigues (UERJ)
Jacqueline Isaac Machado Brigagão (USP)
Jaileila de Araújo Menezes (UFPE)
Jefferson de Souza Bernardes (UFAL)
Jorge Lyra (UFPE)
Laura Vilela e Souza (USP Ribeirão Preto)
Leandro Belinaso Guimarães (UFSC)
Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (UFAL)
Maria Ignez Costa Moreira (PUC Minas)
Maria Juracy Filgueiras Toneli (UFSC)
Maria Lúcia Miranda Afonso (Centro Universitário UNA)
Maristela de Melo Moraes (UFCG)
Mônica Rodrigues Costa (UFPE)
Renata Lira dos Santos Aléssio (UFPE)
Roberta Carvalho Romagnoli (PUC Minas)
Renata Patricia Forain de Valentim (UERJ)

Teresa Almeida Cruz (UFAC)
Thelma Maria Grisi Velôso (UEPB)
Vera Sonia Mincoff Menegon (PUC-SP)

PROGRAMAÇÃO

QUINTA-FEIRA

01 de setembro de 2016

08:00 - 17:00

Credenciamento

09:00 - 09:30

Sessão de abertura

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC Minas

Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas

Diretoria da Faculdade de Psicologia

Coord. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Conselho Regional de Psicologia (CRP-04)

Mediação: Luciana Kind (PUC Minas)

09:30 - 12:00

Painel I: Entrelaces da Rede de Pesquisadoras/es em Narrativas, Gênero e Política

Dilma Maria Mello (UFU)

Vívian Matias dos Santos (UFPE)

Marcos Reigota (Uniso)

Ricardo Santhiago (Unicamp)

Luciana Kind (PUC Minas)

Mediadora: Betânia Diniz Gonçalves (PUC Minas)

12:00 - 13:30

Pausa para almoço

13:30 – 14:00

Apresentações simultâneas de Pôsteres

14:00 - 15:30

Sessões simultâneas de Comunicação Oral

15:30 – 16:00

Café com causo + Cabine de vídeo

16:00 - 17:30

Mesa Redonda I - Mulheres e participação política

Isabel Maria Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Heliana Conceição de Moura (MNCP)

Josivânia Ribeiro Cruz Souza (MMTR-Sertão Central de Pernambuco).

Mediadora: Cíntia Maria Teixeira (Fead; PUC Minas)

17:30- 18:00

Sessão de Síntese do primeiro dia

Benedito Medrado-Dantas (UFPE)

SEXTA-FEIRA

02 de setembro de 2016

08:00 - 12:00

Credenciamento

08:30 - 10:00

Mesa Redonda II - Feminismos contemporâneos

Cláudia Mayorga (UFMG)

Diogivânia Maria Silva (UFPE)

Juliana Perucchi (UFJF)

Mediadora: Isabela Saraiva de Queiroz (PUC Minas)

10:00 - 10:30

Café com lançamento de livros + Cabine de vídeo

10:30 - 12:00

Painel II – Produção acadêmica como forma de diálogo entre universidade, Estado e sociedade civil

Mary Jane Paris Spink (PUC-SP)

Lenise Santana Borges (Grupo Transas do Corpo; PUC-GO)

Andreia dos Reis Resende (FHEMIG; PUC Minas)

Rosineide Cordeiro (UFPE)

Mediadora: Cláudia Natividade (CRP-04; Faculdade Ciências Médicas)

12:00 - 13:30

Pausa para almoço

13:30 - 15:00

Sessões simultâneas de Comunicação Oral

15:00 – 15:30

Café com causo + Cabine de vídeo

15:30- 17:00

Mesa Redonda III – Narrativas e Cinema

Débora Diniz (UnB)

Eduardo de Jesus (PUC Minas)

Murilo dos Santos Moscheta (UEM)

Mediadora: Carolina Marinho (PUC Minas)

17:00 – 18:30

Sessão de encerramento (Conferência + Síntese)

Conferência de encerramento

Isabel Maria Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Mediadora: Rosineide Cordeiro (UFPE)

Síntese do segundo dia

Emerson Fernando Rasera (UFU)

PÔSTERES

A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

Emerson Piantino Dias

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
emersonpiantino@ufu.br

Maria Ignez Costa Moreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
maigcomo@uol.com.br

Estudo de Revisão Integrativa que objetivou identificar e caracterizar o conhecimento produzido sobre a violência contra mulheres e o enfrentamento dessa violência pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). Como orientação da pesquisa utilizou-se a seguinte pergunta norteadora: Quais são as dificuldades encontradas pelos profissionais da ESF em relação ao atendimento as mulheres vítimas de violência? Para a realização da revisão foi feito um levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Estratégia Saúde da Família; Gênero e Saúde; Violência Contra a Mulher. De 24 artigos encontrados, 10 foram selecionados e distribuídos em duas categorias: O trabalho em rede com mulheres em situação de violência e Limites e necessidades profissionais para o enfrentamento da violência de gênero. Para a seleção dos artigos foram pautados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos científicos disponíveis na íntegra, com acesso gratuito e que respondessem à pergunta norteadora; estudos disponíveis em inglês, português ou espanhol. Como critérios de exclusão: não fizeram parte deste estudo, artigos que não estivessem disponíveis na íntegra, artigos cujo tema não se referia a questão norteadora, artigos que estivessem repetidos, e quaisquer outros documentos que

não fossem artigos científicos. Os dados foram pautados entre os anos de 2011 a 2015, e as bases de dados incluídas foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados em Enfermagem (BDENF), Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos e Rede pan-americana de informação e documentação em engenharia sanitária e ciências do ambiente (REPIDISCA). A conclusão do estudo mostra lacunas na formação dos profissionais de saúde para o diagnóstico e intervenção nos casos que decorrem a violência de gênero, bem como uma desarticulação entre a rede de proteção das mulheres vítimas de violência e o atendimento prestado pelas equipes de saúde da família.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família; Gênero e Saúde; Violência Contra a Mulher.

A LEGALIZAÇÃO DO ABORTAMENTO NO DISCURSO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (2011-2014)

Thiago Mikael-Silva

Faculdade Ciências da Vida (FCV)

thiagomikhael@hotmail.com

Alberto Mesaque Martins

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

albertomesaque@yahoo.com.br

Ao longo da história e, até a atualidade, o abortamento passou a ser criminalizado, tornando-se um problema de Saúde Pública devido as consequências dos abortos inseguros. A legalização dessa prática esbarra em discursos contrários e favoráveis, instaurando um debate controverso acompanhado pela mídia brasileira. Sendo esse um dos principais dispositivos na (re)produção discursiva, o presente estudo teve como objetivo analisar os discursos sobre a legalização e descriminalização do abortamento, veiculados pela mídia impressa brasileira. Com base na perspectiva francesa da Análise do Discurso, foram analisadas matérias publicadas entre o período de janeiro de 2011 a agosto de 2014 pelo Jornal Folha de São Paulo. Os resultados encontrados sugerem que a expressão da aparição da legalização do aborto, nos discursos veiculados nas matérias do corpus construído, possui possível relação com nuances dos contextos em voga. O ano de 2011, que sucedia a campanha eleitoral para a presidência, contou com tentativas de silenciamento do tema; já o ano de 2012 foi marcado pela liberação do aborto nos casos de anencefalia, contribuindo para o deslocamento do tema para a ótica da saúde pública, a qual foi fortalecida no ano de 2013 com o apoio do Conselho Federal de Medicina. O primeiro semestre

de 2014, por sua vez, caracterizou-se pela esquiva ao tema por parte dos principais candidatos nas eleições presidenciais. Também foram identificadas a presença de discursos religiosos, sanitários, feministas, midiáticos e eleitoreiros, cada qual com uma concepção distinta sobre a legalização do abortamento. Buscou-se contribuir para a discussão sobre a legalização do aborto no Brasil, sendo necessário refletir sobre o veículo midiático e sua capacidade de legitimação de uma prática que causa controvérsia, mas tem aceitação quando ocorre de modo silencioso e invisível.

Palavras-chave: Legalização do Abortamento; Saúde Pública; Mídia.

AS REPRODUÇÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO UNIVERSO DA CRIMINALIDADE JUVENIL: AS MENINAS E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM BELO HORIZONTE-MG

Walkiria Glanert Mazetto
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
walmazetto@yahoo.com.br

Eliane Aparecida Guimarães
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
elianeguimaraes@ufv.br

Este trabalho tem por objetivo analisar o número de inserções e os tipos de atos infracionais (conduta descrita como crime ou contravenção penal - Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA), das adolescentes do sexo feminino no Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG (PBH), no período de 01/01/2014 a 31/12/2014. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e quantitativa a partir da coleta de dados do Sistema Integrado de Gestão das Políticas Sociais – SIGPS da PBH. Para compreender como é o universo das adolescentes que cumprem medida socioeducativa, partiu-se da hipótese de que existe como pano de fundo neste cenário criminal uma reprodução das desigualdades de gênero. A partir dos dados levantados pode-se observar que no total de 2667 adolescentes, apenas 226 são do sexo feminino, ou seja 9 %. Entre os atos infracionais destacam-se 29% tráfico de drogas, 17% furto, 14% roubo, 11% lesão corporal, 8% porte de arma, entre outros, com menores porcentagens. Na revisão bibliográfica procurou-se discutir as relações de gênero à luz

da cena infracional, problematizando as formas de se perceber o envolvimento na criminalidade diante de práticas consideradas masculinas e femininas. Os autores analisados, a exemplo de Zaluar (1993), Silva (2007), Barcinski (2012), Ridão e colaboradores (2010), Pimentel (2007), Bianchini (2011), Silveira (2005) e Athayde (2007), reconhecem a criminalidade como uma atividade primordialmente masculina e, portanto, a forma de entrada e permanência das mulheres na criminalidade é considerada distinta das práticas masculinas. Quanto aos tipos de atos infracionais praticados pelas adolescentes caracterizam-se por atos que, em maioria, são destituídos de violência e agressividade, que representam muitas vezes, formas de atender a necessidades e vaidades femininas, para sustentaram um estereótipo de beleza, ou para acobertar ou acompanhar o namorado ou companheiro em atividades secundárias. Evidencia-se com base nos dados apresentados neste trabalho que os tipos de atos infracionais cometidos pelas adolescentes refletem a condição feminina submetida à masculina. Considera-se que tanto a quantidade de inserções das adolescentes nos serviços de medidas socioeducativas no município, bem como os tipos de atos infracionais apresentados são importantes indicadores de que a desigualdade de gênero se reproduz no universo da criminalidade juvenil, confirmando a hipótese levantada como objeto de estudo nesta pesquisa.

Palavras-chave: Gênero; Adolescência; Medidas Socioeducativas; Criminalidade.

DA CASA PARA AS POSIÇÕES EXECUTIVAS NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS

Carolina Mota-Santos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

cmmotasantos@gmail.com

Antônio Carvalho Neto

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

carvalhoneto@pucminas.br

Neste trabalho buscou-se compreender que fatores levaram as mulheres executivas brasileiras a chegar e permanecer no topo das grandes empresas situadas no Brasil. A pesquisa é de natureza qualitativa tendo seus dados derivados de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a 47 executivas. Os resultados encontrados podem levar a uma reflexão sobre as dificuldades e barreiras encontradas nas organizações, pelo fato de ser mulher, e, também sobre as experiências tentar conciliar carreira e vida pessoal. As dificuldades e barreiras nas organizações e a ausência de iniciativas empresariais que contribuam com a conciliação família e trabalho, não impediram o crescimento da inserção feminina no mercado e a conquista por cargos de alto escalão. A ideia de que os homens são os únicos donos de poder já entrou em colapso. O retrato das mulheres que estão atualmente no alto escalão é: casadas, com filhos, apesar de terem adiado a chegada deles, com acentuada carga de trabalho profissional e pessoal, mas sem a divisão das tarefas da casa com o marido. Entretanto, os valores de que o homem seja o provedor da casa e a mulher submissa a esse homem preocupa algumas mulheres que estão na alta hierarquia. O receio do “que os outros vão pensar” por elas ganharem mais do que os maridos ainda gera dores de cabeça para algumas. Algumas retornam ao lar, não porque aí

as atividades são melhores, mais atrativas. Estar na presidência tem como consequência um peso muito grande para conciliar vida pessoal e todas as demandas organizacionais exigidas para uma pessoa que é a primeira do topo. Este resultado, apesar de não ter sido em número significativo, diverge da literatura sobre o fenômeno teto de vidro onde as mulheres mais qualificadas têm as atividades fora da empresa como menos atrativas.

Palavras-chave: Carreira Feminina; Fenômeno Teto de Vidro; Executivas; Barreiras; Conciliação casa versus trabalho.

DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS MACHISTAS AOS PROCESSOS DE SUBVERSÃO DO DESEJO DO CORPO FEMININO NA POLÍCIA MILITAR

Bruna Zanolo

Universidade Paranaense (Unipar)

brunazanolo@hotmail.com

Letícia Luque Funayama

Universidade Paranaense (Unipar)

leeluque@hotmail.com

Thais Matsunaga Vieira

Universidade Paranaense (Unipar)

Matsunaga_thais@hotmail.com

Carla Francieli Fernandes dos Anjos

Universidade Paranaense (Unipar)

Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini

Universidade Paranaense (Unipar)

barbrunini@unipar.br

O presente resumo se baseia nas práticas do estágio do 4º ano do curso de Psicologia da Universidade Paranaense (Unipar), que busca trabalhar em instituições militares proporcionando aos acadêmicos uma visão ampliada sobre os processos de violência contidos nesses ambientes, promovendo potencialidade, competências que provoquem ações e atuações de novos olhares de gênero nesse local. Busca também a compreensão dos processos de violência dos quais emergem os maus tratos, as agressões psicológicas, físicas e morais contra mulheres, e de como esses comportamentos são modelados na formação do policiamento, instigando nos

policiais atos contra o gênero feminino. Na visão de Capelle (2010) desde a cultura patriarcal estabelece ao gênero masculino uma figura que se julga o único detentor da racionalidade. Esse princípio de masculinidade toma força desde a descoberta do sexo biológico do sujeito, com processos de repetições de discursos que afirmam um modelo de ser masculino e um modelo de ser feminino construído pela sociedade que por muitas vezes com base na produção da subjetivação machistas acredita-se num patamar superior do homem, somente pelo fato de ser homem. Essa escrita foi provocada pelos movimentos feministas de uma sociedade contemporânea ainda tão misógina e violenta, que pontua o poder hierárquico mantido por atitudes machistas, igualmente presentes no estabelecimento da Polícia Militar. Defendemos ser uma intervenção de múltiplas e dialogadas estratégias pois está em constante repensar junto com seus participantes.

Palavras-chave: Policiamento; Subjetivação; Machista; Violência; Patriarcal.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E GÊNERO: COMPREENDENDO AS PRÁTICAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA DE GÊNERO

Áquila Bruno Miranda

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

aquilabruno@ymail.com

Adla Betsaida Martins Teixeira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

adlaufmg@gmail.com

Diversos estudos têm apontado as questões de gênero como fator determinante para a elaboração de estratégias de cuidado voltadas à saúde da mulher, contudo, constata-se que as práticas de cuidado, presentes nos serviços de Atenção Primária à Saúde, insistem em enquadrar a saúde da mulher dentro de um modelo médico hegemônico centrado, restringindo o olhar para os órgãos e funções reprodutivas. No tocante ao desafio imposto pela violência de gênero, é possível perceber quão necessário é o estudo de práticas orientadas pela prevenção e promoção das diversas expressões de violência, em particular de homens contra mulheres. Mediante essas constatações, o presente estudo tem como objetivo geral: investigar e analisar as práticas de promoção à saúde, realizadas pelas Unidades de Atenção Primária Saúde de uma regional de Belo Horizonte, voltada para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Para este trabalho, optou-se por uma metodologia de pesquisa qualitativa, uma vez que serão lançadas interpretações possíveis para o fenômeno pesquisado. Nesse sentido, para coleta de dados serão realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco enfermeiros da equipe de saúde da família e cinco trabalhadores do NASF, que atuam em distintas unidades de

atenção primária da regional Noroeste-BH. O material coletado será analisado de acordo com a metodologia de Análise de Conteúdo Temática. A pesquisa, em desenvolvimento, tem com término previsto em janeiro de 2018. Com ela, espera-se contribuir para o aperfeiçoamento de espaços para um efetivo diálogo entre os diversos saberes comprometidos com o combate violência de gênero, a fim de criar estratégias para a garantia e acesso a elevadas condições de desenvolvimento social, de educação e saúde.

Palavras-chave: Violência de gênero; Educação em Saúde; Atenção Primária à Saúde.

GÊNERO NA ESCOLA: REFLETINDO SOBRE O COTIDIANO

Luisa Aguiar Mota
Centro Universitário UNA
luisaaguiar11@hotmail.com

Simone Francisca Oliveira
Centro Universitário UNA
si.fos@hotmail.com

Este trabalho propõe a reflexão com adolescentes (de 13 a 15 anos) de uma escola municipal de Belo Horizonte - MG, sobre as várias formas de preconceito, discriminação e violência de gênero, sofridas especialmente, pelas mulheres. Teve como objetivo apresentar aos alunos o conceito de gênero e, a partir do conhecimento da concepção destes sobre o que é ser homem e o que é ser mulher e o papel, identidade social atribuído para cada um destes sujeitos, propiciar momentos reflexivos sobre a possibilidade de mudança nas relações de gênero na vida de cada um e na sociedade. Foram realizadas seis oficinas, no primeiro semestre de 2014, atendendo ao total de 40 alunos. Para as oficinas foram escolhidas como temas geradores reportagens referentes ao tema vinculadas nas redes sociais e meios de comunicação. Foram discutidas, entre outras, a criação do "vagão rosa" no metrô de São Paulo e a Campanha "Eu não mereço ser estuprada". Assim, buscamos possibilitar que os adolescentes pudessem reconhecer e refletir sobre as várias formas de violência contra a mulher e sobre o papel de cada um na perpetuação e possível mudança deste cenário. Observamos com a discussão concepções enraizadas sobre o lugar da mulher e do homem na sociedade no contexto destes adolescentes, por exemplo, como a atribuição das tarefas domésticas somente às mulheres e o papel de provedor aos homens. A partir disto, constatamos que

discutir sobre gênero com adolescentes seja uma ação de cunho preventivo e emancipador visando que esta visão, concepção de hierarquização e violência entre os sexos comece a mudar.

Palavras-chave: Gênero; Processo grupais; Processos formativos.

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PERFIL DE
VULNERABILIDADE E ESCOLARIZAÇÃO ENTRE JOVENS
PARTURIENTES NA MATERNIDADE ODETE VALADARES
EM 2012**

Deborah Kopke Resende

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
deborahkopke@gmail.com

Francisco José Machado Viana

Maternidade Odete Valadares - FHEMIG
fviana55.psc@gmail.com

Hipotetiza-se com esta pesquisa que a causa da gravidez na adolescência se relaciona principalmente ao baixo nível de escolaridade das adolescentes. O Relatório de situação da população mundial em 2013, do Fundo de População das Nações Unidas, mostra que meninas pobres, com baixa escolaridade têm mais chance de engravidarem. Ainda segundo este documento a educação prepara as meninas para futuros empregos e meios de vida, aumentando a sua autoestima e status, lhes conferindo maior voz nas decisões que afetam suas vidas. A escola é um fator de proteção de vulnerabilidade que contribui para o empoderamento das mulheres, desde a puberdade. Ainda de acordo com o relatório mencionado anteriormente, observa-se que os registros oficiais de gravidez na adolescência sofreram uma redução significativa entre os anos de 2000 e 2012. Entretanto, percebe-se que há um grupo que ainda se mantém resistente à essa mudança e continua a engravidar na adolescência. Esta pesquisa objetiva conhecer quem são as meninas que hoje engravidam, qual sua situação de escolaridade e que histórias podemos encontrar relatadas nas suas consultas de pré-natal. Para isto, está sendo realizado um estudo retrospectivo e

estatístico, utilizando como fonte de dados os prontuários das adolescentes atendidas tanto no ambulatório quanto na internação da Maternidade Odete Valadares no ano de 2012. Os resultados preliminares sugerem um baixo índice de complicações durante e após a gravidez na adolescência (13% dos casos) o que confirma a hipótese de que adolescência por si só, não é um fator de risco gestacional; revela a ocorrência de violência sexual em 5% dos casos; aponta que 93% dos casos se referem à primeira gestação, e evidencia a Sífilis como única DST encontrada. Por fim, ressalta-se que há uma ausência de dados sobre a escolaridade das adolescentes que fizeram o pré-natal na Maternidade Odete Valadares, o indica pouca preocupação dos profissionais que abordam as adolescentes para essa temática.

Palavras-chave: Gravidez; Maternidade Odete Valadares; Adolescência; Escolaridade.

GT - GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE

*Andressa França Amorim
Prefeitura Municipal de Contagem
andressaframom@gmail.com*

A escola é um ambiente onde as relações de gênero permeiam todas as outras relações. Sendo estabelecidas na lógica da disputa de poder, a desigualdade de gênero encontrada na sociedade é reproduzida no espaço escolar. Contudo, acreditamos que por meio da educação podemos contribuir para implementar mudanças significativas na construção da igualdade de gênero. Pensando nessa questão, a Secretaria Municipal de Educação de Contagem, por meio do DECADI, Departamento Educacional de Ações Afirmativas e Diversidade criou em 2007 o Programa Gênese com o objetivo de proporcionar uma educação inclusiva na perspectiva de gênero. Umas das ações mais significativas desse programa é a formação continuada de educadoras(es) por meio de GT (Grupo de Trabalho) realizada no horário de trabalho das(os) professoras(es). O objetivo dessa formação é sensibilizar e qualificar as(os) cursistas para atuarem em seu ambiente escolar de forma a promover maior igualdade de gênero. O GT de gênero, sexualidade e diversidade é realizado ao longo de um semestre letivo, contando com a contribuição de profissionais acadêmicos - mestras/es e/ou doutoras(es) - e promove uma certificação em média de 40 cursistas que podem utilizar esse título para progressão no plano de carreira da Rede Municipal de Contagem. O recrutamento das pessoas participantes se faz por adesão e abrange profissionais da educação de todos os níveis de ensino da Rede Municipal e FUNEC de Contagem incluindo todos os setores da escola. A formação é constituída por horas presenciais e, para sua complementação, as/os cursistas são orientadas(os) a

desenvolverem um projeto de intervenção com a temática. Porém, percebemos que essa intervenção não se restringe apenas às horas exigidas pelo curso como também alavanca uma mudança estrutural na atuação dessas pessoas como educadoras. Como as reflexões de gênero perpassam a vida das pessoas que frequentam a formação, os resultados se encontram também na transformação gradativa do sujeito, envolvendo uma transformação em sua vida pessoal e de seus pares, bem como, a vida das/os educandas/os e da comunidade escolar como um todo, contribuindo para uma educação inclusiva e abrindo oportunidades para aquelas crianças e adolescentes que eram limitadas pelo machismo, sexismo e LGBTfobia.

Palavras-chave: Formação de professores; Gênero; Educação; Diversidade; Sexualidade.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: DO MASCARAMENTO DE SEUS DIREITOS A VIOLAÇÃO

Eliane Aparecida Calhiari
Universidade Paranaense (Unipar)
eliane_calhiari@hotmail.com

Leticia Rodrigues da Silva Santos
Universidade Paranaense (Unipar)

Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini
Universidade Paranaense (Unipar)

Apesar de ser nítida a necessidade de uma atenção voltada aos corpos diferentes, ou da exclusão, parece estranho, pensar em sujeitos submetidos às práticas discursivas e não discursivas que refletem em nossa sociedade contemporânea, características de um sistema disciplinador, comprometido com o dever de punir todo e qualquer corpo da transgressão, da desordem, do desequilíbrio e da anormalidade. Adentrando no sistema prisional brasileiro e mais especificamente nos femininos percebe-se discursos que produzem um olhar essencialista de gênero que se caracteriza nas relações desiguais o qual favorece inúmeros estigmas para a mulher que se encontra nessas instituições. De acordo com as autoras Miyamoto e Krohling (2012) se a função básica da prisão é a punição, a mulher acaba sendo então punida duas vezes primeiro por cometer o delito, e segundo por não cumprir seu papel social de passividade e conformação com seu espaço social. A Cartilha da Mulher Presa (2011) enfatiza que os espaços físicos sejam distintos àqueles destinados aos homens e a segurança desses espaços femininos deverá ser realizada por agentes do sexo feminino. A mulher em situação de cárcere “tem direito à assistência à saúde, respeitadas as

peculiaridades da sua condição feminina” (Conselho Nacional de Justiça, 2011, p. 12). Objetivou-se neste trabalho a reflexão sobre a mulher em situação de cárcere, com provocações sobre este ambiente, do espaço ocupado na sociedade e os locais onde segregava e guarda os sujeitos de sua intenção. No presente trabalho, a genealogia foucaultiana se fez referencial de grande importância na denúncia das relações de poder sobre os corpos femininos subalternos. As mulheres em situação de cárcere, sofrem no corpo o mascaramento de seus direitos que são colocados em segundo plano. Essas mulheres possuem seus direitos violados, vivenciam a revitimização do processo de exclusão e estigmatização do qual já vivenciam socialmente pelas diversas linhas de atravessamento.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Mulher; Políticas de direitos.

O EMPODERAMENTO PSICOLÓGICO JUNTO A MULHER QUE SE FAZ NO CENÁRIO ATUAL

*Thais Matsunaga Vieira
Universidade Paranaense (Unipar)
matsunaga_thais@hotmail.com*

*Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini
Universidade Paranaense (Unipar)
barbrunini@unipar.br*

*Bruna Zanolo
Universidade Paranaense (Unipar)
brunazanolo@hotmail.com*

*Letícia Luque Funayama
Universidade Paranaense (Unipar)
leeluque@hotmail.com*

*Carla Francieli Fernandes dos Santos
Universidade Paranaense (Unipar)
carla-fracieli@hotmail.com*

O presente resumo foi baseado no decorrer do estágio acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Paranaense objetivando potencializar o gênero feminino. Proporcionar novos olhares sobre mulheres que atendem a uma demanda instituída sobre si de mães, profissionais, esposas e ainda manter as exigências normatizadoras estabelecidas pelo contexto social tornou-se foco de nossos fazeres. Mulheres em movimento cotidiano e espetacular, fazendo- se e recriando- se, sendo afetadas por diferentes processos de subjetivação (Rolnik, 1996). Para fortalecer essa fala é possível lembrar- se de Simone de Beauvoir (1980) que já dizia que ninguém nasce

mulher, mas torna-se mulher. Falar daquelas mulheres que rompem o princípio das expressões lógicas, aquelas que fogem do óbvio, que, de acordo com Butler (2010) realizam movimentos performáticos e se fazem corpo potente e falante, todavia ainda vitimadas, menosprezadas por uma sociedade que acredita na figura da mulher que já conquistou seu espaço, embora saibamos que estamos em caminhada e ainda existe muito a militar. Mulheres “efeito” de uma cultura social classificatória e moralizante que impõe o machismo em pequenos gestos projetados sob falas e olhares. As formas de conceder poder ao sujeito são subjetivas, pois é o sujeito quem dá significado a sua vida, vale ressaltar que através do acolhimento, uma escuta diferenciada, um além de físico ou local, intervimos com uma ação que potencializa esse sujeito de modo que a mesma não aceite viver em situação de violência. A Psicologia que defendemos pretende olhar para o empoderamento desta mulher, para a conquista de sua autonomia, o direito de ser protagonista da própria vida, uma ciência que vem para conscientizar as vertentes existentes na tomada de ações cabíveis, sendo considerada intervenção ética, estética e política.

Palavras-chave: Empoderamento; Psicologia; Mulheres.

O DISCURSO COMO TRANSFORMADOR SOCIAL: A QUESTÃO DO PARTO

*Bárbara Tuanni Veloso da Silva
Universidade da Amazônia (UNAMA)
btuanni@gmail.com*

*Danila Gentil Rodriguez Cal
Universidade da Amazônia (UNAMA)*

A ideia de que o pessoal é político (Hainisch, 1969) como pauta feminista foi responsável diretamente pela publicização de temas que antes eram naturalizados, considerados inerentes a condição de mulher (Beauvoir, 2009). Como teoria social e política, mudou a forma como a sociedade ocidental pensou o lugar da mulher, pois foi a partir desta teoria social e política que não apenas novas pautas começaram a permear o espaço público, mas também a própria noção de espaço público foi reconfigurada (Mansbridge, 1999). Dentre os diversos direitos que a mulher possui o reconhecimento de sua liberdade sexual e reprodutiva é o que se vincula com uma das questões socioculturais mais importantes ligadas a mulher, a maternidade. Propomos-nos, portanto, a investigar de que forma as demandas de diferentes categorias de mulheres (no trabalho entrevistamos grupo de mulheres em liberdade e em situação de cárcere) se articulam nos espaços de deliberação, os grupos de mulheres, a mídia, e as normas sobre o tema. Utilizamos como marco temporal a RN nº368 da ANS, que visa reduzir a quantidade de cesarianas. Através de levantamento bibliográfico procuramos integrar teorias que auxiliem na compreensão de como se dá a configuração de espaço público (Habermas, 2003), de que forma a categoria mulher mãe se constrói em nossa sociedade, e sobretudo, a quais forças de poder essas mulheres estão expostas na hora do parto, como

momento vulnerabilizante. Para finalmente através da ideia de democracia discursiva (Dryzek, 2013) buscar uma forma de compreender como é possível garantir direitos e reconhecimento. Realizamos esta análise aplicando as teorias referidas acima na coleta e análise de dados em dois veículos de comunicação (Folha de SP; Revista Época), compreendidos como arena de debate e informação. E da análise das entrevistas com os grupos de mulheres. Para assim observarmos quais demandas estão representadas nos marcos regulatórios e espaços institucionalizados de construção normativa.

Palavras-chave: Gênero; Parto; Democracia discursiva; Políticas do corpo; Feminismo.

O GRUPO MATERNAGEM ATIVA SJDR COMO DISPOSITIVO DE INTERVENÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM SÃO JOÃO DEL-REI MG

Júlia Teixeira Silva

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

juliatx@gmail.com

Mônica Soares da Fonseca Beato

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

Olívia Marinho Silva Lima

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

Marise Botti

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

Vivian Prado Pereira

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

Phamela Dadamo

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

O Grupo Maternagem Ativa de São João Del Rei (SJDR) nasceu há pouco mais de um ano. A demanda por um atendimento respeitoso à mulher durante o pré-natal e o parto e a busca por acesso a informações baseadas em evidências científicas foi o que uniu mães e gestantes na construção desse coletivo. O grupo realiza, quinzenalmente, reuniões abertas a fim de estudar e debater temáticas variadas do universo da gestação e maternidade (tais como: fisiologia da gestação e parto, protagonismo feminino no processo de nascimento, humanização do parto, violência obstétrica, importância da amamentação etc.); promover a exibição de filmes

relacionados aos temas e incentivar a troca de experiências (relatos de parto, indicações de profissionais, etc.). Por esse meio, foi possível perceber que o atendimento à gestante em SJDR é consoante com o cenário obstétrico no país, cujo nascimento é tido como um evento médico, exclusivo do ambiente hospitalar, caracterizado pela adoção de variadas tecnologias e procedimentos de rotina e com pouco, ou quase nenhum, espaço para a participação ativa da mulher. Tendo em vista essa dura realidade obstétrica do município fez-se urgente a necessidade de lutar por mudanças, seja no âmbito do SUS ou na rede suplementar. Com esse objetivo, o grupo está trabalhando na elaboração de um Plano Municipal para a humanização da assistência materno-infantil durante o pré-natal, parto e pós-parto e pretende iniciar um trabalho de orientação com as gestantes que realizam pré-natal pelo programa do SUS, Saúde da Família. A experiência do grupo tem evidenciado que o acesso à informação, à troca de experiências e ao ambiente acolhedor são elementos facilitadores do empoderamento da mulher gestante e de seu/sua companheiro/a, refletindo nas escolhas do casal no que diz respeito ao nascimento de seus filhos. Entendemos que somente a conscientização dos usuários e a consequente demanda por um atendimento humanizado é capaz de modificar o cenário obstétrico sanjoanense.

Palavras-chave: Assistência materno-infantil; Parto Humanizado; Violência Obstétrica; Empoderamento Feminino.

REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS DA EPIDEMIA DO ZIKA VÍRUS EM MULHERES GESTANTES

Camila Clementino Balducci

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)

camilabalducci@hotmail.com

Camila Claudiano Quina Pereira

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)

Após o surto de zika vírus no país e a confirmação da vinculação entre a epidemia e o nascimento de bebês com alteração cerebral, iniciou-se uma série de discussões, pesquisas e iniciativas do Governo Federal e de outros órgãos que declararam Situação de Emergência em Saúde Pública e se mobilizaram para controlar a problemática. Este trabalho pretende contribuir com problematizações e reflexões acerca das repercussões psicossociais da infecção do zika vírus em mulheres gestantes a partir do relato de uma pesquisa a ser finalizada em dezembro de 2016, que em seu decorrer tem buscado descrever como tem se dado a gestão do governo, identificando como as gestantes têm acessado e compreendido os dados veiculados sobre o zika na mídia e nos serviços de saúde e como tem gestado a vida cotidiana a partir das informações obtidas. Para tanto, a pesquisa foi dividida em dois momentos principais: identificação e análise de documentos e grupo focal com gestantes; utilizando como referencial teórico-metodológico as práticas discursivas foucaultianas. As informações captadas na primeira etapa têm demonstrado que cerca de 87% dos casos de microcefalia confirmados concentram-se na região mais pobre do país: o nordeste; além disso, os planos do Estado direcionam a compreensão de que as mulheres devem incumbir-se de evitar o contágio com o vírus, como se todas elas tivessem acesso a

repelentes, a saneamento básico e limpeza urbana; muitas das recomendações difundidas na mídia pedem para que as mulheres não engravidem nos próximos dois anos, de maneira que todas as gravidezes deveriam ser planejadas e postergadas. Deste modo, conjectura-se que a saúde pública não pretende afastar os riscos igualitariamente e não considera em suas propostas que existam peculiaridades sociais que distanciam certas pessoas de seus direitos. A ideia que se tem é que medidas paliativas transformam-se em principais, deslocando o centro de debates das ações do governo para o controle individual.

Palavras-chave: Psicologia social; Zika vírus; Gestantes.

SER MÃE EM UM CONTEXTO DE LESBIANIDADE: ELAS EXISTEM

Eliane Aparecida Calhiari
Universidade Paranaense (Unipar)
eliane_calhiari@hotmail.com

Claudia Lopes Perpétuo
Universidade Paranaense (Unipar)

Introdução: A contemporaneidade demanda a desconstrução de velhas certezas que são capazes de inviabilizar vidas. Existe a necessidade de posicionamentos que desafiem discursos normativos, dando novas ressignificações aos processos de subjetivação de mulheres lésbicas e mães, as quais transitam em região de fronteira, permeadas por preconceitos. De acordo com Souza (2012), nos interstícios de uma cultura heteronormativa dominante, a homossexualidade com suas formações familiares explora ambiguidades impostas pela sociedade. A mulher lésbica e mãe tem o potencial de transformar a corporificação dos papéis de gênero e parentalidade. A elas cabem a desarticulação das identidades determinadas, tais como boa esposa e boa mãe rompendo com binarismo sexo e gênero a elas impostas. A reivindicação do direito a ter filhos, bem como a exercer sua sexualidade e reprodução livre de discriminação no âmbito das políticas públicas, inclusive da saúde, tendo como princípios norteadores a universalidade, integralidade e equidade impõe o aos profissionais o dever de constantemente rever seus discursos normativos a respeito das sexualidades e dos seus direitos. Objetivo: Objetivou-se neste trabalho propiciar reflexões sobre os discursos normativos que permeiam os processos de exclusão que envolvem mulheres/lésbicas/mães que são usuárias das políticas de saúde. Método: Para o

presente trabalho, foram utilizadas pesquisas de revisão bibliográfica realizada em um Programa de Iniciação Científica da Universidade Paranaense. Resultados: Ao adentrar os territórios da lesbianidade e da maternidade a mulher passa a deparar-se em condições desfavoráveis que ambas as categorias podem conter. Cabe aos profissionais engajar-se na luta de garantia de direitos que todo ser humano possui de visibilidade, direitos sexuais e reprodutivos entre outros, favorecendo a diminuição dos processos de exclusão. A maternidade lésbica clama por mudanças sociais e políticas públicas que legitimem seus direitos.

Palavras-chave: Maternidade; Lesbianidade; Visibilidade; Políticas Públicas.

UM/A ADOLESCENTE INFRATOR ADENTRA O COTIDIANO ESCOLAR: UM ENCONTRO OU DESENCONTROS?

Cristiane dos Santos de Souza Vitório
Universidade de Sorocaba (UNISO)
cristiane_718@hotmail.com

Marta Bastos Catunda
Universidade de Sorocaba (UNISO)

Pretende-se abordar a pesquisa etnográfica a partir das narrativas ficcionais (Reigota), que busca deslindar através de uma educação ambiental a inserção dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, especificamente liberdade assistida, que adentram o cotidiano o escolar. Pauta-se na da educação a partir de Paulo Freire e Nilda Alves, enfatizando a dimensão política e pedagógica no espaço escolarizado ou não, dando ênfase no cotidiano. Busca-se em Foucault em Vigiar e Punir, a função do corpo, as instituições escola, hospital e quartel e as particularidades da formação dos corpos dóceis. Desvela-se através das leituras Freitas e Volpi, as especificidades históricas de caráter punitivo submetido as crianças e adolescentes, a partir das legislações vigentes desde do período colonial até o contemporâneo. As legislações de Código de Menores, 1927, 1979 e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Destaca-se à importância do pesquisador Conversador Peter Spink, e Mary Jane Spink, sobre as práticas discursivas. Apresenta-se dados quantitativos através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, sobre o perfil dos/as adolescentes em cumprimento socioeducativo em destaque: cor/raça sendo predominantemente os/as negros (as), diante da realidade busca desvelar o significado de cor/raça através das leituras de Kabengele Munanga, Kwame Anthony Appiah, Crisostomos e bell hooks e Reigota, que

desvela a construções históricas e culturais da questão da opressão da humanidade e os caminhos de desconstrução dos estereótipos e estigmas. Busca-se através das narrativas ficcionais a relação dialógica que estabelece confiança, cumplicidade e sobretudo a ética. Contribuir através das experiências vividas e experimentadas com sabores e dissabores no ambiente escolarizado, e as táticas possíveis de reinventar a educação através da leitura do mundo, acreditar nos sonhos impossíveis e transgressores da ordem vigente.

Palavras-chave: Adolescente infratores; Educação; Cotidiano; Narrativas-ficcionais.

COMUNICAÇÃO ORAL

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

AUTOCONCEITO E IDENTIDADE ÉTNICA: MULHERES E O EMPODERAMENTO DAS SUAS RAÍZES CAPILARES

Juliana Malta Soares

Universidade Ceuma

juliana_malta_s@hotmail.com

Mulheres que estão assumindo seus cabelos negroides vêm crescendo, não apenas como algo estético, mas também como símbolo de resistência e emancipação da identidade étnica. Objetivo: Entender a influência da identidade étnica na formação do autoconceito em mulheres através da transição capilar. Método: Realizou-se uma revisão bibliográfica, a partir de dados nas bases do Google Acadêmico e Scielo com descritores sobre empoderamento, etnia e autoconceito. Resultados: O processo de colonização europeia deixou uma herança moderna, a intolerância ao diferente. Essa intolerância submeteu o povo negro a um processo de branqueamento e aculturação, consolidando a estética caucasiana como padrão ideal, desvalorizando a estética negroide. O afrodescendente passou a ser alvo de discriminação, tendo uma relação negativa à sua imagem. No entanto, Ferreira (2002) acredita que se o negro tomar consciência da desvalorização à qual está submetido pode iniciar um movimento de transformação, vindo a valorizar seus traços étnico-raciais. Percebem-se mulheres abandonando a química de alisamento, influenciadas pela busca de sua identidade e até mesmo por saúde capilar e emocional. Para Bárbara D. Miller (1998), o cabelo também pode ser analisado sob três perspectivas: quanto à dimensão pessoal; ao significado social; e à dimensão política. Conclusão: Mulheres que estão no processo de transição capilar estão em busca da

ressignificação de suas características étnicas, que muitas vezes foram submetidos à discriminação, desencadeando a construção de um autoconceito pobre que irá influenciar diretamente nos seus aspectos psicológicos. Elas começam a mudar a sua percepção de si e do outro através de vivências que lhe permite a tomada de consciência, empoderando-se. É necessário ampliar os debates acerca do assunto, implementar propostas sobre o preconceito, propor políticas que visem reconstruir a percepção do outro, recuperando assim a história, cultura e a identidade afrodescendente.

Palavras-chave: Empoderamento; Etnia; Autoconceito; Afrodescendentes; Transição Capilar

A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA DE GÊNERO

Camila Clementino Balducci

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)

camilabalducci@hotmail.com

Camila Claudiano Quina Pereira

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)

camilacquina@gmail.com

Marianne Prado de Oliveira Zica

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)

mariannezica@yahoo.com.br

A violência contra as mulheres é um fenômeno multifacetado e constitui uma das principais formas de violação dos direitos humanos. As atuais políticas instituem que o seu enfrentamento deve ser articulado e intersetorial e para isso deve-se considerar a rota que a mulher pode percorrer até encontrar o apoio da rede de serviços especializados. Esta inicia com a decisão de romper o silêncio e denunciar, entretanto, a situação vivenciada nem sempre é percebida como violenta, já que muitas encaram como natural às desigualdades de gênero presentes nas relações. Comumente o primeiro relato é feito para pessoas próximas, porém se suas atitudes reforçarem a posição feminina de subordinação e minimizar os conflitos entre os cônjuges, a violência permanecerá na esfera privada. Uma das possíveis portas de entrada são os serviços de saúde, no entanto, parte considerável dos casos não é identificada por falta de preparo e capacitação dos profissionais. Pautado nessas premissas, realizou-se um curso de capacitação em violência de gênero com agentes comunitárias de saúde de uma unidade de

atenção primária a saúde. A proposta foi inspirada no “Projeto violência contra a mulher e direitos humanos: uma proposta de capacitação de policiais” e teve como base teórica políticas, leis, artigos científicos e cartilhas; que foram expostas no formato de aulas dialogadas e contaram com o apoio de recursos audiovisuais, revistas, dinâmicas e discussões. Em seu decorrer, as participantes trouxeram experiências pessoais, identificando-as como abusivas; o que mostra que houve assimilação do conteúdo e integração com a própria vivência prática. Relataram casos de mulheres que acompanhavam através da unidade, comparando os exemplos utilizados na explanação das aulas, com os relatos reais de suas pacientes. Apresentaram uma visão mais crítica das estruturas sociais e se propuseram a entender os fatores implícitos nas relações de poder, priorizando a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros.

Palavras-chave: Psicologia social; Violência de gênero; Políticas públicas; Intersetorialidade; Capacitação de multiplicadores.

A RELAÇÃO ENTRE AGRESSOR E VÍTIMA: UMA INTERFACE DA VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Tatiana Benevides Magalhães Braga
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
tatibmb@gmail.com

Hanna Oliveira Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
hanna.o.silva@gmail.com

A violência doméstica é um fenômeno psicossocial permeado pela dominação de gênero, que tem como um dos aspectos relevantes significações sobre homens e mulheres hermeneuticamente sedimentadas na cultura, que dirigem condutas relativas a diferentes papéis sociais e muitas vezes justificam diferenças de espaço e voz. É nesse contexto que a presente pesquisa tem como objetivo investigar as percepções e significações da violência doméstica por parte de agressores. O estudo tem como participantes um grupo de agressores, selecionados a partir de seu envolvimento direto com situações de violência acolhidas em instituições especializadas em atender tais casos. Visando compreender o processo de construção psicossocial da violência por parte de tais agentes sociais, utiliza-se como instrumento metodológico entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro de temas a ser explorado. As entrevistas são transcritas e analisadas na perspectiva fenomenológica existencial, buscando elencar os elementos que constituem a trama significativa a partir da qual se constitui a vivência da situação de violência para os entrevistados e buscando tecer articulações entre tais significados sedimentados e aspectos da socialização e das relações cotidianas dos participantes. Alguns apontamentos preliminares apresentam elementos de culpabilização da

vítima, bem como narrativas que individualizam os elementos de gênero, tomando-os como específicos da relação conjugal. Assim, destaca-se a dificuldade de reconhecer as dimensões sociais mais amplas da questão, que alocam diferentes expectativas normativas e lugares de fala para agressores e vítimas, tanto pelo próprio casal quanto pela rede de convivência social em que se situa. Conclui-se pela necessidade de maior conhecimento da perspectiva do agressor para aprofundar os aspectos considerados na formulação de políticas públicas, tanto nas situações de violação de direitos consumadas quanto no âmbito preventivo.

Palavras-chave: violência, gênero, psicologia social, fenomenologia.

ANDARILHOS DE ESTRADA E QUESTÕES DE GÊNERO

Júlia Esteves Bicalho de Almeida

Universidade Estadual Paulista - Assis (UNESP/Assis)

juliaestevesb@hotmail.com

A presente pesquisa, ainda em execução e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, aborda a realidade dos "andarilhos de estrada" ou "trecheiros" como um espelho radical dos modos de subjetivação calcados nas condições atuais de intensa mobilidade psicossocial, decorrentes da compressão tempo-espacó. É trabalhado também o fato de que apesar do trânsito constante ser uma característica da pós-modernidade, ele não abrange ambos os sexos de forma igualitária e assim como na sociedade os homens transitam mais do que as mulheres (em todas as áreas da vida), as estradas também são caracterizadas por esse maior trânsito masculino ilustrado pela figura do andarilho. Tendo isso em mente, a pesquisa focaliza a questão da baixa presença da mulher na estrada (vivendo na condição de andarilha ou "trecheira"), bem como os aspectos existenciais e vivências das poucas mulheres que habitam esse não-lugar. Além disso, objetiva adentrar o universo de uma população praticamente desconhecida e discutir questões de gênero relacionadas às diferenças de mobilidade geográfica e psicossocial. Para tanto, estão sendo realizadas entrevistas nas rodovias por onde transitam os andarilhos-trecheiros bem como nas instituições que os acolhem. O método utilizado é a pesquisa qualitativa fundamentada na premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e definida pelos seus próprios atores (RICHARDSON, 2010). Como a pesquisa ainda está em andamento, não se tem conclusões e resultados concretos, entretanto, algumas

entrevistas já realizadas despertam reflexões a respeito do ser mulher na estrada e na sociedade atual, entre elas, reflexões acerca da socialização feminina e como esta é responsável pelo aprisionamento da potência de vida até mesmo de mulheres que vivem em situação de mobilidade, rompendo parcialmente com os discursos de verdade proferidos no decorrer dessa socialização.

Palavras-chave: Gênero; Andarilhos(as); Mobilidade psicossocial; Trecheiros(as).

BELA PARA CATIVAR E FORTE PARA REPRODUZIR: A AÇÃO MÉDICO ESTATAL SOBRE OS CORPOS FEMININOS SERTANEJOS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX (1910 -1920)

Bárbara Rafaela e Sousa Pessanha Guedes Prates
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
barbara.rafaela.prates@yahoo.com.br

Shirlei Luana Chaves e Sousa Pereira
Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (Funcesi)
shirleiluana@yahoo.com.br

O início do século XX é marcado por um interesse muito específico pelo corpo, seja ele individual ou coletivo. No Brasil de início de século presenciamos um interesse crescente pela normatização e ordenação do corpo nacional frente à necessidade de se firmar a República que se erguia. Nesta pesquisa analisamos a partir de jornais locais (Gazeta do Norte e Jornal Montes Claros) os discursos proferidos a partir desses periódicos a fim de compreendermos as maneiras pelas quais os corpos sertanejos, e principalmente o corpo feminino foram ordenados frente a necessidade de se criar uma nação forte e produtiva. A análise decorreu a partir dos estudos de gênero, discurso e imaginário. Observamos após análise dos periódicos em questão que o corpo feminino sofreu um auto grau de ordenação e aprimoramento devido à necessidade de a mulher gerar filhos fortes saudáveis e aptos a construção de um país aos moldes positivistas liberais. A biopolítica empregada no sertão norte-mineiro criou novas formas de sociabilidade, de urbanização e do que é o “sertanejo moderno” livre de suas características bestiais, atrasadas e incultas. Dessa forma, podemos observar como a biopolítica se emaranhou no discurso proferido pelos periódicos em questão a fim de

regenerar e modernizar as mulheres sertanejas em prol da construção do Estado Nação Brasileiro.

Palavras-chave: Corpo; Sertão; Nação; Higienismo.

“COMO FAÇO PARA LIGAR?”: NARRATIVAS SOBRE A BUSCA POR SERVIÇO PÚBLICO DE ESTERILIZAÇÃO FEMININA

*Suzianne Jackeline Gomes Dos Santos
Fundação Hospitalar de Teresina (FHT); Universidade Federal
do Piauí (UFPI)
suzianne.santos@yahoo.com.br*

A esterilização feminina, chamada popularmente de “ligação”, surgiu no Brasil como política de controle de natalidade e depois assumiu o caráter de direito, mas ainda é criticada por feministas, em defesa da plena autonomia e liberdade de escolha da mulher. Em Teresina-PI, esse é um dos métodos de não-fecundidade mais procurado, sendo este trabalho uma análise sobre a busca de informações para a sua realização. Fundamentou-se na síntese da ação de escuta qualificada em 16 atendimentos, ocorridos em uma Maternidade pública, entre 2015 e 2016. Como sujeitos, tem-se 18 pessoas: 15 mulheres, 1 cônjuge e 2 homens sem vínculo familiar com quem realizaria a laqueadura. As situações-chaves dialogadas foram: aspectos legais, acesso ao serviço e questões que influenciam na escolha pelo método. De acordo com as narrativas destes sujeitos, principalmente no que se refere aos relatos de orientações anteriores sobre laqueadura, fornecidas por outros profissionais de saúde, considerou-se o repasse inicial de informações a estes sujeitos como dúvida e de pouco nível de detalhamento sobre aspectos legais, aspectos clínicos do método e sobre a organização local do serviço de laqueadura, o que dificulta e limita o acesso das mulheres ao procedimento. Observou-se a existência de 3 formas de busca pela esterilização: formal, informal e judiciária. Na maioria dos casos, o interesse pela esterilização estava relacionado a aspectos de saúde e socioeconômicos, permeado por questões

de gênero. Diante dos relatos, ponderou-se que as mulheres vivenciam uma maior responsabilização social pela estrutura familiar e uma maior coerção social entorno de sua sexualidade. A esterilização não é apenas garantir o acesso a técnicas contraceptivas, mas compreender o direito reprodutivo como de livre escolha da mulher, o que não vem ocorrendo em sua totalidade. A procura pelo método reflete uma sociedade patriarcal, que confere repressão, controle e domesticação às massas empobrecidas e minorias sociais, especificamente à mulher. É fundamental refletir sobre os aspectos que condicionam as mulheres à esterilização para que se possa fazer movimentos estruturais para romper com as relações de poder que restringem a liberdade e autonomia nas decisões femininas.

Palavras-chave: Esterilização feminina; Direitos reprodutivos da mulher; Relações de gênero; Serviços de saúde.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E INTERNET: METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE INFORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Bruna Silvestre Innocenti Giorgi
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
bruna_sig@hotmail.com

A comunicação pública, baseada na informação de qualidade, contribui para fortalecer a democracia digital, à medida que proporciona conteúdo que embasa um debate racional na esfera pública, resultando em participação política pela sociedade. A divulgação ativa de informações públicas está prevista na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), inclusive a divulgação de informações pelos portais eletrônicos de governo. Pelas ferramentas que a internet disponibiliza, a comunicação pública digital possibilita o engajamento de grupos minoritários, incentivando-os a discutir e construir medidas que os favoreçam. Esse é o caso das mulheres, que ainda convivem com a desigualdade de gênero, resultante de uma cultura machista e patriarcalista do Brasil. Desse modo, é importante estabelecer uma metodologia capaz de proporcionar uma qualificação da informação sobre políticas públicas e que tenha potencial para se tornar base para futuras estratégias de comunicação. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória em 22 portais eletrônicos de governo destinado aos direitos das mulheres, esta pesquisa tem o objetivo de apresentar uma metodologia que contribui com a rotina e/ou entendimento de comunicadores, pesquisadores, imprensa e público interessado na temática. Baseada na análise de conteúdo, a metodologia desenvolvida resultou em 11 categorias de avaliação da informação: antecedentes; diagnóstico; objetivos; metas; recursos e ações atuais; recursos e ações planejadas; eficiência; eficácia;

impacto; custo-efetividade; e satisfação da usuária. As categorias sugeridas demonstram a necessidade de esforços para a padronização dos conteúdos disponíveis nos portais eletrônicos de governo em vista a melhorar a condição da mulher brasileira e também possibilitam analisar as diferenças surgidas da priorização ou ausência de informação sobre as categorias nas diferentes regiões do Brasil.

Palavras-chave: Direito de acesso à informação; Comunicação pública; Democracia digital; Direitos das mulheres; Análise de conteúdo.

CORPO FEMININO, ESPAÇO CONTESTADO: A PRÁTICA DO ABORTO ENTRE MÚLTIPLAS ESCALAS TERRITORIAIS DE PODER E RESISTÊNCIA

Meriene Santos de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

merimeri82@gmail.com

Esse trabalho é parte da minha pesquisa de Mestrado em Geografia, na qual busco compreender como a prática do aborto voluntário envolve múltiplas escalas territoriais de poder e resistência. A pesquisa é resultado da combinação de uma experiência vivida de um aborto clandestino, de muitas leituras em busca das relações entre corpo e espaço, de depoimentos encontrados na internet, dos relatos das mulheres que compartilharam suas histórias comigo e do contato com outras que me procuraram em busca de ajuda nesse momento delicado. O aborto é crime no Brasil, pelo Código Penal de 1940 (salvo em casos de risco para a vida da mulher e de estupro, além de anencefalia, desde 2012). A criminalização, no entanto, como estudos demonstram, não impede que procedimentos inseguros, problemas sérios de saúde e mortes aconteçam, prejudicando especialmente as mulheres mais pobres. Procurei criar um panorama, por meio do acompanhamento sistemático das notícias sobre aborto na mídia, de como o Estado brasileiro vem tentando combater a prática. No outro espectro da escala, busquei compreender quais são as táticas e os itinerários utilizados pelas mulheres que fizeram um aborto ilegal. Entrevissei mulheres de estratos médios da sociedade, para descobrir de que forma elas conseguiram interromper a gravidez indesejada. Os relatos têm demonstrado que algumas optam por fazer o procedimento em clínicas clandestinas que variam muito no preço e no atendimento prestado, e que outras preferem

realizar o aborto em casa, com o uso do misoprostol. Esse medicamento, proibido desde 1998, é facilmente encontrado nos camelôs dos centros urbanos e pela internet. Percebo que muitas mulheres acabam não precisando de atendimento hospitalar e, assim, suas práticas abortivas não entram para as estatísticas. Pude notar também que a lei não tem um peso muito grande quando o que está em questão é uma gravidez, pois o que fala mais alto é a decisão da mulher, em seu território íntimo.

Palavras-Chave: Aborto provocado; Territórios íntimos; Narrativas; Geografia feminista.

DIÁLOGOS SOBRE PRÁTICAS PROFISSIONAIS E NORMATIVAS TÉCNICAS NA ASSISTÊNCIA EM ABORTO INDUZIDO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

*Suzianne Jackeline Gomes dos Santos
Fundação Hospitalar de Teresina (FHT); Universidade Federal
do Piauí (UFPI)
suzianne.santos@yahoo.com.br*

*Tâmara Feitosa Oliveira
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
feitosa.tamara@yahoo.com.br*

A temática de aborto insere-se na luta feminista pelos direitos reprodutivos da mulher e na realidade da assistência em saúde no Brasil, na qual, há cerca de 10 anos, o Ministério da Saúde publicou normativa a fim de humanizar a atenção ao abortamento, contra atitudes discriminatórias em todos os casos de aborto. Dentro deste cenário, o presente trabalho teve como objetivo identificar e compreender a percepção de profissionais e usuárias do Sistema Único de Saúde sobre a assistência em saúde em situações de aborto induzido e, com base nisso, avaliar a assistência em saúde de acordo com normativas do Ministério da Saúde. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na técnica de revisão integrativa. Foi realizado um mapeamento de artigos de pesquisas de campo, ocorridas no Brasil na última década, que fazem referência à assistência em saúde em situações de aborto induzido através do ponto de vista de mulheres e de profissionais da saúde. O mapeamento ocorreu entre junho e julho de 2015 e teve como base de dados os arquivos da Biblioteca Virtual em Saúde e do SciELO. Utilizou-se como categorias de análise: acolhimento e orientação; atenção clínica e planejamento reprodutivo pós-abortamento.

Encontrou-se 09 pesquisas (05 com profissionais e 04 com mulheres). Com base nas pesquisas com profissionais, pôde-se sistematizar 03 modos de percepções sobre aborto: visão moralista determinista; visão restritiva opressora; e visão social cidadã. Constatou-se que tais percepções pessoais interferem na assistência em saúde, uma vez que maioria das pesquisas analisadas refletem um distanciamento entre o trabalho cotidiano nos serviços de saúde e a orientação normativa da política de saúde. As pesquisas com os relatos de mulheres apresentaram distintas formas de discriminação, sendo tais práticas reafirmadas nas pesquisas com profissionais, que trazem o prolongamento da dor feminina como uma “punição velada” ao aborto provocado. A orientação sobre planejamento familiar pós-abortamento foi presente apenas em algumas pesquisas referente a mulheres e de forma limitada, permitindo inferir que esta última etapa no tratamento é muitas vezes desconsiderada. Tais atitudes representaram violações ao direito à saúde, aos direitos reprodutivos da mulher e aos princípios bioéticos e ressaltaram que, em sua maioria, os profissionais ainda não conseguem exercer seu trabalho em respeito às normativas e aos direitos da mulher. É fundamental uma prática profissional mais reflexiva sobre a influência de suas convicções pessoais em seu trabalho profissional para que prevaleça o comprometimento ético-político com a usuária do serviço e que direcione seu trabalho para a desconstrução do patriarcado e de posturas machistas, em defesa da autonomia e do protagonismo da mulher enquanto sujeito e em prol de um atendimento digno, sem julgamentos, que as escute e respeite.

Palavras-chave: Aborto induzido; Direitos reprodutivos da mulher; Política de saúde.

ECOFEMINISMO E LUTA POR RECONHECIMENTO DA MULHER MARAJOARA: O CASO DAS RIBEIRINHAS DA RESEX MAPUÁ

Juliana Miranda

Bolsista CAPES - Universidade da Amazônia (UNAMA)

julianacsmiranda@gmail.com

Danila Gentil Rodriguez Cal

Universidade da Amazônia (UNAMA)

danilagentilcal@gmail.com

Este estudo busca discutir o trabalho sustentável das mulheres ribeirinhas da Reserva Extrativista (Resex) de Mapuá, localizada na Ilha do Marajó (Pará). Fundamenta-se os conceitos básicos de ecofeminismo, movimento que orienta os trabalhos ecológicos ligados ao feminismo desde a década de 1970 em diversos países. O presente artigo analisa essa trajetória do movimento e, para isso, utiliza a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth. O trabalho busca entender, através de entrevistas com as mulheres da reserva, como se deu a iniciativa para que fosse criado um grupo de trabalho de artesanatos, óleos e cosméticos, confeccionados com materiais retirados da natureza, composto apenas por mulheres e os resultados que geraram a partir desta iniciativa. Também está dentro do foco de interesse deste estudo as relações de solidariedade existente neste grupo de mulheres.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Luta por Reconhecimento; Mulher Marajoara; Resex; Mapuá.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E GÊNERO: EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

*Edna Abreu Barreto
Universidade Federal do Pará (UFPA)
edna.ab@gmail.com*

O trabalho relata a experiência do projeto de extensão, em andamento, do Instituto de Ciências da Educação da UFPA, que tem como foco de ação a educação em saúde, na perspectiva dos direitos humanos, visando o empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social para o enfrentamento da violência de gênero, destacando-se a violência obstétrica. O projeto é desenvolvido junto a mulheres atendidas em uma Unidade Municipal de Saúde da Periferia de Belém-PA, a partir de rodas de conversas quinzenais. A violência obstétrica atinge uma em cada quatro mulheres brasileiras e compreende um tipo específico de violência institucional praticada contra mulheres, na gravidez, no parto, pós-parto e em situação de abortamento, e que viola os direitos humanos desta população. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010). Trabalhamos com o conceito de gênero que considera o caráter fundamentalmente social e linguístico das distinções percebidas e produzidas socialmente entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Entendemos que a educação em direitos humanos tem como princípio a defesa da dignidade humana e a formação para a vida e a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos (BRASIL, 2012). O conceito de empoderamento, por sua vez, compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas por meio da tomada de decisões coletivas e de mudanças

individuais (COSTA, 2012). Entendemos a educação em saúde como prática social que contribui para a formação da consciência crítica das pessoas a respeito de seus problemas de saúde, estimulando a busca de soluções e organização para a ação individual e coletiva (FLORES, 2007, p. 19). Consideramos, ainda, a educação popular como aquela que busca promover a participação dos sujeitos sociais, incentivando a reflexão, o diálogo e a expressão da afetividade, potencializando sua criatividade e autonomia (FLORES, 2007).

Palavras-chave: Educação em direitos humanos; Empoderamento de mulheres; Violência de gênero; Violência obstétrica; Educação em saúde.

**“ELES ACHAM (...) QUE A GENTE PESCA POR ESPORTE” –
PERFORMANCES DE MULHERES-PESCADORAS E
TRANSGRESSÕES DE PERFORMATIVOS DE GÊNERO NA
PESCA EM ARRAIAL DO CABO**

*Maria Aparecida Gomes Ferreira
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
Maria.ferreira@ifrj.edu.br*

Histórica e tradicionalmente, identificamos uma delimitação de territorialidades na pesca em Arraial baseada em noções de gênero. Nessa divisão, as mulheres são relacionadas ao espaço da terra, enquanto os homens, associados ao mar (Fontenelle, 1960; Linsker; Tassara, 2005). Na pesca em Arraial, temos, ainda, classificações entre pescadores/as que delimitam práticas e espaços de pesca – pesca profissional e pesca por esporte (Marendino; Carvalho, 2013) – que, a meu ver, também estão relacionadas a questões de gênero. Partindo da premissa de que o gênero é performativo, ou seja, um modo de ação social e cultural, que é aprendido e corporificado, a partir da repetição histórica de performances socialmente reconhecidas e legitimadas (Butler, 1990; 2004; 2010), o presente trabalho visa discutir a localização temporal-espacial das performances de pescadoras na pesca em Arraial do Cabo. Ou seja, ciente de que essas mulheres pescadoras encenam performances transgressivas, rompendo com alguns performativos de gênero na pesca, problematizo a localização temporal-espacial de algumas pescadoras nas atividades de pesca, refletindo ainda sobre as ambiguidades inerentes às suas performances (Minh-há, 1992; Moita Lopes; Bastos, 2010), à luz da teoria da performatividade, segundo a qual toda repetição inaugura espaço para a diferença. Os dados selecionados são performances narrativas geradas em entrevistas (Mishler, 1999; Gubrium; Holstein, 2003; 2012; De

Fina; Georgakopoulou, 2008), e como instrumental analítico, utilizei o construto de footing (Goffman, 1979), assim como o construto de registro (Agha, 2005), por ser este um importante recurso na legitimação e participação na comunidade de pescadores. Desse modo, acredito que os dados analisados contribuem tanto para desessencialização das sociabilidades de gênero/pesca, como para reflexão sobre os significados atribuídos às diferentes modalidades e performances de gênero/pesca em Arraial do Cabo.

Palavras-chave: Performance de gênero; Mulher pescadora; Pesca por esporte.

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE EDUCAÇÃO PELAS MÃES DE ESTUDANTES ACOMPANHADOS PELO PROGRAMA FAMÍLIA-ESCOLA

Nicole Costa Silva
Centro Universitário UNA
nicolecosta.silva@gmail.com

Andréa Moreira Lima
Centro Universitário UNA
andrea.m.lima10@gmail.com

De acordo com a literatura especializada, existe uma relação notável entre o fenômeno da exclusão social e o da baixa escolaridade. Ainda assim, diante de situações de insucesso acadêmico, a responsabilização da família é recorrente no discurso de profissionais da educação, com ênfase no papel das mulheres no cuidado dos(as) filhos(as). A partir da experiência no Programa Família-Escola Pampulha, no qual são realizadas ações de acompanhamento a famílias e estudantes, foi possível perceber que as ações dessa política pública não visam, especificamente, o público feminino. Contudo, diante do machismo que impõe os cuidados do(a) filho(a) à mulher, as mães acabam se tornando público-alvo dessa política. A partir desse contexto, surgiu o interesse de abordar os sentidos e significados que as mães de estudantes do ensino fundamental da rede pública municipal de Belo Horizonte, residentes da Comunidade Dandara e acompanhadas pelo Programa Família-Escola Pampulha, têm sobre a educação escolar. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com a utilização de entrevistas individuais semiestruturadas que abordaram questões socioeconômicas e demográficas e questões relacionadas à escola, educação e trajetória escolar dos(as) filhos(as). A pesquisa foi realizada com oito mães. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A análise e interpretação dos dados foi realizada a partir do método de

Análise de Conteúdo, por meio da técnica de análise temática, com o suporte da teoria das Representações Sociais. A partir das transcrições, foram criadas as seguintes categorias de análise temática: 1) escola tradicional; 2) escola contemporânea; 3) relação tradicional entre professor e aluno; 4) relação contemporânea entre professor e aluno; 5) participação nas atividades escolares dos filhos; 6) apoio/incentivo dos familiares aos estudos; 7) motivos para interrupção ou abandono dos estudos; 8) motivos da infrequência e/ou evasão escolar; 9) benefícios da escolarização; 10) escola ideal. Os resultados apontam que essas mães compreendem a educação e o sucesso escolar (ou profissional) como determinado, quase exclusivamente, pelo esforço e dedicação do indivíduo, não problematizando o impacto da situação social vivenciada, o que gera uma auto-culpabilização ou culpabilização dos próprios filhos por qualquer “fracasso”. A partir dos resultados, tem-se evidenciada a necessidade de uma intervenção psicossocial para o empoderamento destas mulheres, em perspectiva feminista, de modo a romper com a lógica de uma educação disciplinar e com a concepção de que o sucesso pessoal dos(as) filhos(as) depende, unicamente, do mérito pessoal, bem como para promover a reflexão sobre suas posições, enquanto mulheres, nas relações de gênero com seus/suas companheiros(as). Apesar da presente pesquisa não ter tido como objetivo a construção de uma proposta de intervenção psicossocial, as entrevistas proporcionaram, a estas mães, possíveis espaços de ressignificação de suas experiências, sugerindo caminhos para futuras intervenções grupais com esse público.

Palavras-chave: Gênero; Políticas públicas; Educação; Mães; Representações Sociais.

GÊNERO E RELIGIÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: ESTATUTO DA FAMÍLIA (PL 6.583/2013)

*Edivaldo Alves Nunes
Secretaria de Educação de Minas Gerais
edivanunes@bol.com.br*

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre as relações entre gênero e religião na sociedade brasileira, tendo como ponto de partida o Projeto de Lei nomeado como Estatuto da Família (PL 6.583/2013). Em um primeiro momento, apresentaremos algumas informações sobre esse Projeto de Lei, bem como alguns posicionamentos de parlamentares relativos ao mesmo. Em seguida, faremos uma análise baseado nas ideias de patriarcado, na hierarquização e na desigualdade entre homens e mulheres. Nesse contexto, o PL reabre a discussão sobre a influência da religião no Estado brasileiro, que se denomina laico, que busca reafirmar o modelo heteronormativo de família. Por fim, discute-se o impacto do Projeto de Lei no campo da Educação, uma vez que os artigos 11 ao 13 estabelecem que os currículos dos ensinos fundamental e médio tenham como componente curricular obrigatório a disciplina Educação para família, elementos em seu processo formativo que permitem uma reflexão crítica sobre as desigualdades entre os gêneros.

Palavras-chave: Gênero; Religião; Projeto de Lei; Estatuto da Família; Educação.

INTERVENÇÕES EM GRUPO NO CONTEXTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Luciana da Silva Oliveira

Benvinda - Centro de Apoio à Mulher / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
oliveira.luu@gmail.com

Daniele Aparecida Costa Caldas

Benvinda - Centro de Apoio à Mulher / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
danieleccaldas@gmail.com

O Benvinda – Centro de Apoio à Mulher é uma política pública do município de Belo Horizonte voltada para mulheres em situação de violência de gênero. Inaugurado em 1996, o Benvinda oferece atendimentos psicossociais, psicológicos, orientações jurídicas e intervenções em grupo, buscando criar condições necessárias para que as mulheres construam, com o suporte do serviço, possibilidades de ruptura com a violência que vivenciam. Nesse trabalho, focaremos a discussão nos grupos de mulheres realizados no Benvinda, destacando seus objetivos, a metodologia utilizada e algumas análises destas intervenções no âmbito do enfrentamento à violência de gênero. O principal objetivo dos grupos realizados no Benvinda é promover estratégias de ruptura com a violência de gênero, possibilitando mudanças pessoais, empoderamento e a construção da cidadania das mulheres que vivenciam essa violência, a partir de um espaço de reflexão, elaboração e troca de experiências. A metodologia utilizada são as “Oficinas em Dinâmica de Grupo”, uma prática de intervenção psicossocial que pode ser desenvolvida em diferentes contextos, seja ele pedagógico, clínico, comunitário ou de política social. Observamos que o espaço do grupo possibilita que os desejos,

os dilemas e as perspectivas diferenciadas das mulheres sejam manifestados e negociados, demonstrando a invenção de uma lógica social e política capaz de potencializá-las frente às situações de violência de gênero vivenciadas. É possível observar ainda que desdobramentos importantes são produzidos por meio dos encontros que se dão entre as mulheres, contribuindo para a construção de estratégias de enfrentamento à violência. Desse modo, percebemos que as Oficinas em Dinâmica de Grupo realizadas no Benvinda conduzem à modos de enfrentamento à violência de gênero de grande relevância político-social, ao contribuir para o processo de emancipação, de autonomia, de empoderamento e de construção da cidadania de mulheres que vivenciam essa violência.

Palavras-chave: Políticas públicas; Intervenções em grupo; Enfrentamento à violência de gênero.

MENINAS (CRIANÇAS) EM SITUAÇÃO DE RUA: ESSES CORPOS EXISTEM?

Leticia Rodrigues da Silva Santos
Universidade Paranaense (UNIPAR)
le_rodrigues_s@live.com

Tereza Rodrigues Vieira
Universidade Paranaense (UNIPAR)

Metodologia: Determinações, leis, resoluções sobre o direito de crianças e adolescentes. A rua território tão comum, mas ao mesmo tempo não desejados para uma reflexão social. Existe uma necessidade nítida de atenção voltada aos corpos da diferença, da exclusão, principalmente quando esses corpos deveriam ser os corpos do cuidado, os corpos de meninas (crianças) que permeiam entre nós e encontram-se em situação de rua. Parece estranho hoje pensar em sujeitos que não estão submetidos a uma estrutura arquitetônica, nomeadas por Goffman (1987) de instituições totais que compõe as sociedades contemporâneas, e que são características de um sistema macropolítico que pune, molda, desconstrói e tenta reconstruir, principalmente os corpos da transgressão, da diferença e do não desejo (Delleuze & Rolnik, 1996). Ao pensar em escrever sobre meninas em situação de rua, depara-se com a reflexão sobre o gênero pode ser compreendido como “modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo (Butler, 2010). Pensar nessas problemáticas, não se faz tarefa simples. Aqui, depara-se com situações perpassadas por estigmas e exclusões (Oliveira, 2015), os quais impedem a leitura esperada de um conjunto de direitos oferecidos à criança, bem como a fragilidade de políticas públicas que

deveriam beneficiar estes corpos de cuidados necessários e direitos adquiridos, através da Constituição Federal. Do ECA, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 e Lei nº 8.242. Conclusão: As meninas em situação de rua estão em número menor do que os meninos, porém a desigualdade de gênero também atravessa esses corpos, e por vezes causam mais exclusão. Exclusão também cometidas pela negligencia do Estado em relação a elas ao não fazer cumprir com essas meninas que também são crianças e adolescentes as legislações e proteções que deveriam atravessá-las e ampará-las.

Palavras-chave: Situação de rua; Crianças; Direitos.

"MEXENDO NO VESPEIRO": LEGITIMANDO CICLOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA ATRAVÉS DO GRUPO OPERATIVO

Simone Francisca de Oliveira

Centro Universitário UNA

si.fos@hotmail.com

Este trabalho teve como objetivo investigar o processo de enfrentamento à violência de gênero em um Grupo Operativo com mulheres sobreviventes à violência de gênero. O Grupo realizou-se no Centro de Referência a Mulher em Situação de Violência da Prefeitura de Contagem/MG, entre março de 2007 a março 2014, atendendo, aproximadamente, 630 mulheres. Os objetivos específicos foram analisar: a) a (re)construção dos sentidos da violência para as participantes do Grupo, e a possibilidade de elaboração coletiva de estratégias para o fim do Ciclo de Violência; b) como a participação no Grupo atuou para o questionamento da matriz hegemônica de gênero e para a transformação das relações de gênero; e c) as práticas institucionais e as trajetórias das participantes na Rede de Enfrentamento à Violência de Contagem/MG. Os resultados apontam em dois sentidos: a possibilidade de elaboração de estratégias visando o fim do Ciclo da Violência, a ressignificação das relações de gênero nas vida das participantes e a legitimação dos ciclos de enfrentamento à violência através da participação no grupo operativo. Por outro lado, permitiu demonstrar a possibilidade de apropriação ativa por parte das mulheres das propostas institucionais da Rede de Enfrentamento à Violência e a viabilidade da prática da clínica ampliada, como alternativa ao formato tradicional de atendimento voltado para o acolhimento e encaminhamento posicionando as mulheres

como agentes ativas em suas trajetórias e como cidadãs de direitos.

Palavras-chave: Atendimento a mulheres em situação de violência; Rede de enfrentamento à violência contra a mulher; Violência de gênero; Atendimento em grupo; clínica ampliada.

MULHER, CRACK E MATERNIDADE: REFLEXÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Shirleidy Mirelle da Costa Freitas Stratton

Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP); Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)
shirleidy.freitas@gmail.com

Karla Galvão Adrião

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
galvaoadria@gmail.com

Bruna Gabriela Monte de Oliveira Ramos

Universidade Federal Fluminense (UFF)
bgabrielaoliveira@gmail.com

A presente discussão tem como objetivo, a partir das experiências de maternidade, refletir sobre como os marcadores sociais atravessam as experiências no cuidado de mulheres pobres usuárias de crack em um programa de assistência da Rede SUAS em Pernambuco. Utilizando da perspectiva epistemológica feminista pós-estrutural, refletimos como é o cuidado dispensado às usuárias do Programa, bem como quais subjetividades são legitimadas nesse espaço. O trabalho faz parte da dissertação de mestrado: “Nas mãos: a criança e o cachimbo. As experiências de maternidade das mulheres usuárias de crack”, concluída em 2015. Houve acompanhamento do cotidiano do Programa Luz por quatro meses, através de observação participante, com registro em diário de campo. Em seguida, realizamos entrevistas com quatro mulheres, participantes do programa, com idades entre 19-22 anos que tiveram filhos/as no contexto de uso do crack. Efetuou-se uma análise temática dos dados,

marcada por um olhar interseccional, utilizando o gênero e a classe como categoria analítica. Os resultados apontam que o Programa Luz referência as mulheres para outros serviços de saúde e assistência, ao mesmo tempo em que parece regido de uma compreensão hegemônica de gênero, ao controlar e disciplinar o exercício da sexualidade, o cuidado diário com os/as filhos/as. Dessa forma, reproduz e reafirma estereótipos dos papéis de gênero. A fala de uma profissional de saúde do programa evidencia como o marcador gênero pode servir de base para discursos de promoção de violação de direitos reprodutivos e sexuais: “Ah, se fosse eu a mulher que ficou com a bebê não devolvia à mãe não. Que eu sempre quis ser mãe e nunca tive filho” (sic). Entendemos assim, que a construção de políticas públicas que não levem em consideração as especificidades de gênero, raça e classe social dos sujeitos pode promover espaços onde as subjetividades são aprisionadas, limitando possibilidades de existência.

Palavras-chave: Política pública; Interseccionalidade; Crack; Maternidade; Gênero.

MULHERES TRANS NA ESCOLA: A POLÍTICA PÚBLICA DO NOME SOCIAL

Cláudio Eduardo Resende Alves

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas);

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)

cadupbh@gmail.com

Maria Ignez Costa Moreira

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas

maigcomo@uol.com.br

Este texto é um recorte da pesquisa de doutorado em Psicologia na PUC Minas que investigou as implicações subjetivas e institucionais do uso legalizado do nome social por estudantes trans na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Nome social designa o nome pelo qual sujeitos trans preferem ser chamados cotidianamente, uma vez que o nome civil não revela uma isonomia identitária de gênero. Na perspectiva foucaultiana, toma-se o nome social como um dispositivo de identificação de gênero, ou seja, como uma rede que se estabelece entre discursos, instituições, leis, enunciados científicos, propostas filosóficas e morais, produzindo outras formas de pensar a inteligibilidade de sujeitos e corpos. O gênero é atravessado pela escolha nominal. Como aporte teórico foram escolhidos autores pós-estruturalistas de gênero e como estratégia metodológica: análise documental de normativas municipais que regulam o uso do dispositivo nominal, observação participativa do cotidiano escolar, rodas de conversação com docentes e funcionários administrativos de escolas municipais e entrevistas semiestruturadas com estudantes trans. A investigação, realizada entre 2012 e 2015, revelou que todas as dezenove demandas de uso do nome social partiram de estudantes mulheres trans e travestis. A

ausência de estudantes homens trans usuários do nome social evidencia limites no alcance da política pública no campo de gênero. Existe uma tensão entre a suposta visibilidade emancipatória de sujeitos trans e a tutela da política pública que normatiza, iguala e torna invisível a diferença. Os ditos e os interditos ao uso do banheiro por estudantes trans configurou-se num potente desdobramento da política pública na instituição escola. Por fim, o nome social, apesar de ser um dispositivo institucional insuficiente para gerenciar as lacunas entre o texto prescrito da lei e a prática social na escola, é um importante ponto de partida no reconhecimento político dos direitos de cidadania da população de trans no Brasil.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Políticas Públicas; Transexuais; Travestis.

MULHERES, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: INTERSEÇÕES DE GÊNERO EM DOCUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carolina Dantas Brito

UNA-BH; Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas (GPFEM) / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

carolinadantasbrto@yahoo.com.br

Carolina Mesquita de Oliveira

*Consórcio de Promoção a Cidadania Mulheres das Gerais
carol_mesquita13@hotmail.com*

Cláudio Eduardo Resende Alves

SMED/Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH); Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas (GPFEM) / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

cadubr@hotmail.com

Maria Ignez Costa Moreira

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas);
Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas (GPFEM)
maigcomo@uol.com.br*

Nas últimas décadas, gênero tem sido tomado como conceito e como teoria, ampliando-se a partir da problematização do sistema sexo/gênero em que uma suposta continuidade e linearidade intrínseca a esse sistema é colocada em xeque. Os modelos universalistas de mulher e de homem são, portanto, repensados e reconfigurados por meio do caráter relacional inerente ao gênero em contraposição à heterossexualidade compulsória e ao falocentrismo. Cisgêneros e transgêneros tornaram-se pauta do dia nos debates e embates entre política pública, movimento social e academia. Este trabalho apresenta

uma análise das seguintes políticas públicas brasileiras, a “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” (2007), que propõe diretrizes para o enfrentamento da violência de gênero, e a “Resolução do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte n. 002” (2008), que propõe a inclusão de estudantes travestis e transexuais na escola a partir da prerrogativa do uso do nome social. Apesar das naturezas distintas e destinatários diferentes, ambos os documentos têm como pressuposto epistemológico e político o enfrentamento à desigualdade social com base no sistema sexo/gênero. A análise documental utilizou como chave de leitura as concepções de gênero e de mulher presentes nas normativas legais, sendo elaboradas categorias analíticas como autoria, destinatário, contexto histórico/político e abordagem teórico conceitual. Os resultados obtidos sinalizam que, apesar de muitos avanços políticos e conceituais, o binarismo de gênero, aliado à concepção essencialista de mulher, ainda se configura como atravessador das políticas públicas. A pesquisa demonstrou que o diálogo entre as políticas públicas e a perspectiva de gênero ainda é muito recente e incipiente, precisando de investimento na implementação das políticas na prática social e na capacitação das equipes multidisciplinares de atendimento às vítimas de violência, como estratégia de enfrentamento do sexismo e da transfobia.

Palavras-chave: Gênero; Políticas públicas; Violência; Travestis; Transexuais.

NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE GESTAÇÃO, MATERNIDADE E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Letícia Gonçalves

UFRJ; Fiocruz; UERJ; Universidade Federal Fluminense (UFF)
leticia1goncalves@yahoo.com.br

Claudia Natividade

CRP-04; CMMG

Cássia Beatriz Batista

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

O trabalho discute parte de uma pesquisa do PET-Saúde – Rede Cegonha, realizada em Belo Horizonte, que teve como objetivo conhecer a perspectiva das mulheres em relação a assistência à saúde vivida durante a gestação, parto e puerpério. Foram acompanhadas e entrevistadas, pela perspectiva da história oral, 22 mulheres grávidas, usuárias do SUS, moradoras de uma região da cidade classificada, preponderantemente, como de risco ou alto risco. A discussão se localiza no interior de uma política ampla de Saúde da Mulher que, apesar de todas as críticas e avanços, ainda reconhece como central a maternidade, de forma naturalizada, na vida das mulheres, o que traz implicações importantes para a assistência à saúde, bem como reverbera na produção de subjetividade destas. Como possibilidade de ampliação da problematização sobre a política de humanização do parto e enfrentamento das violências, tentamos resgatar na narrativa das mulheres outros elementos da vida que compõem estes sujeitos, mulheres, mães, usuárias do SUS. Destacamos os seguintes eixos para debate: a) relação com companheiro e participação deste no processo de pré-natal e parto; b) condições materiais de existência, sobretudo relacionadas ao trabalho que

desempenham e as condições de moradia; c) Percepção sobre a gestação e maternidade; e d) avaliação dos serviços do SUS. De modo geral, identificamos o projeto de maternidade como central na vida destas mulheres. Há uma expressiva reprodução de estereótipos de gênero, localizadores das mulheres como as responsáveis centrais pela reprodução e posterior cuidado dos filhos. O atravessamento de classe é também central, todas trabalham em ocupações que revelam altos níveis de exploração. As mulheres avaliaram positivamente os serviços, com reclamações pontuais sobre profissionais, longas esperas e dificuldade para realização de ultrassom. Os relatos sobre violência institucional são amenizados pela dimensão romantizada que o filho, já no colo, representa.

Palavras-chave: Saúde das Mulheres; Gênero; Maternidade.

**NO EMBALO DA REDE: ANÁLISE DA 'ROTA CRÍTICA'
SEGUIDA PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA
QUE BUSCAM ATENDIMENTO NA REDE DE
ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES
DE BELO HORIZONTE.**

*Carolina Dantas Brito
Centro Universitário UNA
carolinadantasbrito@yahoo.com.br*

Este trabalho é um recorte da minha pesquisa de mestrado na qual busquei compreender o funcionamento e a potencialidade da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da cidade de Belo Horizonte. Conduzida pelos referenciais teóricos de autoras filiadas às correntes clássicas das epistemologias feministas, como Scott (1995), Saffioti (1987, 2004), Sarti (2004) e Santos (2001, 2005), realizei um levantamento bibliográfico sobre o tema da violência contra as mulheres e fiz o mapeamento de todos os serviços voltados ao atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e de gênero presentes na capital mineira a partir do material que fui coletando em sítios do governo e nas listas passadas por alguns equipamentos da Rede. Cabe colocar que nenhum deles tinha a lista completa destes órgãos. Esta linha teórica foi escolhida por ser a mesma a mesma usada pelos pensadores dos documentos que norteiam as políticas públicas voltadas para mulheres. A partir do CERNA - Centro Risoleta Neves de Atendimento, um dos equipamentos que servem como porta de entrada para as mulheres que buscam os serviços de atendimento às mulheres em Belo Horizonte, pude realizar uma análise documental de fonte primária dos Formulários de Triagem e as Fichas de Atendimento preenchidas pelas mulheres que chegam até o Centro e conhecer o funcionamento da Rede a partir deste ponto específico. Este

estudo me possibilitou observar tanto as conexões, quanto as desconexões dentro da Rede, a falta de comunicação entre os equipamentos, a reprodução do pensamento patriarcal dentro dos espaços públicos, a manutenção da lógica binária nos atendimentos e nos documentos, assim como a 'Rota Crítica' enfrentada pelas mulheres que precisam da ajuda do Estado para romperem com a situação de violência. Para esta apresentação, serão enfatizados os 'nós' encontrados durante a 'rota crítica' seguida pelas mulheres em busca de atendimento na Rede e discutidas algumas sugestões para possíveis mudanças.

Palavras-chave: Gênero; Violência contra as mulheres; Políticas Públicas; Rede de Enfrentamento à Violência.

OS AVESSOS NA PESQUISA DE GÊNERO: SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES DA COMPREENSÃO DA MULHER PELA PERSPECTIVA MASCULINA E A POTÊNCIA DA PESQUISA ACERCA DAS MASCULINIDADES

*Kevin Samuel Alves Batista
Universidade Federal do Ceará (UFC)
kevin.sab@gmail.com*

*Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)*

*José Alves de Souza Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Entendemos que os gêneros se inscrevem em diferentes universos simbólicos, produzindo experiências peculiares de gênero. Discursos hegemônicos prescrevem ‘modos de ser’ condizentes às lógicas dominantes, entretanto, compreendemos que a potência humana vai além dos ditames sociais, desvelando a dimensão do devir humano. Como pesquisadores críticos da sociedade capitalista, objetivamos discutir as (im)possibilidades de resistências dos sujeitos em busca de emancipação frente aos persistentes discursos machistas. Nossa experiência durante cinco anos de estudos sobre feminilidades, masculinidades e relações de gênero oferecem subsídios para o reconhecimento das condições que o gênero proporciona ao(a) pesquisador(a), apontando que a alteridade é condição anunciadora das (im)possibilidades na pesquisa, compreensão e análise da experiência do diferente. Homens e mulheres são localizados em diferentes campos linguísticos, os quais os identificam e os orientam em suas vivências, desvelando, assim, a identidade/alteridade diante da diferença que impedem a compreensão da mulher pela

perspectiva masculina. Diante disso, concebemos que os estudos de gênero são verdadeiras linhas de frente na luta pelo fim das formas opressoras na organização social e acreditamos que os estudos sobre as masculinidades aparecem como trilha de potência crítica contra as formas de opressão do machismo. Estes podem criar espaços questionadores dos estigmas sociais da 'masculinidade onipotente' e, consequentemente, da 'feminilidade impotente'. Neste sentido, apresentaremos nessa comunicação os primeiros passos da pesquisa de mestrado "Homens que agredem: estudos sobre narrativas de história de vida de homens autores de violência de gênero", de modo que acreditamos em poder dialogar e lapidar nosso delineamento de modo a contribuir para relações de gênero menos violentas.

Palavras-chave: Pesquisa com gênero; Feminilidades; Masculinidades; Relações de gênero; Narrativas de história de vida.

OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DE GÊNERO NO ESPAÇO DA INTIMIDADE: UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA NA CASA SEMPRE VIVA

*Ermelinda Ireno
Consórcio Mulheres das Gerais
ermelinda.ireno@gmail.com*

*Carolina Mesquita
Consórcio Mulheres das Gerais
carol_mesquita13@hotmail.com*

A Casa Sempre Viva é um dos projetos do Consórcio Mulheres das Gerais cujo objetivo é acolher temporariamente mulheres em situação de violência de gênero que num determinado momento não encontram nenhuma alternativa de proteção. Este acolhimento é feito geralmente no momento em que a mulher está vivenciando situações de risco decorrentes da vivencia de uma relação conjugal perpassada por inúmeras violências. Ao chegar à Casa Sempre Viva a mulher terá a oportunidade, por meio da participação em oficinas, da realização do acompanhamento psicossocial, que prima pelo desenvolvimento da autonomia, fortalecimento da autoestima e do empoderamento, do recebimento de orientações referentes ao processo criminal, e ainda, da convivência com outras mulheres experimentar vivencias, sensações e sentimentos diferentes daqueles sentidos diante da violência. Inúmeros são os desafios num Projeto como a Casa Sempre Viva que coloca em xeque a todo momento o trabalho da equipe. Como é possível desenvolver um trabalho com foco no empoderamento sem a adoção de uma postura tutelar à esta mulher, tão fragilizada pela violência? Qual o papel que a equipe técnica deve assumir diante das fragilidades e também

potencialidades apresentadas pelas mulheres, considerando que a chegada numa casa de acolhimento representa um alto nível de vulnerabilidade e ausência de alternativas protetivas frente a situação de violência? Teria a instituição o papel de proteger as mulheres dos companheiros violentos? Ou seríamos profissionais facilitadores da construção de alternativas mais protetivas para que as mulheres consigam estabelecer relações mais autônomas até que atinjam uma vida sem violência? Como desenvolver uma metodologia que inclua o sigilo sem ferir a autonomia destas mulheres? Como de fato desenvolver o enfoque de gênero? Essas são perguntas que a Casa Sempre Viva vem fazendo para que de fato se torne uma Política Pública eficaz no enfrentamento da violência contra as mulheres em nosso país.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gênero; Mulheres em Situação de Violência; Institucionalização; Viver Sem Violência

OS SENTIDOS PRODUZIDOS PARA A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES PELA EQUIPE DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER DE BETIM/MG

*Carolina Mesquita de Oliveira
Consórcio Mulheres das Gerais
carol_mesquita13@hotmail.com*

Esta pesquisa de mestrado finalizada em 2015 teve o enfoque da pesquisa social qualitativa. Seu objetivo foi compreender os sentidos produzidos sobre a violência doméstica contra as mulheres pela equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Betim/MG e suas implicações frente às ações de enfrentamento desse tipo de violência na cidade. A violência contra a mulher foi compreendida a partir da categoria analítica de gênero e sua aplicação nas políticas públicas brasileira pelo seu enfrentamento. Para cumprir o objetivo da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os 8 policiais efetivos e 2 funcionários públicos cedidos pelo município e estado que compõem a equipe da DEAM. Os dados encontrados foram tratados por meio da análise de conteúdo. Durante as entrevistas ficou claro que existe um hiato entre as prescrições normativas para o enfrentamento à violência contra as mulheres e a prática cotidiana do serviço. Os homens e as mulheres apareceram fixos no vetor dominação-opressão, respectivamente. Elas foram referenciadas como vítimas da violência que sofrem e a elas foi atribuída a responsabilidade de colocar fim a essa situação, ainda que tenha sido reconhecida a força da cultura machista como aquela que legitima os homens agredirem as mulheres. Esse comportamento da equipe deixou claro a falta de capacitação específica para compreender a violência contra as mulheres a partir da perspectiva de gênero, além da

incompreensão acerca do ciclo da violência como um dos mantenedores dessa violência específica. Nesse sentido, o que se percebeu foi que o sentido produzido pela equipe da DEAM sobre a violência contra as mulheres reverbera na maneira como o enfrentamento a essa violência acontecerá a partir do equipamento policial. De modo que, tendo a equipe uma visão estereotipada sobre a violência, essa poderá ser reproduzida aos demais serviços da Rede e desfavorecer o reconhecimento de possibilidades de saída da violência pelas mulheres.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres; Gênero; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA DE GÊNERO: GEORREFERENCIAMENTO DAS MULHERES ATENDIDAS

Daniele Aparecida Costa Caldas
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
danieleccaldas@gmail.com

Luciana da Silva Oliveira
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
oliveira.luu@gmail.com

A presente proposta tem por objetivo apresentar os resultados do referenciamento geográfico das mulheres atendidas pelo Benvinda – Centro de Apoio a Mulher, entre os anos de 2011 e 2015. O Benvinda é um serviço da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que presta atendimento a mulheres em situação de violência de gênero no âmbito doméstico. É um serviço de base municipal, portanto responsável por atender mulheres de todas as regionais de Belo Horizonte. A partir das pastas de acompanhamento psicossocial, estamos realizando o levantamento dos órgãos/serviços que realizam o encaminhamento das mulheres para o Benvinda, bem como das regionais e bairros de origem das mesmas. É importante destacar que os dados provenientes deste levantamento servirão de referência para análise das políticas públicas municipais de enfrentamento à violência contra as mulheres, entretanto, eles não podem servir para fazer um diagnóstico dessa violência em Belo Horizonte. Os dados estão contingenciados pelas mulheres atendidas no Benvinda que são originárias de determinadas regiões, mas isso não significa que a violência de gênero contra as mulheres ocorra apenas, ou prioritariamente nesses territórios. Esses dados permitem uma reflexão sobre o modo como as políticas e ações de

enfrentamento à violência de gênero vêm sendo articuladas em cada regional do município de modo a alcançar ou não as mulheres que necessitam de apoio para conseguirem romper com a situação de violência. Dessa forma, acreditamos que este referenciamento geográfico fornecerá subsídios importantes para a avaliação, aprimoramento e construção de políticas públicas de prevenção e de enfrentamento à violência de gênero, bem como para a proposição de ações intersetoriais mais eficazes nas regionais. Possibilitará assim, melhorias e consolidação de políticas para mulheres e o fortalecimento da rede de apoio e proteção às mulheres que vivenciam essa violência.

Palavras-chave: Gênero; Políticas Públicas; Georeferenciamento; Mulheres; Violência.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Cristhian Higor de Paula Costa

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

cristhiandepaulacosta@gmail.com

Jéssica Gabriella de Souza Isabel

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

souzabel.jessica@gmail.com

O presente trabalho teve como objetivo investigar como a temática gênero aparece nas políticas públicas. De modo mais específico, buscou-se entender como as políticas de saúde e assistência social se apresentam para as mulheres no Brasil. Para tanto, faz-se necessário percorrer historicamente a construção de tais políticas, considerando o contexto que as viabilizou. Posteriormente, evidencia-se no trabalho dois fenômenos cotidianamente desafiadores para as políticas públicas: mulheres em situação de rua e mulheres em situação de violência doméstica. Embora pareçam ser duas realidades distintas e que, em determinada medida, justificam a criação de políticas públicas específicas para cada, estas apresentam interlocuções, que merecem ser consideradas. A exemplo, destaca-se a sua inserção nos equipamentos, que denuncia a lógica machista da submissão e da associação mulher/cuidado. Como metodologia, foi utilizado um estudo para mapeamento das políticas, bem como dos serviços e equipamentos vinculados a elas, serviços esses que oferecem proteção a esse público. Em seguida, com o reconhecimento de alguns equipamentos-chave, os centros de referência de apoio a mulheres em situação de violência e o de apoio a população em situação de rua, foi possível abordar a visão de profissionais,

imersos no cotidiano das políticas públicas mencionadas, apontando para a distância entre o prescrito nos documentos e manuais e as diversificadas demandas práticas que se apresentam. Para tanto, foi realizado um grupo focal com quatro técnicas do primeiro equipamento citado e entrevistas semiestruturadas com uma técnica do segundo equipamento e uma enfermeira que atua na capital mineira. Pode-se afirmar, portanto, que as realidades citadas se desdobram em desafios práticos e na necessidade de construções contínuas das profissionais envolvidas, bem como apontam para a multiplicidade de considerações a serem feitas sobre os casos, uma vez que se relacionam á exemplo, com questões complexas como gênero, etnia, classe social. Diante disso, torna-se necessário considerar a intersetorialidade que os fenômenos demandam das políticas, apontando como caminho possível as discussões e atendimentos em rede, construindo fluxos ainda que em contínua revisão e aperfeiçoamento, a fim de encaminhamentos mais coerentes com as realidades atendidas. Sendo necessário também uma revisão constante das políticas já consolidadas.

Palavras-chave: Mulheres; Políticas Públicas; Assistência Social; Saúde; Gênero.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: INTERAÇÃO SOCIAL E SUBJETIVIDADE

Rejane de Souza Correa

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

rejanecorrea.dn@gmail.com

Este estudo apresenta uma análise com base na Psicologia Existencial-Humanista da realidade vivenciada por famílias monoparentais chefiadas por mulheres e, que recebem o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Partindo de uma pesquisa realizada no ano de 2015, nos municípios de Betim e Sarzedo, no Estado de Minas Gerais, com profissionais e mulheres beneficiárias do PBF, o estudo analisa a maneira que os impactos alcançados na dimensão da insuficiência de renda possibilitam desdobramentos psicológicos. Os principais impactos que serão analisados são: autoestima, autonomia, cidadania, sentimento de dignidade e status. Examinando como eles incidem na intersubjetividade das atendidas e, considerando alguns pontos que ainda “entravam” a execução do PBF, o artigo apresenta algumas reflexões importantes a uma efetivação focalizada e comprometida com a superação das causas de vulnerabilidade social. O objetivo é conhecer as transformações ocorridas nas vidas das famílias atendidas, visando à proteção social como forma de alavancar processos de crescimento e fortalecimento individual e familiar. O trabalho de campo foi realizado em dois momentos: primeiramente as entrevistas foram realizadas com profissionais do corpo técnico e num segundo momento com mulheres representantes das famílias. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo o que permitiu uma interpretação e entendimento sobre o tema estudado a partir da revisão bibliográfica. Expressões como: “mudou muito”, “houve melhora”, “eu compro”, “posso pagar”, “é pra comer”,

“ajudou bastante”, “conseguem emprego”, “estão mais bem vestidos”, são recorrentes nos relatos de profissionais e mulheres e demonstram resultados positivos e importantes na construção da autoimagem dos beneficiários. Os dados coletados permitem concluir que a situação de pobreza que o público alvo do PBF está inserido restringe com severidade as possibilidades da intersubjetividade. Sendo assim, o PBF é de suma importância na construção e desenvolvimento da autoimagem, por possibilitar experiências sociais concretas, através do poder de compra, que comportam sentimentos e atitudes que valorizam, geram status e protagonizam indivíduos em situação de vulnerabilidades e sem meios satisfatórios de subsistência material.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Self; Autoimagem; Intersubjetividade.

REDES DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: PERCURSOS E DESAFIOS

Lisandra Espíndula Moreira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lisandra.moreira@ip.ufal.br

O objetivo deste trabalho é levantar algumas questões acerca de caminhos percorridos em duas redes de atenção a mulheres em situação de violência. As duas redes, percorridas em momentos distintos, possuem também características muito peculiares. Uma rede se refere a um município de médio porte no interior de um estado da região sul, acompanhada em 2013; a segunda rede refere-se a uma capital nordestina, acompanhada de 2014 a 2015. A partir desses dois cenários tão díspares, proponho pensar, não em termos de comparação, mas nas aproximações e desafios que essas duas realidades impõem aos profissionais e usuários da rede. Compreender a violência contra a mulher requer levantar questões sociais complexas. O conceito de gênero nos auxilia a pensar a construção das imagens de mulheres dentro de um sistema que articula questões de sexo, gênero e sexualidade. É importante compreender esses percursos a partir da transformação provocada pela Lei Maria da Penha em 2006 (Lei 11.340/2006). A noção do trabalho em rede está prevista na lei, que salienta a importância de atuação conjunta entre os diferentes atores (poder judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação). Nesse sentido, esses relatos, possíveis a partir da parceria entre universidade e políticas públicas, apresentam as diferenças e semelhanças na estrutura e na forma de funcionamento da rede. A partir desses percursos, é importante apontar para dois aspectos: a rede e as formas de singularização. A importância do trabalho

em rede não está apenas nas estruturas definidas de serviços, mas se faz através dos percursos de trabalhadores/ras e usuárias na articulação das ações. Além disso, a singularização das situações, dos atendimentos e das histórias de vida interpela a rede a produzir novas formas de enfrentar as situações de violência que acontecem sempre de maneira muito diversa, conforme o contexto social de cada mulher.

Palavras-chave: Violência contra mulher; Rede de atenção; Lei Maria da Penha; Gênero.

(RE)FAZENDO-SE MÃE EM CÁRCERE: A NEGLIGÊNCIA DA JUSTIÇA SOBRE O SUJEITO GESTANTE EM AMBIENTE PRISIONAL

Leticia Rodrigues da Silva Santos
Universidade Paranaense (UNIPAR)
le_rodrigues_s@live.com

Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini
Universidade Paranaense (UNIPAR)
barbrunini@unipar.br

Eliane Aparecida Calhiari
Universidade Paranaense (UNIPAR)
eliane-calhiari@hotmail.com

Metodologia: Determinações, leis, resoluções sobre o direito da mulher gestante em situação de cárcere. Resultados: As relações desiguais de gênero mantêm-se dentro do sistema prisional brasileiro o qual favorece inúmeros estigmas para a mulher gestante que se encontra nessas instituições. A Lei de Execução Penal (lei 7.210/84) traz algumas especificidades sobre o direito da mulher que “§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 meses de idade”. O Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional –PNSSP (2004), garante que a mulher presa tem de atendimento à saúde pública, incluindo o acompanhamento pré-natal, também a implantação da imunização das gestantes e ações educativas sobre pré-natal, parto, anticoncepção e atendimentos diante de intercorrências. Cabe ao poder público o dever de “proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal” (Lei nº 8.069/90, 1990, p. 16). O CFP

- Psicologia em sua resolução nº 009/2010, delibera que os profissionais Psi, em suas práticas no Sistema Prisional, deverão promover os direitos humanos, a construção da cidadania, em busca de uma desconstrução dos discursos que desconsidera os dispositivos sociais que o atravessam e produzem o processo de criminalização. Apesar dessas metas e objetivos propostos pela legislação é possível identificar o descaso no não cumprimento dessas instituições diante da população feminina em ambiente prisional. Conclusão: Ao adentrar o cárcere feminino os profissionais Psi depararam-se com desafios que poderão ser desvencilhadas por práticas reflexivas e políticas capazes de romper com a hipocrisia do Estado e das instituições. Os profissionais devem, não apenas defender os direitos das mulheres em situação de cárcere, mas afirmá-las como sujeitos de direitos e transformá-las em potências criativas, capazes de recriar a si e seus modos de viver.

Palavras-chave: Mulheres em situação de cárcere; Negligência; Gestante.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Magner Miranda de Souza
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
magner.souza@pbh.gov.br*

*Cláudio Eduardo Resende Alves
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)*

*Cláudia Caldeira Soares
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)*

O “Projeto-piloto Sexualidade e Relações de Gênero na Educação Infantil”, promovido pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGDS) e pela Gerência de Coordenação da Educação Infantil (GECEDI), da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, MG foi realizado nos anos de 2014 e 2015, inserindo-se no âmbito da construção da Política Educacional para as Relações de Gênero de Belo Horizonte. O projeto abriu possibilidades para a promoção de práticas pedagógicas que procuraram romper com a dicotomia de gênero e que buscaram a construção de relações mais simétricas entre meninos e meninas. O público era composto de educadoras, coordenadoras e acompanhantes pedagógicas regionais das UMEI's. Optou-se por aulas expositivas conceituais, mas também pela apresentação de vídeos, seminários, dinâmicas de grupo e trabalhos de campo, tais como observação do comportamento das crianças e de seus discursos nas creches e UMEIs, além da análise de desenhos infantis realizados durante uma atividade proposta. A culminância dos trabalhos ocorreu com a realização de um seminário final, com a apresentação de projetos ou planos de ação e formação a serem realizados nas instituições. Os projetos apresentados foram utilizados como subsídios para a

escrita das Diretrizes Municipais para as Relações de Gênero na Educação Infantil. Os binarismos tradicionais de gênero reduzem as possibilidades de interação social e de escolhas para meninos e meninas, estudantes e professores. As construções das identidades das crianças refletem as assimetrias de poder que se manifestam nas relações de gênero tanto nas famílias dos educadores e das crianças, quanto no cotidiano da escola. Ainda que o trabalho com gênero e sexualidade não seja suficiente para romper com os preconceitos, ele mostra-se muito fértil para contribuir com a ampliação da consciência sobre a diversidade humana e as múltiplas formas de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Gênero; Educação; Equidade; Políticas públicas; Infância.

SAÚDE DA MULHER E ENVELHECIMENTO: UMA BAGAGEM DE MITOS E TABUS

Tatiane Pereira Santos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
tatianepsic@hotmail.com

O envelhecimento populacional já é uma realidade no Brasil atual (Ministério da Saúde, 2010). Diante do mesmo, surge um fenômeno denominado feminilização do envelhecimento que se refere a predominância de mulheres no índice geral da população idosa (Leopoldino; Chacon, 2007). O presente trabalho originou-se em meio a atuação de um PET-Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde) com foco em saúde do idoso. Tendo em vista o aumento do número de idosas com câncer de mama (Vollbrecht, 2014) em todo o país, pensou-se em uma ação para abordar a temática da saúde da mulher, no intuito de intervir neste cenário e contribuir para uma melhor qualidade de vida dessas mulheres. Como metodologia de trabalho optou-se pela realização de uma roda de conversa, no Dia Nacional da Campanha de Vacinação contra a Gripe, no ano de 2015. A mesma aconteceu durante o período da manhã, e a cada uma hora formava-se um novo grupo. Cada discussão teve em torno de quinze minutos, e ocorreu no Centro de Saúde Jardim Montanhês, região noroeste de Belo Horizonte. Uma questão foi unânime entre as participantes e foi nesse ponto que a discussão se ateve: a ausência na consulta ginecológica e a não realização de exames de Papa Nicolau e Mamografia estavam atreladas ao fato do médico ser do sexo masculino. Conectados a isto estavam os mitos e crenças acerca do “ser mulher”, que impediam as mesmas de cuidarem de sua saúde, considerando o contexto “tradicional” em que cresceram e se desenvolveram. A vivência da roda de conversa apontou que existe um entrave entre os

cuidados à saúde da mulher idosa e o que elas entendem do que é “ser mulher”, impossibilitando assim que elas tenham acesso aos dispositivos de cuidado que a saúde lhes oferece. Se faz necessária a criação de outros espaços onde a fala possa circular, disseminando a informação e a discussão em torno do assunto, e assim desconstruir estas assertivas que foram impostas socialmente em torno da mulher e colocam em risco sua saúde.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Mulheres idosas; Feminilização do envelhecimento; Envelhecimento Populacional.

UMA MORTE SELVAGEM, MÃE DE TODOS! NARRATIVAS SOBRE A MORTE POR IDOSOS E IDOSAS RURAIS

Giliane Cordeiro Gomes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
gilianecordeiro@yahoo.com.br

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
rocordeirope@gmail.com

Este estudo tem como objetivo compreender as narrativas que os(as) idosos(as) residentes na área rural do município de Arcoverde, estado de Pernambuco, constroem sobre a morte. Através de leituras a respeito da forma que o contexto sócio histórico e cultural afeta o modo de significar a morte, como também, conhecendo a maneira como as narrativas reproduzem e visibilizam a experiência com a morte. Para tal, fundamenta-se em uma abordagem teórica e metodológica de Pesquisa Narrativa, tendo em vista o caráter social da produção de narrativas como algo onipresente e central na vida em sociedade. O argumento central é de que as narrativas sobre a morte revelam modos singulares de compreender e lidar com a morte, expressando modos de enfrentamento da vida. Esta pesquisa alinha-se às investigações em Psicologia Social com ênfase no debate sobre a produção da morte em áreas rurais. A trajetória seguida para a realização da pesquisa foi entrevista narrativa com análise temática e dialógica. De modo geral compreendo que as narrativas expressam modos particulares de atribuir sentido ao evento de morte, de forma que é possível observar a associação que os(as) idosos(as) produzem da morte como viagem, destino, colheita, desaparecimento e ida para a vida eterna. As narrativas também deflagram a manutenção, baseada em uma ética

camponesa, de práticas fúnebres voltadas para a solidariedade. A fala dos(das) idosos(as) fazem conhecer modos de envelhecer em que eles(as) permanecem ativos e envolvidos(as) socialmente em suas localidades. De modo particular, observa-se que as idosas relacionam sua narrativa sobre a morte às situações de adoecimento e a dificuldade em conseguir assistência médica e previdência, como também à suas práticas religiosas. Por fim, as narrativas também contribuem para o conhecimento de precários contextos de vida em áreas rurais, revelando a dificuldade vivida pelas pessoas desta região no acesso à saúde, assistência social e previdência.

Palavras-chave: Morte; Prática fúnebre; Idoso(a); Envelhecimento, Rural.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE MULHERES DA MARÉ (2000-2013)

*Larissa Velasquez de Souza
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
larissasouzavelasquez@gmail.com*

A violência contra a mulher ocorre em diferentes segmentos sociais e faixas etárias, gerando consequências para a sociedade e o indivíduo. O modelo de sociedade, especificamente aquela calcada no patriarcalismo, por muito tempo, negligenciou esse tipo de violência, não o considerando sob a égide jurídica, social e de saúde, relegando-o ao âmbito privado. No Brasil, a partir da década de 1980, com a tematização pública deste tipo de violência, diversas políticas foram elaboradas e equipamentos públicos criados, especificamente, para a execução de ações do Estado quanto à questão. Diante desse contexto, esta análise tem por objeto de investigação o Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa (CRMMCR), criado em 2000, com objetivo verificar o papel deste equipamento de assistência à mulher em situação de violência, na aplicação de políticas públicas para as mulheres, considerando as especificidades locais do bairro Maré, Rio de Janeiro, no qual está localizado. Foram utilizadas, como fontes analíticas, documentos que compõem o acervo deste centro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a legislação pertinente ao tema, entre outras, assim como foi aplicada a metodologia de história oral a partir da realização de entrevistas com personagens ligados diretamente ao centro. O CRMMCR constituindo-se como um órgão de assistência e de promoção da informação e conhecimento sobre a temática de gênero, atuando através de atendimentos individuais e coletivos, e oficinas sociais que

incluem não só as mulheres mas toda a comunidade. Através da análise foi possível perceber que a atuação do centro, no entanto, não se desenvolve de maneira inteiramente eficaz no local devido à ausência de interação com outras políticas públicas, como educação e segurança, além da violência urbana que marca as relações sociais no local. O inadequado número de profissionais atuantes e o foco na judicialização também foram apresentados nos relatos como fatores impeditivos para o desenvolvimento pleno das atividades da instituição, identificando-se uma necessária reavaliação das políticas públicas relacionadas a violência contra a mulher, com um foco maior na educação e prevenção, além da problematização dos papéis sociais de gênero.

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Políticas Públicas; Gênero; Maré.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ATENÇÃO PRIMÁRIA: A EXPERIÊNCIA DE RESIDENTES MULTIPROFISSIONAIS EM SAÚDE DA FAMÍLIA EM OFICINAS VOLTADAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Áquila Bruno Miranda

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

aquilabruno@ymail.com

Rosemery Augusta da Silva

Especialista em Saúde da Família

rosemeryaugusta@gmail.com

Camila de Carvalho Costa

Especialista em Saúde da Família

220488costa@gmail.com

O trabalho busca apresentar a experiência desenvolvida por uma assistente social, uma psicóloga e uma fisioterapeuta do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família do Município de Betim, na elaboração e condução de um grupo de mulheres. Diante da experiência de violência doméstica relatada por usuárias acompanhadas pela Unidade de Atenção Primária a Saúde (UAPS), viu-se a necessidade da construção de espaços para problematizar as vivências femininas, com vista ao fortalecimento das redes de apoio entre as mulheres e despertar as capacidades ativas de cada mulher para a criação de modos individuais e coletivos para a mudança da situação opressora. No período de outubro a novembro de 2014, as residentes realizaram cinco oficinas com usuárias da UAPS em situação de violência doméstica, estas foram orientadas pelos pressupostos teóricos de Lúcia Afonso e Paulo Freire. Esta experiência convidou as profissionais a refletirem sobre a importância da atuação

interdisciplinar para o enfrentamento da violência doméstica, além disso, o grupo realizado com as mulheres evidenciou a relevância das ações coletivas para o empoderamento da população acompanhada, visto que, muitas vezes, o cuidado em saúde tem sido restrito a medicação e consultas médicas, fator que cristaliza a lógica de medicalização e controle dos corpos. Por fim, os encontros despertaram para complexidade das estruturas de opressão que levam a mulher a produzir e reproduzir a alienação acerca do seu próprio corpo e desejo.

Palavras-chave: Atenção Primária; Violência de gênero; Residência Multiprofissional.

VIVÊNCIAS E ARTICULAÇÕES PSICOSSOCIAIS NA ADOÇÃO HOMOPARENTAL

Tatiana Benevides Magalhães Braga
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
tatibmb@gmail.com

Kamila Carleto Fernandes
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A adoção por casais homossexuais é um fenômeno recente, que se institui numa sociedade ainda orientada por padrões tradicionais de relação entre sexo, gênero e orientação sexual. Nesse contexto, há carência de informações na literatura sobre aspectos psicossociais que envolvem tal adoção, como o processo de decisão, as dificuldades no trato com profissionais relacionados ao processo adotivo e ao cuidado da criança (operadores do direito, educadores, psicólogos, assistentes sociais, etc.), recepção das crianças adotadas em espaços de socialização como a escola e a família. Por outro lado, os cenários sociais em que ocorre o fenômeno são permeados por expectativas normativas relativas a padrões de gênero que não se efetivam na conjugalidade parental, abrindo espaço para preconceitos e desorientações no trato social cotidiano. Nesse contexto, o presente estudo de caso busca cartografar o processo por meio de entrevistas em que os participantes narram suas vivências no percurso de adoção. Realizam-se ainda visitas aos campos sociais envolvidos (escola, residência, fórum e outros espaços), aprofundando aspectos presentes nas entrevistas. Os dados foram analisados por meio da hermenêutica fenomenológica. Os resultados apontam que a família homoparental apresenta como questão a desconstrução do modelo nuclear e androcêntrico, apresentada nos elementos cotidianos da socialização. O

enfrentamento dos conflitos sociais gerados nesse contexto requer a crítica dos processos de patologização das conjugalidades e famílias não tradicionais e o reconhecimento das relações de ajuda mútua e da construção de novos laços afetivos e novos modos de cerzir redes de apoio psicossocial.

Palavras-chave: Adoção Homoparental; Gênero; Psicologia Social; Fenomenologia.

MULHERES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A AUTORREPRESENTAÇÃO FEMININA NA CANÇÃO BRASILEIRA: MAYSA, RITA LEE E VANESSA DA MATA

Isabela Amorim Santiago

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

isabelaamorimsantiago@gmail.com

Tamires Ferreira Coelho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

tamiresfcoelho@gmail.com

A transformação da condição social feminina possibilitou a inserção do ser mulher nos mais diferentes ambientes. Muito ainda deve ser feito para inserir a mulher no mercado de trabalho e, mais que isso, oferecê-la as mesmas oportunidades dadas aos homens. Mas essa mudança de pensamento junto às transformações sociais contribuiu para que, de diferentes formas, a mulher pudesse ter mais espaço. E um espaço que não é reduzido ao papel de mãe e dona de casa, como pregam os valores patriarcais. “As músicas, como qualquer forma textual, deixam marcas da subjetividade dos sujeitos e carregam significados culturais e representacionais de gênero. [...] Dessa forma, a linguagem cria representações sociais e institui o real.” (TEIXEIRA; PAWLOSKI, 2012, p. 100). Assim, há relações de poder que se revelam por meio da canção. Em alguns momentos as questões relacionadas à diferenciação dos gêneros aparecem de forma latente e tentam quebrar os estereótipos que envolvem o ser mulher. De formas distintas, três artistas, Maysa, Rita Lee e Vanessa da Mata, rompem com certos parâmetros sociais que identificam a mulher como ser inferior e incapaz, cada uma à sua maneira, possibilitando um aparecer da mulher brasileira na cena musical que pode se configurar como político. A canção pode ter, portanto, a possibilidade de que elas se representem enquanto mulheres,

podendo, assim, subverter estereótipos e estigmas em cima do que é “ser mulher”. Além disso, pode-se perceber que o sucesso serve de causa para a representatividade feminina e consequência como forma de identificação pessoal das mulheres com a própria canção. A canção feita por mulheres tem um caráter particular por estar relacionada à transformação dessa condição social feminina. Afinal, as mulheres vão trazer em sua aparição experiências históricas e culturais muito diferentes das masculinas. Esse trabalho tem por objetivo analisar a autorrepresentação feminina nas canções de Maysa, Rita Lee e Vanessa da Mata, tendo em vista a identidade feminina que é construída através de sua subjetividade na música, da construção da mulher pela sociedade e pela mídia, além dos estereótipos de gênero que interferem diretamente nessa posição do “ser mulher”. Em relação à metodologia, que ainda está em fase de construção, pode-se observar alguns movimentos: o primeiro quanto à escolha das artistas, que, dentre outros aspectos, deveriam ser, além de cantoras, compositoras, estar inseridas no gênero da MPB; pesquisa prévia de todas as canções autorais de cada artista; caracterização das canções com base em grupos de elementos presentes nas canções; observação de características comuns entre as artistas e as relações de poder que surgem nas canções. Por ainda estar em fase de construção, os primeiros resultados que foram obtidos dizem respeito à caracterização inicial das artistas, a sua fala através das canções e, principalmente, à quebra de estereótipos de cada uma delas em dado momento histórico e social.

Palavras-chave: Mulher; Canção; Identidade; Representação.

A INFORMAÇÃO NA MARCHA DAS VADIAS: DISCURSO, NARRATIVA E PERFORMANCE

Ana Amélia Lage Martins

Bibliotecária, mestre e doutora em Ciência da Informação pela

UFMG

anaamelia@pbh.gov.br

O trabalho discute os resultados da pesquisa de doutorado que teve como problemática as formas pelas quais se apresenta a informação no movimento “Marcha das Vadias”. A pesquisa concebe a informação como forma simbólica que articula, na dinâmica conflituosa da história e da cultura, sentidos sociais, estes compreendidos como construções históricas coletivas a partir das quais os sujeitos constroem os termos para apreender, significar, nomear, representar e lidar com as situações e fenômenos a sua volta (Spink, 2004). Ao utilizarem de modo central a linguagem, os “novos movimentos sociais” e, especialmente, os movimentos feministas, contestam os significados hegemônicos que remetem à “condição” da mulher e que produzem historicamente normas responsáveis por sustentar e reproduzir as desigualdades de gênero. O objeto da pesquisa compreendeu a informação produzida por sete expressões brasileiras do movimento feminista global Marcha das Vadias, investigado por meio de um corpus de análise formado por material textual e iconográfico, cuja circulação se dá nas ruas e nas redes, e interpretado a partir da hermenêutica-dialética. Os resultados da investigação evidenciaram as dimensões discursiva, narrativa e performática como as principais que atravessam a informação produzida pelos movimentos. A primeira refere-se aos usos frequentes de conceitos das teorias feministas e dados sobre as mulheres, legitimados socialmente, conjugados aos termos “vulgares” da esfera da oralidade e da experiência. A dimensão

narrativa apresenta-se nas vozes em primeira pessoa, na criação de slogans e frases que se convertem em “narrativas fundadoras” e na reiterada evocação da experiência das mulheres. A dimensão de performance evidencia-se, sobretudo, na conversão dos corpos em suportes de informação, meios de inversão da ordem, de desarranjo das classificações acerca da mulher que evocam rituais de ruptura e suspensão da ordem como espaço limiar de deslocamento de significados.

Palavras-chave: Marcha das Vadias; Feminismo; Informação e feminismo; Narrativa e informação.

A LUTA PELA DESCRIIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA AMÉRICA LATINA: UM MAPEAMENTO TRANSNACIONAL DA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA LATINO AMERICANA NO CAMPO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Paula Rita Bacellar Gonzaga
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
paularitagonzaga@gmail.com

Cláudia Mayorga
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
mayorga.claudia@gmail.com

Esse trabalho consiste no projeto de pesquisa de doutorado em andamento e que objetiva compreender como a Psicologia têm se articulado no contexto latino-americano diante das questões relacionadas a criminalização do aborto. Considerando que as profissionais de psicologia, majoritariamente mulheres, são reconhecidamente convocadas para atuar no acompanhamento dos casos de permissivos legais (aborto terapêutico, interrupção de gestação decorrente de estupro e nos casos de feto incompatível com a vida) e também na avaliação das solicitações de abortamento no Uruguai onde a prática foi descriminalizada e legalizada em 2012, cabe conhecer e analisar quais ações e reflexões essa categoria tem produzido sobre a questão do aborto, principalmente diante do cenário da América Latina que mantém a prática majoritariamente como crime. As sanções legais e sociais que são direcionadas às mulheres que interrompem gestações acarretam a estes impactos objetivos e subjetivos, impõe os riscos da clandestinidade ao procedimento e o medo da penalização. Como a Psicologia, através dos conselhos e associações que representam e regulamentam a profissão, tem abordado essa

temática e qual compromisso ela tem assumido na busca pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres latino-americanas? Situar a produção e atuação da psicologia é fundamental para identificar como ela tem se preparado para atuar junto a mulheres em situação de abortamento e como as profissionais se apropriam dessa temática histórica da luta feminista. Por fim, esse trabalho visa ainda destacar a produção dessas profissionais, sua atuação e seu engajamento sobre essa temática, visto que num esquema de colonização intelectual elas se situam no Sul Global, historicamente marginalizado e rechaçado como produtor de conhecimento. Desse modo, conhecer e valorizar as produções e práticas de psicólogas latino americanas diante da questão do abortamento é também um compromisso de legitimar a importância dessas experiências.

Palavras-Chave: Criminalização do aborto; América Latina; Psicologia; Práticas profissionais; Movimentos sociais.

AUTOBIOGRAFIA E ATIVISMO ENTRE BLOQUEIRAS FEMINISTAS

Idilva Maria Pires Germano
Universidade Federal do Ceará (UFC)
idilvapg@gmail.com

Rebeca Áurea Ferreira Gomes Monteiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)
rebeca.am@hotmail.com

Este trabalho explora a interface entre autobiografia, gênero e ativismo mediante análise narrativo-discursiva de textos de mulheres blogueiras que se posicionam como feministas. O objetivo geral é compreender como utilizam os recursos virtuais para a narração de si e para fazer política de gênero. Os objetivos específicos são analisar os repertórios discursivos usados para entender e justificar a adoção do feminismo e discutir o papel das redes sociais na divulgação do feminismo. Foram analisados 12 textos de participantes do 4o Concurso de Blogueiras (2010) promovido pela blogueira feminista Lola Aronovich, com a temática “A origem do meu feminismo”. Os textos foram analisados em perspectiva narrativa (aspectos estruturais e de conteúdo como enredo, personagens, temas etc.) e discursiva crítica (repertórios e posições de sujeito). Entre os resultados, destacam-se: 1- feminismo como “liberdade” e adoção cotidiana de práticas de independência ; 2- o auto-posicionamento como feminista ocorre em referência a perspectivas “radicais”, reconhecendo-se as conquistas das primeiras mulheres a “queimarem o sutiã”, mas afastando-se das implicações de “igualdade com o homem” e outros lugares-comuns de rejeição ao feminismo; 3- a variedade de episódios biográficos e de faixa etária para se tornar “feminista”; 4- o reconhecimento da narrativa pessoal

nos blogs e outros espaços como forma de enfrentamento do preconceito, como catarse e estratégia de atuação crítica; 5- a pluralidade de personagens e situações de machismo e desigualdade de gênero no ambiente doméstico e fora do lar que contribuem para uma tomada de posição feminista; 6- o ativismo feminista como parte da metamorfose autobiográfica. Conclui-se, entre outros pontos, que ser feminista desenvolve-se cedo na biografia das narradoras como estranheza e rebeldia e, só mais tarde, como ativismo político. Este ganha maior expressão e estímulo no ambiente virtual a partir do contato com outros blogs feministas.

Palavras-chave: Narrativas; Autobiografia; Ativismo; Feminismo; Blogs.

BELA, DESCONTROLADA E DO PLANALTO: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA MÍDIA A PARTIR DOS CASOS DILMA ROUSSEFF E MARCELA TEMER

Marco Túlio Pena Câmara

*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
(CEFET/MG)*

marcotuliocamara@gmail.com

Fortalecido no Brasil na década de 1970, o movimento feminista alcançou muitas conquistas em diversos campos, principalmente na política. Do simples direito ao voto à vitória eleitoral, a mulher foi ganhando espaço na sociedade, na constante busca por igualdade de gênero. Mesmo com tantas conquistas, a falta de representatividade e a discriminação sobre a imagem feminina ainda estão presentes e enraizadas na sociedade atual. Marcado pelo machismo, o discurso hegemônico da grande mídia insiste em definir o perfil ideal da mulher_ preocupada com a aparência, discreta, submissa e dependente do homem. Recentemente, dois grandes veículos impressos reproduziram tal discurso, traçando perfis de mulheres relacionadas à política. Em abril, a revista IstoÉ trouxe, em sua capa, a reportagem intitulada “As explosões nervosas da presidente”, onde retrata a então presidente Dilma Rousseff como uma pessoa desequilibrada e sem condições emocionais para governar o Brasil. No mesmo mês, a revista Veja publica a matéria “Bela, recatada e do lar”, onde descreve o perfil de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer, considerando-o como um homem de sorte por tê-la como cônjuge. Com base nesse corpus, o presente artigo objetiva analisar a representação da mulher na mídia, a partir de contribuições feitas por Freire Filho (2015). Para este estudo, é fundamental tentar entender como se dá a construção de notícias e seus possíveis enquadramentos, que

representam o posicionamento da empresa, como analisam Albuquerque (1998), Charaudeau (2012) e Porto (2004). A partir desses autores, constrói-se a formação do discurso das mídias, a cobertura política e o mito da imparcialidade da imprensa, tendo o enquadramento como instrumento para examinar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia. Com isso, percebeu-se que há uma estreita relação entre os enquadramentos da mídia, os processos de deliberação política dos cidadãos e a própria viabilidade de um sistema genuinamente democrático, pois a mídia contribui para privilegiar determinadas interpretações hegemônicas da realidade. Portanto, torna-se fundamental a presença de discursos anti-hegemônicos para a melhor representatividade e construção de identidade política, já que, quando expostos a segmentos plurais, as pessoas têm acesso a um conjunto mais amplo de interpretações e desenvolvem entendimentos mais variados sobre a política, que deve ser livre de discriminação e estereótipos.

Palavras-chave: Mulher; Política; Machismo.

CIBERATIVISMO: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE MILITÂNCIA FEMINISTA NO FACEBOOK

Júlia Nogueira Dorigo
Centro Universitário UNA
juliadorigo@gmail.com

Trazemos aqui um relato de uma experiência de uso das mídias sociais digitais como um espaço político, especificamente para se trazer as discussões feministas e colocar em xeque as consequências da desigualdade de gênero. Atualmente as mídias digitais tem ganhado força no espaço da comunicação, elas vêm crescendo como canal de obtenção de informação por boa parte da população como a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 demonstra. As redes sociais digitais se apresentam não apenas como um espaço de compartilhamento de notícias pessoais, mas também um espaço para um ativismo político com um importante alcance social. Graças às inúmeras interconexões é possível construir uma militância em diversas causas, com um impacto positivo, através do universo on-line. O que queremos trazer à discussão é o potencial destas ferramentas para construção de um discurso feminista, o uso das mídias como um espaço de denúncias das desigualdades de gênero e suas consequências a partir de uma experiência pessoal dentro da mídia do Facebook, que ocupa o primeiro lugar das redes sociais utilizadas por brasileiros. Ao divulgar notícias sobre mortes de mulheres, por exemplo, denunciando que se tratam de feminicídios e colocando junto a notícia uma análise pessoal a respeito da mesma o espaço digital se mostra como profícuo para o início de uma conversa a respeito do tema com interlocutores que não pareciam demonstrar estar abertos à temática e o uso destas mídias acaba servindo para a sensibilização e discussão acerca do tema em questão. O relato propõe trazer os êxitos e percalços desta experiência, desde o

encontro com novos interlocutores que militam junto na causa, como a possiblidade de dialogar com um pouco mais de calma com os que desta discordam, pensando nas contradições trazidas pelo novo espaço de discussão política.

Palavras-chave: Feminismo; Ciberativismo; Desigualdade de Gênero.

ENVELHECIMENTO E OS DESAFIOS PARA A MULHER DO CAMPO PERNAMBUCANO

Rosely F. M. Arantes

Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na

Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)

roselyarantes8@gmail.com

Este trabalho pretende, de maneira exploratória, refletir e abordar as condições das mulheres idosas do campo pernambucano e as dificuldades em lidar com essa fase, ainda desconhecida e carregada de tabus, mitos e preconceitos, que é o envelhecimento humano. Por Mulheres Idosas compreendemos, neste documento, as agricultoras familiares e as assalariadas do campo a partir dos 55 anos de idade. Chamando a atenção para o registro de que as mulheres envelhecem mais do que os homens e em condições de adoecimento muito superior a eles. Além disso, na maioria dos casos, todas as citadas acima, ainda que já estejam aposentadas, continuam a produzir e contribuem economicamente com as respectivas famílias e, em alguns casos, sustentam os referidos entes, como também, a estrutura sindical confederativa a que pertence (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura - FETAG's e; Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR's). Pretendemos avaliar de que forma o Estado e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) têm contribuído para a melhoria nas condições de vida dessas pessoas. Interessante pontuar como a participação ativa e organizada de parte das mulheres trabalhadoras rurais, em especial as do Sertão pernambucano, conseguiu pôr o tema da participação política e da paridade (entre mulheres e homens) na agenda decisória do próprio Movimento, garantindo a

ampliação da representatividade deste gênero nas discussões políticas tanto no MSTTR quanto nas políticas públicas para as mulheres, a exemplo da Política Integral das Populações do Campo, Florestas e Águas. O trabalho tem como proposta analisar, de forma preliminar, os conflitos e impactos na gestão política e na agenda sindical do MSTTR pernambucano, provocados pela ampliação de uma intervenção qualificada e articulada das mulheres, em especial, as idosas do campo.

Palavras-chave: Mulheres; Idosas; Trabalhadoras rurais; Políticas públicas; Direitos.

FALAM AS PARLAMENTARES: A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES NO PERU E NO BRASIL

Thais Reyna Infanzon Vargas

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

thaisrив@gmail.com

O presente artigo possui como tema a “lei de cotas para mulheres” como ferramenta institucional. Foram analisados comparativamente dois países, o Brasil e o Peru. Esta lei foi adotada por muitos países na América Latina, inclusive os países supracitados e é considerada um instrumento de inclusão política para mulheres nas instâncias de poder e como tal representa um instrumento institucional de combate à desigualdade de gênero na arena política. Para direcionar este trabalho, optou-se pela utilização do método qualitativo com viés comparativo, utilizaram-se também como instrumentos metodológicos a análise de documentos, tais como informações oficiais sobre a composição das mulheres no legislativo, mudanças na constituição tais como o direito ao voto e a lei de cotas, e as entrevistas. Este último com o objetivo de obter as opiniões e pareceres das parlamentares brasileiras e peruanas sobre a lei de cotas e participação das mulheres no legislativo. Para atingir este objetivo foram entrevistadas um total de oito parlamentares (quatro por país), o critério da seleção das parlamentares se baseou na tradição dos partidos, esquerda e direita. Pode-se concluir que a lei de cotas para mulheres representa um mecanismo necessário para corrigir as assimetrias de gênero. Porém, a sua implementação não trouxe os resultados esperados em ambos os países, assim como também tiveram efeitos diferentes em cada país. Atualmente em ambos os países, estão sendo debatidas propostas legislativas que buscam o aperfeiçoamento desta lei. No Brasil, reivindica-se a existência de cotas ou vagas para

mulheres dentro da Câmara dos Deputados e não apenas nas listas eleitorais como é previsto por lei. Enquanto no Peru atualmente debate-se o aumento na porcentagem da lei de cotas, a abolição do voto preferencial no sistema eleitoral e/ou a alternância de gênero nas listas eleitorais. Diante disso, as parlamentares do Peru e do Brasil afirmaram que a lei de cotas, tal como está, não é efetiva dentro espaço político já que esta promove apenas as candidaturas. No entanto salientaram e reforçaram a importância desta no cenário eleitoral.

Palavra-chave: Gênero; Política; Participação; Legislativo; América Latina.

GÊNERO E DEMOCRACIA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Lais de Araújo Moreira

Bolsista de Iniciação Científica NUPE; Faculdade de Pará de

Minas (FAPAM)

laismoreira9@hotmail.com

O movimento feminista teve uma influência significativa para a valoração de novos espaços públicos bem como de novos sujeitos político-sociais, assumindo uma dimensão claramente reivindicatória e transformadora. Em meio à redemocratização, a presença atuante de mulheres organizadas, feministas, bem como as constituintes, na Assembleia Nacional Constituinte, ocasionou grande impacto na formulação constitucional do Brasil. Suas demandas foram analisadas, modificadas e incorporadas ao texto constitucional marcando a história do movimento feminista, assim como da democracia brasileira. Com a finalidade de proporcionar um maior conhecimento sobre este intenso processo de elaboração e consolidação de direitos das mulheres, a apresentação, busca analisar, brevemente, a história deste movimento que contribuiu para a formação política da mulher brasileira, as indagações levantadas na iniciativa de construir uma democracia justa e igualitária, tal como, os êxitos obtidos na legislação constitucional e infraconstitucional, além de relatar as transformações sociais que ocorreram em virtude da mobilização feminista. Sustenta-se ainda, que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apresenta uma notória discussão de gênero. Para isso, utilizou-se de diversas legislações que reportassem os direitos das mulheres bem como um vasto levantamento bibliográfico, em especial, as considerações de Salete Maria Silva, na obra A carta que elas escreveram: A participação das mulheres no processo de

elaboração da Constituição Federal de 1988, Celi Regina Pinto, na tradicional obra Uma história do Feminismo no Brasil, e as indagações de Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortês no texto governamental Mais Mulheres no Poder.

Palavras-chave: Constituição/Constituinte; Participação; Mulheres; Movimento Feminista; Democracia.

GÊNERO, RAÇA E RELIGIÃO: ARTICULAÇÕES (IM)POSSÍVEIS?

Geíse Pinheiro Pinto
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
geise.ppinto@gmail.com

Cláudia Mayorga
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
mayorga.claudia@gmail.com

A proposta desta pesquisa visa a compreensão sobre a experiência de mulheres negras inseridas no contexto religioso evangélico e de como esse fenômeno pode nos dizer dos processos de desigualdades sociais brasileiro. Interessanos identificar e compreender como quais as maneiras de articulação, mobilização, reivindicação e demandas discursivas para pensar as trajetórias institucionais dessas atrizes sociais e suas pautas no espaço religioso e fora dele também. O intuito é construir o entendimento sobre como as mulheres negras evangélicas vivenciam as relações de poder, sobretudo no que se refere as relações de gênero e de raça, buscando o entendimento de como e se tais experiências podem colaborar para a superação, reprodução e/ou atualização da intersecção entre as lógicas de racismo, machismo e sexism. Nesse sentido, um aspecto importante na elaboração desta proposta de pesquisa refere-se em identificar a agência e resistência possível desse grupo social que, historicamente tem vivenciado situações marcadas por contextos de exclusão e desqualificação social. Para alcançar essa empreitada, utilizaremos uma proposta analítica a partir da perspectiva teórico e metodológica feminista e do conceito de interseccionalidade. Interessamo-nos organizar lentes e instrumentos teóricos e metodológicos que nos permitam

conhecer o que as mulheres negras evangélicas têm produzido, vivido e dado sentido no que se refere às relações de gênero, raça, principalmente, associada a experiência religiosa e processos de participação social. Desse modo, lançaremos mãos de procedimentos metodológicos diversos como grupos de discussão, entrevistas, observação participante. Diante do exposto, a proposta dessa pesquisa busca construir um referencial teórico e metodológico que possibilite englobar a constituição dos grupos sociais, suas estratégias de criação de redes relacionais e as significações atribuídas à realidade social. Nessa direção, buscamos privilegiar tanto as dimensões envolvidas nas dinâmicas externa quanto os aspectos relativos à dinâmica interna da constituição desses sujeitos sociais (mulheres negras evangélicas). Interessa-nos produzir um fazer científico posicionado e crítico em um espaço social heterogêneo, contraditório e marcado por relações de poder, como a temática que pretendemos investigar. Diante do exposto, pretendemos, muito mais do que afirmar se a religião é boa ou má para as mulheres, discutir com que projeto de sociedade a inserção dessas mulheres no contexto religioso ocorre: Essa inserção se dá no sentido da construção de processos de autonomia e participação delas ou não? Que saídas estão sendo construídas e/ou reproduzidas nestes contextos de inserção social e religiosa dessas mulheres negras? Afinal, as religiões podem ser entendidas enquanto lugares sociais estabelecidos por dinâmicas complexas e que veiculam em suas práticas sociais contradições e ambiguidades, não atuando sempre em todas as sociedades e tempos a partir de ações e práticas conservadoras.

Palavras-chave: Mulheres negras; Participação política; Religião; Interseccionalidade.

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE MULHERES NEGRAS EM CARGOS ELETIVOS

Dulcineia dos Santos Leite
Universidade de São Paulo (USP)
ddulcineialeite@hotmail.com

O que impulsionou o início desse trabalho foi a necessidade de entender como a mulher negra está situada na conjuntura política brasileira, então comecei um levantamento dessas mulheres na eleição de 2014 para mapeá-las. Este trabalho tem como objetivo mapear a presença feminina na política, aonde elas estão presentes e a também a mulher negra dentro desse contexto. Para esse levantamento de dados foi verificado o site do STE - Supremo Tribunal Eleitoral para os cargos de Presidente, Senador, Governador, Deputados Federal, Estadual e Distrital nas eleições de 2014. No total foram 21990 candidatos em todo o território nacional, numa população de 202.063.812 e em todos os cargos eletivos, sendo que somente 609 em mulheres negras, ou seja, menos de 0,03%, sendo a população brasileira constituída em 51% de pretos e pardos, segundo o IBGE. Campos e Machado (2015, p. 122,126), cita Araújo que afirma que há escassez de mulheres negras e pardas nas listas lançadas pelos partidos, em função dos obstáculos dentro dos próprios partidos que dificultam a candidatura. De acordo com Gohn (1997, p.256), a luta para acabar com as desigualdades no tratamento das pessoas em relação à raça, religião, sexo, entre outros está presente simbolicamente nos valores sociais e o maior triunfo dessa luta é a conquista de leis que demarquem ou redefinam relações sociais existentes. Somente em 2014, TSE inseriu aos seus registros, a variável cor/raça em seu banco de dados, o que possibilitará análises mais fiéis e confiáveis da sub-representação dos negros na política nacional (cargos

eletivos). A partir dessa nova variável será possível ver o percentual de candidatos negros em cada esfera então começar a estudar tendências e fenômenos que ainda não puderam ser analisados em função da falta de dados oficiais.

Palavras-chave: Política; Eleição; Mulher Negra.

MARIA ILMA RICARDO: UM RELATO SOBRE A HISTÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS DE BELO HORIZONTE

Mara Marçal Sales

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
milmaravilhas2002@yahoo.com.br

Adriana Dias Gomide Araújo

Ciências Médicas de Minas Gerais (CMMG)
adriana.gomide@yahoo.com.br

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo geral identificar nas lembranças de uma liderança de atuação pioneira – Maria Ilma Ricardo - o histórico de sua inserção e participação no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte, bem como os contornos assumidos por esta instituição ao longo do tempo. Os objetivos específicos abrangeram: a) analisar o processo de mobilização psicossocial que desencadeou a filiação desta trabalhadora doméstica à luta sindical e b) identificar os elementos contextuais e históricos que caracterizam a estruturação e atuação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte. A pesquisa foi realizada mediante o recolhimento da história de vida de Maria Ilma Os dados recolhidos em campo foram tratados a partir da perspectiva da análise de conteúdo. Os resultados apontam para o significativo papel desempenhado pela Igreja Católica no processo de organização da categoria nos anos 1970, bem como para a sensibilização de Maria Ilma, ainda jovem, para a luta coletiva. Indicam ainda que o sindicato tem uma história de perseverança, mas que logrou alcançar, em sua trajetória, uma mobilização muito pontual junto à categoria. Não obstante a pequena capilaridade junto às bases, a instituição

conseguiu se inserir em redes nacionais de representação das trabalhadoras domésticas. Os resultados mostram ainda os entrelaçamentos estreitos que o trabalho doméstico mantém com aspectos fundamentais da organização social em nosso país. Ele expressa não só incisivas desigualdades de gênero e de raça, mas descortina também uma marca do mercado laboral brasileiro: a forte desvalorização do trabalho reprodutivo. Na atualidade, todavia, este campo vivencia modificações abrangentes, pois há uma significativa alteração no perfil da categoria das trabalhadoras domésticas e, também, mudanças na legislação ampliaram o rol de direitos trabalhistas atinentes a esta classe profissional.

Palavras-chave: Maria Ilma Ricardo; Sindicalismo; Trabalhadoras domésticas.

MULHERES DO LUTO À LUTA

Emilene Souza

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

emilenedesouza@gmail.com

O presente trabalho apresenta uma análise de grupos de suporte social ao luto organizados por mães enlutadas e reflete sobre as características da emergência deste movimento no cenário Brasileiro. Observamos o crescimento destas iniciativas nos últimos anos e entendemos que estas manifestações evidenciam a necessidade da construção de espaços que possibilitem o enfrentamento de situações de perda no contexto da sociedade ocidental contemporânea que instaura um silêncio social ao redor do tema. Foram pesquisados 10 grupos distribuídos em 6 cidades. A partir de informações e relatos coletados nos espaços virtuais dos grupos pesquisados buscou-se apreender o histórico de suas formações e analisar os processos de resistência e agremiação de mulheres pela via da solidariedade. Nota-se a relevância destes grupos como facilitadores do processo de elaboração de luto ao se constituírem como redes de apoio, espaços de reconhecimento, escuta e compartilhamento por meio da narrativa de histórias de perdas. Destaca-se, ainda, a ampliação destas iniciativas e o engajamento de diversos grupos em torno questões sociais como a prevenção à violência e a luta contra impunidade.

Palavras-chave: Mulheres; Luto; Narrativas; Solidariedade.

MULHERES EM AÇÃO NO ESPAÇO VIRTUAL: NARRATIVAS EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA DO ATIVISMO AMBIENTAL

Erika Cristina Dias Nogueira

*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
(CEFET/MG)*

erikadiasjornalista@gmail.com

No Brasil, país mais perigoso do mundo para o ativismo ambiental, mulheres lutam por espaço nos meios de comunicação alternativa para disseminarem seu discurso de defesa do meio ambiente. As mulheres sempre tiveram uma participação mínima ou inexistente nas esferas públicas e ainda combatem a ordem patriarcal e masculina instaurada durante os últimos séculos. Porém, novos movimentos, como o ecofeminismo, já consideram a mulher como a responsável pela salvação do mundo por meio da defesa do meio ambiente, ideia essa também corroborada por órgãos de grande relevância internacional, como as Nações Unidas, que registrou seu apoio por meio do relatório do Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP, em 2001. Para atuarem contra o extermínio da natureza, as ativistas ambientais precisam de visibilidade e legitimidade nas esferas públicas e, atualmente, o site de rede social digital Facebook é o fenômeno discursivo digital que oferece tais possibilidades, proporcionando certa autonomia para a expressão política dessas mulheres. O projeto de pesquisa de doutorado aqui apresentado analisa a narratividade digital construída pelas mulheres ativistas ambientais em seus perfis virtuais no Facebook e as vias de constituição de uma memória do ativismo ambiental no site. As ativistas ambientais escolhidas, inicialmente, para a pesquisa são as brasileiras Ana Paula Maciel e Mayan Maharishi. Utilizamos como base teórica e

metodológica a Análise do Discurso, bem como também os estudos sobre Narrativas, Memória, Ciberativismo e Tecnologia. A pesquisa atual dá continuidade ao estudo de mestrado sobre a atuação discursiva das ONGs ambientais no Facebook e já identifica determinadas estratégias narrativas utilizadas pelas ativistas no site, como também os tipos de reações discursivas provocadas, importantes para a constituição da narratividade digital dessas ativistas.

Palavras-chave: Narratividade digital; Facebook; Rede social digital; Ecofeminismo; Ativismo Ambiental.

MULHERES NA POLÍTICA E NARRATIVA MIDIÁTICA: UM ESTUDO DE CASO

Louise de Paula Pinheiro Gonçalves
louisepinheiro@live.com

André Luiz de Oliveira Costa
andredolie@yahoo.com.br

Filipe Oliveira Dias
filipe.oliveira08@live.com

João Henrique de Sousa Santos
jhsousasantos@gmail.com

Joyce Esteves Garbazza
jogarbazza@yahoo.com.br

Maíra Carolina Alves Santos
maira.psic@yahoo.com.br

Tânia Júnia Soares
tanyajunya@hotmail.com

Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD-MG)

O objetivo do presente trabalho é analisar as construções discursivas utilizadas pela mídia impressa a respeito da presença da mulher na política. Ainda que o cargo político de maior responsabilidade seja ocupado por uma mulher e sendo a maioria populacional constituída por mulheres, a participação destas em espaços de representatividade política é extremamente inferior em comparação aos cargos ocupados

por homens no Brasil. O trabalho investiga as produções bibliográficas no campo das discussões de gênero e política. São analisadas, ainda, as relações entre gênero e política em duas matérias de revista semanal, *IstoÉ*, de circulação nacional que tiveram os respectivos títulos: “A mulher no poder” e “As explosões nervosas da presidente”. A última produziu ampla discussão, mobilizando intelectuais e movimentos feministas, tendo em vista seu conteúdo sexista. A primeira se deu no contexto de eleição do primeiro mandato da presidenta. A segunda surge no cenário de votação referente ao processo de impeachment, já no segundo mandato. Entende-se a mídia como um ator que não só faz uma marcação do lugar da mulher como também promove a manutenção desse lugar. A análise permitiu a construção de três eixos narrativos: a política é machista; o discurso patologizante; resistências feministas. Entre o primeiro e o segundo mandato, até o afastamento da presidenta pelo Senado Federal, a revista publicou 28 edições trazendo a presidenta na capa. Os resultados apontam que a mídia constrói uma representação negativa da mulher na política, sendo este um espaço de dominação masculina. Em um cenário onde a política passa por momentos conturbados, a presença da mulher na política aparece ora menosprezada, tida como “fraca”, ora tamponada por uma figura masculina considerada “forte”. É possível verificar, ainda, que o comportamento da mulher é, por vezes, patologizado, como tentativa de tornar seus atos ilegítimos.

Palavras-chave: Mulheres; Participação política; Violência; Mídia; Gênero.

NARRATIVAS DA COLETIVA ESTAMIRA DE MULHERES PSICÓLOGAS

Alessandra Belmonte
alessandabelmonte@yahoo.com.br

Carolina de Carvalho
carol03carvalho@gmail.com

Isabela Caiafa
belacaiafa@hotmail.com

Izabela Beraldo
izabela.beraldo@gmail.com

Joice Reis
joicerenildes@gmail.com

Letícia Gonçalves
leticia1goncalves@yahoo.com.br

Maria Luisa Lelis
mllmmalu@hotmail.com

Naiara Silva
nairasilva2004@yahoo.com.br

Thalita Rodrigues
thaalita.rodrigues@gmail.com

Sabrina Mascarenhas
sabrinamascarenha@hotmail.com

Coletiva Estamira de Mulheres Psicólogas

A Coletiva Estamira de Mulheres Psicólogas nasceu em 2015 após uma roda de conversa sobre Mulheres, trabalho e psicologia realizada no Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, em sua sede em Belo Horizonte. Na ocasião, após as reflexões, debates e, principalmente, das constatações sobre as desigualdades de gênero e demais desigualdades que envolvem uma profissão majoritariamente feminina (segundo pesquisas do CFP, somos, aproximadamente, 91% de toda a categoria) o grupo de mulheres se mobilizou e percebeu a importância de se articular para enfrentar essas questões. Uma dessas questões diz respeito a pouca participação das mulheres em cargos de gestão, chefias, docência e lideranças em espaços institucionais da psicologia. A Psicologia em Minas Gerais é composta, em mais de 85%, por mulheres, entretanto, ainda percebemos como os atravessamentos de gênero e outras categorias como raça e classe, contribuem para nossa invisibilidade e desvalorização. Uma pesquisa publicada pelo CFP em 2013 revela que os principais autores utilizados como referências teóricas pela categoria são homens, apesar de termos muitas mulheres produzindo conhecimento, pensando e modificando as práticas da psicologia no Brasil. No intuito de enfrentarmos os diversos atravessamentos em torno dessa realidade, a Coletiva vem propondo ações, debates e encontros temáticos a fim de problematizar a atuação das mulheres psicólogas, bem como trazer à tona as desigualdades de gênero e outras que se articulam com esta, para e produzirmos, coletivamente, dispositivos de combate a essa realidade.

Palavras-chave: Mulheres; Trabalho; Psicologia; Gênero; Desigualdades.

NAS ONDAS DO RÁDIO: A VOZ FEMININA NA EDUCAÇÃO DE BASE (GARANHUNS-PE, 1950-65)

Andréa Bandeira

Universidade de Pernambuco (UPE)

andreasfbandeira@uol.com.br

O contexto desta narrativa foi a onda educativa que tentou lavar da ignorância o povo e teve como palco os programas de rádio educativos, experiências sem fronteiras, alcançando recônditos esquecidos pelas autoridades urbanas no afã do progresso industrial. Essas experiências nacionais eram moldadas em correlatas estrangeiras, conhecidas desde a Era Vargas, confundindo ações de catequese com as iniciativas governamentais de resolver a precária escolaridade brasileira, resultando em diversos movimentos de alfabetização de adultos e adolescentes, incluindo o revolucionário método Paulo Freire. Essas iniciativas se transformaram em movimentos culturais e políticos, amplamente aproveitadas pelas esquerdas e requalificadas pelas classes trabalhadoras. Nesse sentido, o Movimento Educacional de Base (MEB) foi sua fase madura. Este artigo apresentará a história de Maria Leônida Lopes (Nilda), em Garanhuns, desde suas lembranças de menina criada no agreste pernambucano, até seu confronto com a realidade brutal do golpe empresarial-militar (1964), atingindo suas crenças de transformar o mundo pela educação. Uma militância começada na evangelização libertadora (da igreja para os pobres, de alfabetizar e conscientizar o trabalhador rural) e desaparecida no confronto desigual com a ditadura implantada para impor o modelo neoliberal, resultando, depois, numa educação tecnicista, controladora e distanciada do social: com o advento do Governo Militar pós-golpe, o MEB perdeu seu caráter revolucionário e se transformou rapidamente nas escolas de catequese da Ação

Católica, sob a coordenação da Igreja separada do Estado, mais adequadas à nova política de exceção, e no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), uma ação governamental, ao qual Nilda não se integrou, porque ela escolheu lutar contra o regime de opressão.

Palavras-chave: História das Mulheres; Movimento de Educação de Base – MEB; História do Brasil; História da Educação; História Social da Igreja.

O EMBATE "ISTOÉ X DILMA": RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA CAPA DA REVISTA SEMANAL

Vanessa Costa Trindade

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

vancotrin@gmail.com

Bárbara Lopes Caldeira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

barbaralopescaldeira@gmail.com

Esta proposta resulta da união de esforços entre pesquisas desenvolvidas no PPGCOM-Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (linha Textualidades Midiáticas): a primeira busca investigar como a revista Tpm diz de modos de ser mulher a partir dos corpos que expõe em suas capas; a segunda, as construções narrativas de assassinatos de mulheres nas páginas de impressos regionais. O esforço pretendido para esta comunicação é tentar perceber as relações de poder e estereótipos de gênero estampados na capa da revista IstoÉ, divulgada em 1º de abril de 2016, com a foto da presidente Dilma Rousseff em expressão de suposta fúria, publicada duas semanas antes do processo de impeachment ser aprovado na Câmara dos Deputados e seguir para a votação do Senado. A manchete chamava atenção para o que seriam as “explosões nervosas da presidente”. Metodologicamente, pretendemos abordar a capa, principal página da revista (CARDOSO, 2012), como um texto verbo-visual. Este, segundo Abril (2007; 2013), articula elementos verbais e não verbais e é integrado a uma cultura e a uma rede textual. A ideia é ler a capa contextualmente (a partir de sua rede) e interpretá-la de modo reflexivo (considerando seus efeitos no contexto) e discursivo (produzida por um sujeito que indica coordenadas a destinatários). Pretendemos

mobilizar discussões sobre dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2014) e violência simbólica contra a mulher a partir de autoras como Pasinato e Santos (2005) e Saffioti (2001), mais especificamente uma manifestação de violência denominada gaslighting. Dessa forma, almejamos perceber as dinâmicas de poder, tomadas em operação, na capa analisada. Como reflexão de saída, nossa intenção é pensar em que medida a revista pode ser um agente desse ciclo de violência perpetrada contra as mulheres, a partir do momento que consideramos que o texto de uma capa de revista relaciona-se com outros textos compartilhados culturalmente, deflagrando falas sociais, e afeta e é afetado por outros agentes dessa rede.

Palavras-chave: Gênero; Relações de poder; Dispositivo da sexualidade; Violência simbólica; Capa de revista.

O TRABALHO COM MULHERES EM ASSENTAMENTO RURAL: AÇÃO EXTENSIONISTA NO APOIO AO RECONHECIMENTO DE DEMANDAS INVISIBILIZADAS

Ana Raquel Martins de Holanda
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
raquelmartins@gmail.com

Célia Aparecida Araújo Lemos
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
celia.2011.lemos@gmail.com

Betânia Maria de Oliveira Amorim
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
betania_maria@yahoo.com.br

Maristela de Melo Moraes
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
maristelammoraes@gmail.com

O presente trabalho consiste em um relato das experiências vivenciadas no trabalho com mulheres do Assentamento José Antônio Eufrozino/Coletivo Unidos no Campo - Paraíba, durante a execução do projeto de extensão Sexualidade, gênero e adolescência: promovendo discursos e (re)significações assentadas no Eufrozino. Tendo em vista que, na zona rural as desigualdades nas relações de gênero ocorrem de forma mais naturalizada, a atividade extensionista surge como uma necessidade de luta social que possa contribuir para transformação do cotidiano de relações opressoras de modo a possibilitar outras formas de existir. Dessa forma, as ações desenvolvidas centraram-se na problematização das relações de gênero assimétricas, que colocam as mulheres em situação de submissão e opressão frente aos homens, bem como, na

criação e fortalecimento de laços sociais dos participantes entre si e com o território. Os referenciais teórico-metodológico da Educação Popular e da Psicologia Social Comunitária ofereceram subsídios para uma prática dialógica, que reconhece na valorização do saber e da cultura popular, na apreensão e resignificação de conhecimentos, práticas e relações sociais, as ferramentas para a transformação. A prática da atividade extensionista ajudou a posicionar as mulheres pertencentes ao grupo em um lugar de visibilidade, ampliando o reconhecimento local de suas demandas para além das atividades vinculadas à Associação de Moradores, como anteriormente ocorria. O fortalecimento e ampliação da organização política das mulheres trabalhadoras rurais tem sido de fundamental importância na construção do desenvolvimento econômico, político e social que questione as relações de poder pautadas nas desigualdades de gênero. A extensão popular tem um papel fundamental como disparadora desses processos e coloca a Universidade em uma função importante na mediação desses processos difíceis de negociação dentro de assentamentos como o que trabalhamos.

Palavras-chave: Mulheres rurais; relações de gênero; autonomia; transformação social; extensão popular.

OBSTÁCULOS MIDIÁTICOS NO ACESSO DAS MULHERES AOS LUGARES POLÍTICOS: RESTRIÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO FEMININA EM ESPAÇOS DE PODER

Juliana Soares Gonçalves

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

julianasoares.goncalves@gmail.com

Tamires Ferreira Coelho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

tamiresfcoelho@gmail.com

Neste artigo observamos a construção de narrativas midiáticas sobre as mulheres na cena política brasileira. Nosso objetivo é, por meio da análise da capa da revista *IstoÉ* de 06 de abril de 2016, intitulada “As explosões nervosas da presidente”, e da matéria “Uma presidente fora de si”, compreender como os meios de comunicação tentam configurar (bem como podem obstruir) o acesso e a legitimação das mulheres aos espaços de poder, reforçando discursos conservadores e um sistema político essencialmente masculino, branco e heterossexual. Observamos tanto a evidência de papéis socialmente cristalizados e voltados para o que é ser mulher quanto fissuras em Dilma Rousseff, no que concerne às expectativas de gênero (ADICHIE, 2014) associadas ao feminino no Brasil e na política. Papéis como o de dedicação prioritária à família e ao ambiente doméstico são naturalizados, reforçando estereótipos (BIROLI, 2014) não adequados às performances no espaço público. Interessa-nos também compreender de que maneiras se busca normalizar os corpos, gestos e comportamentos numa ação disciplinar, no caso em questão, especialmente de corpos femininos, que, a todo o tempo, desenvolvem estratégias de resistência (FOUCAULT, 2014). A separação das participações feminina e

masculina no cenário político institucional no Brasil é narrativa e socialmente construído, indo além das habilidades e qualificações de cada sujeito. Homens são impelidos a serem rígidos e imponentes. Mulheres são ensinadas a obedecer e desencorajadas ao posicionamento enfático. Diante desse contexto, uma mulher que se coloca de maneira firme é descrita como descontrolada, inflexível, pouco propensa ao diálogo e, ao mesmo tempo, um homem na mesma posição é valorizado por se impor dando “tapas na mesa”. Afinal, a partir da construção narrativa da revista *IstoÉ*, questionamos de que maneira e em que medida é possível haver participação política feminina efetiva na atual conjuntura brasileira.

Palavras-chave: Mulheres; Poder; Espaço público; Narrativas midiáticas; Política.

PODER E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ITAMARATY: AS NARRATIVAS DE DISCRIMINAÇÃO SOFRIDAS POR MULHERES DIPLOMATAS

Ivi Vasconcelos Elias

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj)

ivi.v.elias@gmail.com

Eduarda Lattanzi Menezes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

dudalattanzi@hotmail.com

O presente trabalho possui como foco a investigação da participação das mulheres na vida política, mais especificamente na carreira diplomática. Atualmente, segundo dados do Itamaraty, o total percentual de servidoras é de 37%, o que reflete uma desigualdade de gênero dentro da instituição. Vale destacar que essa segregação não é exclusiva da carreira diplomática, mas uma realidade do serviço público de uma maneira geral. Apesar da qualificação ocorrer por meio de concurso de provas e títulos, com igualdade de tratamento, percebe-se uma desigual distribuição dos cargos, especialmente nos mais elevados, conferindo, assim, mais poder aos homens dentro de instituições, a exemplo da pesquisa realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que indica que, em 2008, a representatividade feminina em comissão do grupo de direção e assessoramento superiores correspondia a um total de 42%. Dessa forma, este artigo busca problematizar a inserção feminina no Itamaraty lançando luz sobre as relações de poder que as mulheres enfrentam em seu cotidiano de trabalho. Em 12 de novembro de 2015, a coluna de Matias Spektor na Folha de São Paulo denunciava a gravidade do problema de gênero no Itamaraty. Na época, o Itamaraty negou que houvessem

problemas de gênero em seu seio. Em resposta, mulheres diplomatas compilaram de maneira informal relatos de assédio a que foram submetidas no exercício da profissão. Em menos de 72 horas, reuniram 108 depoimentos. O objetivo da compilação foi demonstrar as diferentes formas de discriminação de gênero que ocorrem no Itamaraty que vão desde microviolências diárias a assédios sexuais verbais e físicos. A partir disso, o relatório não reivindica ações punitivas, mas a desnaturalização de comportamentos abusivos no Itamaraty. Sendo assim, o artigo busca analisar sistematicamente os depoimentos das diplomatas buscando estabelecer a partir das narrativas o perfil da inserção da mulher na diplomacia e política externa brasileiras.

Palavras-chave: Gênero; Diplomacia; Assédio; Itamaraty; Política externa.

“QUEREMOS IGUALDADE DE DIREITOS”: A LUTA POR PARIDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DE PERNAMBUCO

Débora Cavalcanti dos Santos

Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na
Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)
debora.cds.pe@gmail.com

Maria Jenusi Marques da Silva

Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na
Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)

Este trabalho objetiva socializar experiências da prática militante de mulheres do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MSTTR-PE), representado institucionalmente pela Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). A FETAPE foi criada em 1962 e atualmente representa 179 Sindicatos dos/as Trabalhadores/a Rurais (STTR's), em Pernambuco. Essa última diretoria atua, principalmente, no fortalecimento da organização das mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco e na coordenação da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Atualmente, uma das suas principais pautas de luta é a aprovação e implementação da “paridade de gênero” no movimento sindical de Pernambuco, com o intuito de aumentar a participação política das mulheres e a igualdade de direitos. Para tal, a Diretoria tem adotado como ação estratégica a realização de “rodas de conversa” sobre participação política-sindical e partidária, com comissões e coletivos de mulheres, além de produzir materiais político-pedagógicos sobre o assunto. Esse trabalho tem contribuído com o processo de empoderamento das mulheres

sindicalistas rurais. Porém, muito ainda precisa ser feito para uma compreensão do conceito de paridade para além dos números. Não queremos apenas que a metade da representação sindical seja composta por mulheres, queremos igualdade de direitos em todas as esferas do movimento sindical rural.

Palavras-chave: Mulheres campesinas; Sindicalismo rural; Paridade de gênero.

REFLEXÕES ACERCA DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE COMO MÉTODO DE PESQUISA EM ESPAÇO FEMINISTA

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
gfalcaoalmeida@gmail.com

A Teoria do Discurso abordada pelos autores pós-estruturalistas Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista* e, posteriormente, desenvolvida em outros trabalhos pelo filósofo argentino, traz à tona aspectos presentes nas relações democráticas, tais como articulações discursivas, cadeias de equivalência, hegemonia, entre outros. Porém, segundo David Howarth (2005) a referida obra tem sido criticada quase que por unanimidade por não ter desenvolvido de maneira adequada uma reflexão metodológica que, de alguma forma, aplique os postulados teóricos aos contextos atuais. Frente a isso, é objetivo do presente trabalho desenvolver uma discussão metodológica a partir do contexto de efervescência da democracia: a Conferência Livre de Pernambuco “Pela Vida das Mulheres”. Esta foi realizada no Recife pelos movimentos de mulheres e feministas no dia 07 de dezembro de 2015, reunindo 162 participantes oriundas de diversas partes do Estado no intuito de discutirem propostas que seriam enviadas à Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que aconteceu entre os dias 10 e 12 de maio deste ano, em Brasília. Para analisar os processos discursivos que permearam a conferência, defendo que a observação participante é o método mais adequado para se cumprir com o objetivo de pesquisas desse tipo, que analisem sobretudo as relações de poder e articulações entre os diferentes sujeitos. Diante do argumento de Laura Terragni (2005) de que na lógica da pesquisa feminista o

distanciamento do observador não só é considerado como ‘impraticável’, mas também como um limite ao processo de conhecimento, abordo a importância de se refletir acerca dos problemas enfrentados e das possibilidades que surgem a partir da observação participante. Trata-se, portanto, de um exercício teórico-metodológico para refletir sobre aspectos ligados às temáticas de democracia e gênero, neste caso, trabalhadas a partir da Teoria do Discurso.

Palavras-chave: Movimento feminista; Observação participante; Cadeias de equivalência; Pontos nodais; Discurso.

SEXISMO NA MÍDIA: REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM DA MULHER POLÍTICA

Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
cynthiamara@uft.edu.br

Rose Dayanne Santana Nogueira
Defensoria Pública do Tocantins; Universidade Federal do
Tocantins (UFT)
rosedsantana@gmail.com

Fatos e situações retratados pela mídia costumam contribuir para a formação da opinião pública. Alguns elementos narrativos e imagéticos potencializados nessas coberturas podem estimular o reforço de estereótipos de gênero, evidenciar formas de sexismo e apontar relações de poder desiguais. Na edição nº2417, de 06 de abril de 2016, a Revista Istoé trouxe a presidente Dilma retratada como uma histérica e descontrolada emocionalmente para conduzir o governo. Na ocasião faltava pouco mais que um mês para votação em plenário da abertura do processo de impeachment, a oposição intensificava suas críticas ao governo, o povo estava nas ruas pró e contra o governo, e o agendamento midiático trazia como foco a presidente. Esse contexto nos traz questões sobre a forma como as mulheres que são protagonistas e atuam na política são retratadas pela mídia, e nos leva a questionar se essa mesma forma de representação seria utilizada quando o protagonismo é masculino. O paper, dessa forma, tem como objetivos identificar situações de sexismo na narrativa midiática e problematizar sobre como é retratado o protagonismo das mulheres na vida política, a partir da análise de uma mídia impressa, que é capa e matéria da edição nº2417 da Revista Istoé. A metodologia fundamenta-se na análise de

conteúdo (BARDIN, 2011) e a análise da narrativa (MOTTA, 2013) que oferecem os elementos para o estudo da publicação escolhida a respeito da representação da imagem da mulher política. A pesquisa evidenciou situações de sexismo, machismo, patriarcalismo, apontou estereótipos que reforçam a suposta incapacidade da mulher para atuar na política com o intuito de tirar a sua legitimidade. A publicação traz elementos que atribuem à figura da presidente características comportamentais relacionadas à loucura, raiva e desequilíbrio. Tais comportamentos dificilmente seriam atribuídos de forma negativa aos homens ocupando essa mesma posição.

Palavras-chave: Mulher; Política; Mídia; Sexismo.

ZAHIDÉ MACHADO NETO E O MONITORAMENTO POLÍTICO DURANTE A DITADURA MILITAR

*Felipe Bruno Martins Fernandes
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
fernandes.felipebruno@gmail.com.br*

*Ana Catarina Benfica Barbosa Silva
Bolsista PIBIC; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da
Bahia (FAPESB); Universidade Federal da Bahia (UFBA)
ana.catarina@uol.com.br*

Zahidé Machado Neto foi a pioneira no estudo da mulher e da condição feminina na Bahia, com ênfase no papel da mulher e da menina como força de trabalho. Atuou como discente e docente na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 1950 a início dos anos 1980 com um curto período de atuação na Universidade de Brasília em meados dos anos 1960. Recentemente, com a publicação dos relatórios da Comissão da Verdade de várias universidades públicas do Brasil, visibilizou-se a perseguição e o monitoramento que docentes consideradas e considerados “comunistas” sofreram. Zahidé Machado Neto, considerada marxista, foi monitorada durante todo o período da ditadura militar até a sua morte em 1983. Na crise da Universidade de Brasília de 1965, documentos do Arquivo da Polícia Política de Minas Gerais indicam que esta figurou dentre os 233 docentes que se demitiram da instituição em solidariedade aos 9 demitidos. Dentre os demitidos encontrava-se Antônio Luiz Machado Neto, seu marido, de quem herdou o sobrenome. Antônio, também considerado comunista por ter apoiado a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1951, foi menos monitorado pela ditadura, segundo nossas fontes, uma vez que este foi fichado apenas uma vez no Departamento de Ordem

Política e Social (DOPS), ao passo que Zahidé foi fichada duas vezes, uma como “escritora comunista” e outra como “feminista”. Desta forma, a presente reflexão busca analisar o monitoramento sofrido pela feminista pioneira da Bahia pela ditadura militar em um contexto no qual “a mulher” não havia se consolidado como objeto de estudo das ciências humanas e sociais. Com isso busca enfrentar a invisibilidade desta docente na história do feminismo brasileiro e na gênese dos estudos sobre a mulher no Nordeste.

Palavras-chave: Zahidé Machado Neto; História das Mulheres; Feminismos; Ditadura Militar; Bahia.

NARRATIVAS - QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A MULHER NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DO CEFET MG NAS DÉCADAS DE 60 E DE 70

Lílian Arão

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

(CEFET/MG)

lilianaraao@uai.com.br

Beatriz Faria Quadros

Pesquisador-bolsista do BIC Jr; Centro Federal de Educação

Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)

Gabriela Gonçalves Damião Martins

Pesquisadora voluntária do PIBIT; Centro Federal de Educação

Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)

A proposta desse trabalho consiste na apresentação o Projeto de iniciação científica intitulado “A mulher no contexto da educação profissional técnica do CEFET MG nas décadas de 60 e de 70”, que se encontra ainda em fase de execução. A justificativa para essa investigação partiu do fato de que historicamente as mulheres foram afastadas do círculo criativo da produção científica e tecnológica. Tal fato limitou a atuação dessas mulheres fora da esfera privada da casa durante séculos, o que pode ser evidenciado pela sua ausência em carreiras técnicas ao longo de décadas. O acesso das mulheres à leitura e escrita, iniciado no século XVII foi, aos poucos viabilizando a sua entrada no mundo trabalho. Hoje, aparentemente, não há impeditivos para o acesso das mulheres à educação, mas ainda se verifica uma série de barreiras que restringem sua participação no universo androcêntrico das carreiras técnicas-tecnológicas. Diante disso, não há como negar o pioneirismo de mulheres que ingressaram nos cursos técnicos no CEFET MG nas décadas de

60 e 70 e não há como deixar de reconhecer que esse fenômeno histórico social merece ser estudado. Dar a voz a essas mulheres é trazer à tona um retrato de nossa sociedade e instituição que nos faz (re)pensarmos a relação ensino técnico, gênero e trabalho. O recorte de tempo por nós delimitado justifica-se pela peculiaridade da presença de mulheres no universo de uma escola que levava como insígnia o nome Escola Técnica num período de regime de exceção no qual o Brasil se encontrava. Além disso, esse período é marcado pela generalização da profissionalização no ensino médio, com a transformação do modelo humanístico/científico em científico/tecnológico, o que nos leva a indagar como era o cotidiano dessas mulheres nesse contexto. Esse projeto de narrativa de vida consubstancia-se numa abordagem discursiva e busca o entendimento da relação entre linguagem e representação de si, por meio do estudo das identidades e dos imaginários.

Palavras-chave: Mulher; Narrativas de Si; Educação Profissional Técnica.

A VOZ DAS MULHERES: PERCEPÇÕES SOBRE O ABORTO REALIZADO NO PRÓPRIO CORPO

Helena Biavaschi Grassi
Grupo Hospitalar Conceição
helenagrassi@hotmail.com

Mariana G. Boeckel
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
(UFCSPA)
marianagb@ufcspa.edu.br

A presente pesquisa qualitativa objetivou compreender percepções de mulheres que experenciaram o aborto provocado. Foram realizadas cinco entrevistas individuais semiestruturadas, nas quais foram relatadas oito histórias de abortos ocorridos há aproximadamente 30 anos, quando as participantes tinham idade média de 26,5 anos. As participantes se autodeclararam brancas, têm renda média atual entre 9 e 10 salários mínimos e escolaridade mínima de ensino superior incompleto. Quatro das cinco entrevistadas não eram mães na ocasião de seus abortos, atualmente apenas uma não teve filhos. Por intermédio de Análise de Conteúdo, foram identificadas quatro grandes categorias: antes, durante, após e percepções das participantes a respeito da criminalização do aborto. Nas três primeiras categorias foram apresentados segundo uma ordem cronológica os seguintes temas: sentimentos, motivadores, dificultadores, papel do companheiro na decisão, estratégias de enfrentamento e o que ficou. A última categoria versou a respeito de mortes femininas, do acesso seguro ser condicionado a recursos, do direito de escolha e da laicidade do Estado. Tais resultados são discutidos a partir de perspectivas teóricas de gênero e saúde. De forma geral, observa-se que o aborto provocado é um

processo, o qual envolve diversos aspectos ao longo do tempo, não sendo vivenciado de forma simples pelas mulheres entrevistadas. Ademais, verifica-se que a vivência de cada uma é intensificada por aspectos externos, tais como a percepção da sociedade sobre as temáticas do aborto e de gênero, além da criminalização existente no Brasil.

Palavras-chave: Aborto Provocado; Aborto Ilegal; Direitos Reprodutivos; Feminismo.

ARTE, CORPO E SUBJETIVAÇÃO: A TESSITURA DE UMA PESQUISA RELACIONAL

Adriana Rosa Cruz Santos

Universidade Federal Fluminense (UFF)

arosacs@uol.com.br

Ana Carolina Dias Ramos

Universidade Federal Fluminense (UFF)

anacarolina.diasramos@hotmail.com

Ana Carolina dos Santos Cruz

Universidade Federal Fluminense (UFF)

anacruz@id.uff.br

Juliana Araújo Mesquita

Universidade Federal Fluminense (UFF)

juliana.a.mesquita@hotmail.com

Maria Luiza Civiletti

Universidade Federal Fluminense (UFF)

maluciviletti@gmail.com

Marina Harter Pamplona

Universidade Federal Fluminense (UFF)

pamplonamarina@hotmail.com

A pesquisa Engenhos do fora: objetos relacionais, arte e loucura está em curso na Universidade Federal Fluminense (UFF) e investiga o trabalho desenvolvido por Lula Wanderley, no Instituto Municipal Nise da Silveira, Rio de Janeiro, como desdobramento singular no campo da saúde mental da etapa final do percurso da artista plástica Lygia Clark. Em seu processo de diluição das fronteiras entre arte e vida, a artista

cria dispositivos denominados objetos relacionais, confeccionados com materiais extremamente simples, mas de grande potencial sensorial. Em contato com o corpo do participante/cliente, os objetos ativam a memória do vivido, redefinindo os contornos intensivos do corpo, propiciando, desta forma, sua reorganização subjetiva. A Estruturação do Self, proposição sistemática com os objetos relacionais, opera deslocamentos subjetivos ao acionar a memória do corpo, instaurando um procedimento de subjetivação entre a arte e a clínica. Em nosso processo de pesquisa sobre o percurso de Lula Wanderley emergem inquietações e questões acerca do pesquisar/conhecer (seus métodos, parâmetros, cenários, atores) que materializam-se na separação (e por vezes, oposição) entre mente e corpo, razão e emoção, plano empírico das formas e plano intensivo das forças, pesquisador e pesquisado, convocando-nos a criar um corpo outro, corpo relacional, que permita construir estratégias de investigação em sintonia com a ética proposta por Lygia Clark, desdobrando metodologicamente algumas de suas pistas. A pesquisa devém relacional, subordinando as estratégias tradicionais de investigação às processualidades do cotidiano e às marcas deste processo em nós. O que, da proposição estética de Lygia, vaza e desloca nossas práticas regulares de conhecer? Como apreender intensivamente a narrativa dos entrevistados? Como experimentar a força da alteridade no campo, sem a sobrecodificação de certa racionalidade das percepções? Temos enfrentado essas questões a partir dos deslocamentos efetuados em nosso próprio corpo de pesquisadoras: aqui um conhecer menor, que toma a percepção do mundo como força e não como forma, transtornando os modos instituídos de conhecer, tem nos aproximado da epistemologia feminista, tal como propõem Tânia Swain e Margareth Rago, historiadoras e feministas brasileiras. Ensaiando novas processualidades na pesquisa, dissipam-se os polos tradicionais de sujeito e objeto

de conhecimento e o nosso próprio corpo torna-se matéria de experimentação. Fernand Deligny, outra inspiração, destitui a centralidade da razão na constituição do humano e propõe a noção de rede como “um modo de ser”, rede que se trama entre, articulando intensividades e trajetórias singulares, prescindindo de modelos transcendentais e incluindo elementos não-verbais na construção de territórios existenciais. Neste percurso temos ensaiado uma metodologia relacional, que desdobra as marcas produzidas em estratégias experimentais de produção do conhecimento.

Palavras-chave: Pesquisa; Arte; Corpo; Subjetivação.

AS NARRATIVAS ACADÊMICAS DE PSICÓLOGOS PESQUISADORES: O MOVIMENTO CONSTRUCIONISTA SOCIAL NO BRASIL

Ederglenn Nobre Vieira Júnior
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
nobrevieira@hotmail.com

Emerson Fernando Rasera
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
emersonrasera@gmail.com

Carla Guanaes Lorenzi
Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto (USP-RP)
carlaguanaes@ffclrp.usp.br

O interesse pelas narrativas tem crescido consideravelmente nos últimos anos, colaborando para a transformação do modo como são compreendidas. Essas transformações ganharam força no cenário científico “pós-positivista”, que contribuiu para a construção de uma visão das narrativas como uma nova abordagem teórica e até mesmo como um novo gênero dentro da filosofia da ciência. Ao mesmo tempo, outro movimento intelectual que também ganhou força no cenário científico contemporâneo foi o construcionismo social, que propõe uma ênfase social e histórica para a análise dos processos de produção do conhecimento, afirmando o caráter performático e a natureza relacional da linguagem na construção da realidade. Buscando contribuir com a compreensão e construção desses movimentos, realizou-se uma pesquisa em contexto de iniciação científica em uma parceria entre as Universidades Federal de Uberlândia – MG e de São Paulo (Ribeirão Preto), que teve como objetivo analisar a difusão do movimento construcionista social na comunidade de

psicólogos pesquisadores brasileiros, a partir da investigação de suas narrativas acadêmicas. Foram entrevistados nove psicólogos pesquisadores ligados ao movimento construcionista social, sendo a análise dessas entrevistas realizadas a partir das contribuições de autores como Kenneth Gergen, Jerome Bruner, Jens Brockmeier e Rom Harré. Os resultados da pesquisa permitiram mapear algumas das características formais que constituem essas narrativas, como as histórias de aproximação e distanciamento com o construcionismo social, e os diferentes modos de se posicionar em relação à comunidade construcionista social, colaborando para a compreensão da difusão e constituição do movimento construcionista social no Brasil, assim como possibilitou a produção de uma reflexão sobre o uso das narrativas nas práticas de pesquisa, sobretudo na produção de material empírico e na ampliação das possibilidades de análises aí envolvidas.

Palavras-chave: Narrativas; Construcionismo Social; Narrativas Acadêmicas.

AS (TRANS)FORMAÇÕES POLÍTICAS DE UMA METAMORFOSE: NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE SÍLVIA CAVALHERI

José Alves de Souza Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)
josefilhoss@gmail.com

Ingrid Sampaio de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)
ingrid.samp@hotmail.com

Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)
aluisiolima@hotmail.com

Luisa Carolina Holanda Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)
luisacarolina.holanda@gmail.com

As formações biográficas, sedimentadas nas metamorfoses da vida, ganham contornos de identidade/diferença e marcam posições políticas graças às narrativas, na enunciação de si no mundo. Vidas humanas inspiram discussões científicas por suas lutas pelo reconhecimento de suas diferenças e pelas transformações dos enrijecimentos de padrões, preconceitos e estigmas. Testemunhos de tal projeto existencial, apresentamos uma pesquisa identitária das narrativas autobiográficas de Silvia Cavalheri, universitária, transsexual e militante política de Fortaleza - CE, problematizando as peculiaridades da categoria (trans)formação materializada nas personagens Transgressora, Transformadora e Transsexual. Especificamente, discutimos a construção da Identidade Política nas lutas e (re)invenções contra políticas

de identitárias estigmatizadoras presentes na Família, Escola, Universidade e Gênero. Para tal empreendimento, primeiro, recorremos a metodologia de entrevista de história de vida com o objetivo de registrar a narrativa autobiográfica de nossa protagonista. Posteriormente, organizamos sua autobiografia em torno das personagens: 1) Transgressora, na transição do papel de Emílio para Sílvia; 2) Transformadora, no papel Silvinha; 3) Transsexual, na personagem a militante Silvia Cavalhari. Neste segundo momento, a biografia de interesse é dialogada com autores da Psicologia Social Crítica (Ciampa, 2007; Almeida, 2005; Lima, 2010 e Gonçalves Neto e Lima, 2011), Teoria Crítica contemporânea (Honneth, 2009) e Teorias de Gênero (Butler, 2008; Preciado, 2014). Em vias de síntese, a biografia nos oferece elementos para a discussão das condições de reconhecimento da transsexualidade, pelas vias emancipatórias de construção de seus projetos de vida. Essa luta se materializa no posicionamento político dos personagens vividos por Sílvia em sua busca pela transformação das (bio)políticas de identidade que em nossa sociedade atentam violentamente contra os projetos de (r)existência.

Palavras-chave: Metamorfose; Políticas de Identidade; Narrativas; Biografia; Transsexualidade.

DANDARAS: ENTRE ESCRAVIDÕES E RESISTÊNCIAS

*Júlia Carvalho dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
carvalho.lia.santos@gmail.com*

Este relato compõe experiências da pesquisa de mestrado cujo contexto de investigação refere-se à Luta Antimanicomial/Reforma Psiquiátrica, considerados movimentos de transformação da relação com a loucura nas sociedades ocidentais. Na pesquisa, discutiu-se a autonomia dos usuários da saúde mental a partir do ponto de vista da participação política no Movimento da Luta Antimanicomial. O ethos cartográfico apresentado por Rolnik e Guattari (2000) constituiu o modo de inserção no campo de pesquisa, compreendendo a investigação como produtora de subjetividades. A partir de uma dimensão ficcional utilizamos a entrevista como máquina de contar histórias distinta de uma relação pergunta x resposta. Nesse sentido, ocorreu uma abertura aos afetos e sensibilidades presentes nas vidas dos “sujeitos de pesquisas”, denominados de personagens pela escuta de suas histórias abertas a inventividade, mais reveladoras do que uma falsa adequação ao que seriam de “verdade”. Dessa forma, a escuta de Dandara conectou-se com a história de Dandara dos Palmares, aproximadas na experimentação ficcional que descontou certa produção de subjetividade atravessando os séculos na produção de corpos negros, enlouquecidos, doentes, enclausurados, e capturados em diferentes discursos totalizantes e dominadores. Dandara dos Palmares, mulher, negra, companheira de Zumbi dos Palmares, guerreira, e quilombola, lutou pela liberdade de seu povo, e quando foi recapturada preferiu dar fim a vida à voltar para condição de escrava. A sua outra versão, mulher, negra, enlouquecida por uma sociedade cujas relações doentias são

alimentadas, e mesmo no espaço de cuidado precisou lutar por liberdade contra a submissão forçada a alta prescrição de psicofármacos. A força da Dandara do século XVII surgiu no século XXI por meio de uma vida resistente a outras formas de escravidão que apesar das diferentes nuances não cessam de capturar corpos negros, mostrando a resistência cotidiana de mulheres negras nas sociedades ocidentais e capitalistas nos últimos séculos.

Palavras-chave: Ficção; Pesquisa Acadêmica; Resistência; Luta Antimanicomial; Histórias.

DESAFIOS NA PESQUISA COM PESSOAS QUE FAZEM USO DE CRACK

Maria Eduarda Freitas Moraes
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
mariaefmoraes@gmail.com

Adriane Roso
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
psicosocial.ufsm@gmail.com

Alex Barcelos Monaiar
Bolsista CAPES; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
alexmonaiar@gmail.com

Tatiana Siqueira Trindade
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
tatianastrindade@gmail.com

Karolina Kuhn Wurdig
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)
karolwurdig@gmail.com

Renata Souto Bolzan
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)
re.s.bolzan@gmail.com

Graciela Coelho
Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA)
gracics@yahoo.com.br

O trabalho visa apresentar desafios enfrentados no processo de pesquisa envolvendo pessoas que usam crack. A reflexão se sustentou em três eixos: (a) preponderância do modelo

biomédico para avaliar projetos de pesquisa; (b) exigência do anonimato em pesquisa e (c) invisibilidades de gênero nos processos de Internação Compulsória (IC). De delineamento interpretativo-crítico, trata-se de um recorte da pesquisa de nível superior - “PROCUIDADO - O Cuidado que Nós Desejamos: Uso de Crack e Representações em Saúde. Experiências de Internação Compulsória”. A pesquisa busca observar como a experiência da IC de pessoas que usam crack se relaciona com seus processos de cuidado à saúde. Para tanto, é proposta a construção de narrativas e, em determinados momentos, aborda-se especificamente mulheres que passaram por internação devido ao uso de crack. Observou-se que a avaliação da pesquisa pelo Comitê de Ética foi sustentada no modelo biomédico. A aprovação foi condicionada à revisão do projeto, pois o Comitê desconsiderou questionamentos à IC, bem como pressupôs que pessoas que fazem uso de crack e foram internadas poderiam ser incapazes de falar e decidir sobre si. Assim, além de reforçar, o Comitê ilustra estigmas da sociedade. No que se refere ao segundo eixo (anonimato em pesquisa), colocamos em questão os modos de manter o sigilo em pesquisa. Ainda que se entenda que é necessário manter o anonimato, consideramos importante para as pesquisas de cunho histórico-cultural especificar o contexto, isto é, descrições muito generalistas e amplas dificultam que outros pesquisadores e profissionais apliquem as conclusões de pesquisa para seus contextos. Quanto ao terceiro eixo (gênero), identificou-se que muitos processos de internação não informam o sexo, e dentre os que informam, há poucas de mulheres. Esta invisibilidade pode dificultar a construção de informações com a população que usa crack, bem como pode favorecer a manutenção das inequidades de gênero na saúde.

Palavras-chave: Ética; Pesquisa; Crack (cocaína).

ECONARRATIVAS DE MULHERES PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: POTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS

Patricia Baroni

Prefeitura de Duque de Caxias - RJ

patyybarone@gmail.com

Mônica Rosa

Prefeitura de Duque de Caxias - RJ

Michelle Pessanha

Prefeitura de Duque de Caxias - RJ

A professora Mônica atua na rede municipal de Duque de Caxias/RJ há 15 anos. A experiência no magistério produziu a voz macia e doce que se traduz em numa conexão que a constitui como pertencente ao pluriverso das comunidades onde atua. Suas aulas se iniciam com uma grande roda que se forma a partir do toque do tambor e com um(a) dxs alunxs que leva Serafina, um antúrio cultivado pelxs alunxs e que participa de todas as atividades. Mônica iniciou essas práticas depois de ter passado algum tempo com indígenas da aldeia Ojibwey. Diariamente, ela faz esse ritual e possui com xs alunxs uma relação de cumplicidade incompreensível para muitxs praticantes que não compartilham desse modo ecológico de ser e estar no mundo. Apesar dos olhares que a repudiam, Mônica persistiu em sua prática e encontrou acolhimento nas redes de solidariedade ambiental das escolas do campo de Duque de Caxias/RJ. Somente num espaço-tempo em que o parlamento das coisas (Latour, 1994, 2004, Stengers, 1993) é princípio de (re)existência, se pode observar a dança sedutora dos vaga-lumes. Vaga-lumes não dançam para iluminar cidades, para exibir axs humanxs seus brilhos. Os pirilampos

bailam para seduzir. Eles piscam para atrair o sexo oposto e, assim, conseguirem se reproduzir. Como eles, com a professora Mônica, os lampejos cotidianos são produzidos para promover uma relação de afetos. Não são feitos como meio de exibição para os grandes holofotes, para a sociedade do espetáculo. Precisam, portanto, se instalar nos espaços-tempos mais “escuros” que permitam essa reprodução. Esta comunicação se dedica aos conhecimentos subalternizados, menores, pirlampoms. A proposta é elencar saberes outros produzidos nas econarrativas de professoras das escolas do campo. A orientação metodológica dessa produção é a pesquisa com culturas-naturezas, desenvolvida no campo da educação ambiental. O enredamento teórico se dá com Bruno Latour e Boaventura de Sousa Santos. Para conhecer os vagalumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é precisovê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores.

Palavras-chave: Narrativa; Ecologia Política; Educação; Práticas; Pluriverso.

ENTRE SILÊNCIOS E FALAS: FORMAÇÕES DISCURSIVAS E ITINERÁRIOS ABORTIVOS EM SALVADOR

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

paularitagonzaga@gmail.com

Lina Maria Brandão de Aras

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

laras@ufba.br

A presente comunicação objetiva discutir a transposição do silêncio à fala nas narrativas como método que propicia às mulheres uma maior segurança e liberdade para abordar a experiência do abortamento, prática essa segredada devido as sanções sociais e jurídicas que recaem sobre elas. O aborto, enquanto prática criminalizada no Brasil, consiste numa estratégia para a efetivação do controle e da doutrinação dos corpos, da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres. Escutar vozes femininas apresentando o lado historicamente silenciado permite vislumbrar estratégias de resistência e subversão das atrizes principais dessas histórias ao relatar suas histórias. As reflexões são originárias de pesquisa realizada, entre 2014 e 2015, sobre as formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador, que analisou os impactos de formações discursivas no processo de descoberta da gravidez, decisão e execução de interrupção de gravidezes através da utilização de entrevistas narrativas. A pesquisa contou com 12 participantes que concordaram com a utilização de suas falas para fins acadêmicos e científicos através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantida a confidencialidade de suas identidades através de nomes fictícios. Foram analisados 22 itinerários abortivos, os quais ocorreram majoritariamente no início da prática sexual

heterossexual das informantes, o que aponta para a falta de informação, de repertório simbólico e material para prevenção. A análise do discurso permitiu investigar as formações discursivas que permearam os itinerários abortivos, desde a descoberta da gravidez até a consolidação da interrupção. As participantes evidenciaram que falar no convívio pessoal ou no ambiente profissional que já interromperam uma gravidez as coloca num lugar de observação condenatória, reducionista e moralizante, isso as motiva ao silenciamento dessa experiência para evitar conflitos no seu cotidiano.

Palavras-chave: Aborto; Formações discursivas; Redes; itinerários abortivos; narrativas.

ENTREVISTA NARRATIVA E ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISAS QUALITATIVAS

João Henrique de Sousa Santos

Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD-MG)

jhsousasantos@gmail.com

Patrícia Chaves do Nascimento

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

patriciachaves.psico@gmail.com

Rosineide Cordeiro

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

rocordeirope@gmail.com

Luciana Kind

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

lukind@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo discutir as ferramentas de análise da entrevista narrativa no âmbito da pesquisa qualitativa. Pensadas como técnica de coleta de dados, as entrevistas narrativas envolvem um processo aberto, não-estruturado por questões prévias ao contato com os sujeitos, que têm por finalidade desencadear um processo de “contação de histórias”. A investigação consistiu no processo de experimentação teórico-metodológica desenvolvida no interior da pesquisa “Narrativas sobre a morte: experiências de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos confrontos pela vida”, realizada entre 2012 e 2014, com financiamento do CNPq. Ao tomar a narrativa como produto social buscou-se compreender e analisar as escolhas performativas que

orientavam um certo modo das mulheres se apresentarem diante da questão geradora, a saber: “como o tema da morte aparece ao longo de sua vida?”. A análise consistiu na combinação de ferramentas de análise estrutural, temática e performática, possíveis de serem apreendidas em autores como Catherine Riessman e William Labov. O uso dessa estratégia de análise se deu frente à possibilidade de compreender um número maior de elementos presentes no cenário investigado, tendo em vista as especificidades analíticas de cada ferramenta. Para tal, adaptou-se aos processos de codificação e produção de recursos oferecidos pelo ATLAS.ti, versão 7.0, software desenhado para a abordagem de dados qualitativos. O uso do software mostrou-se essencial para a realização da estratégia de combinação da análise. Vale ressaltar que por se tratar de um método biográfico com diferentes enfoques, denominações e inspirações analíticas, as narrativas mostram-se como instrumentos potentes no campo das pesquisas qualitativas, especialmente em ciências humanas, e seu uso tem se mostrado indicadores de como determinado grupo descreve suas experiências.

Palavras-chave: Entrevista narrativa; Análise de dados; Pesquisa qualitativa.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS NA POESIA DO COTIDIANO: INTERSECCIONALIDADE E EXPRESSÃO DE SERTANEJAS CONECTADAS NO PIAUÍ

Tamires Ferreira Coêlho
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
tamiresfcoelho@gmail.com

Abordamos aqui estratégias metodológicas nas pesquisas de comunicação e gênero, sobretudo relacionadas ao contato presencial com mulheres em contextos de machismo e de tradições conservadoras. Como fazer essas pessoas falarem e se expressarem quando não estão acostumadas a serem ouvidas, ou quando não tiveram oportunidade de desenvolver habilidades de argumentação? Analisamos o aparecer das sertanejas piauienses no Facebook a partir de observações virtuais e entrevistas presenciais. Atrelar nossa pesquisa a uma perspectiva interseccional exige que reconheçamos que “as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero” (Crenshaw, 2002, p. 174). Assim, as sertanejas que observamos lidam com opressões que transbordam questões de gênero, mas que também se relacionam, dentre outros elementos, a um padrão de beleza ideal socialmente construído que não atende ao seu biótipo, às suas características raciais, ou a questões de origem patriarcal que atingem diversas mulheres de diferentes classes. Talvez nosso maior desafio no processo de entrevista das mulheres durante a pesquisa piloto tenha sido deixá-las confortáveis para falar e até mesmo estimular que elas se expressassem. Algumas delas chegaram a agradecer ao fim da entrevista por simplesmente poderem falar sobre o que pensam e o que sentem, muitas choraram. Afinal, como fazer emergir esses sentimentos em palavras? Como pedir que

descrevam coisas sobre as quais não estão acostumadas a comentar/explicar? Encontramos uma saída nos objetos que fazem parte dos cenários cotidianos dessas mulheres: falar sobre o que gostam ou não de fazer, sobre objetos materiais nos quais depositam valor emocional, sobre histórias e memórias associadas a esses objetos. Mais do que objetos, elas se mostraram, se despiram através de histórias tristes e felizes.

Palavras-chave: Mulheres; Sertão; Facebook; Piauí; Interseccionalidade.

INVESTIGAÇÕES COM NARRATIVAS BIOGRÁFICAS NA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA: OS PROBLEMAS DE PESQUISA NO SINTAGMA IDENTIDADE-METAMORFOSE- EMANCIPAÇÃO

José Alves de Souza Filho

Universidade Federal do Ceará (UFC)

josefilhoss@gmail.com

Brígia da Silva Amaro Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

brigia@gmail.com

Stephanie C. F. Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

stephaniecarolinelima@hotmail.com

Kevin Samuel Alves Batista

Universidade Federal do Ceará (UFC)

kevin.sab@gmail.com

Renata Bessa de Holanda

Universidade Federal do Ceará (UFC)

renatabh12@gmail.com

Aluísio Ferreira de Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

aluisiolima@gmail.com

Dentro da Psicologia Social Crítica, Ciampa inaugura, em terras brasileiras, uma nova abordagem teórico-metodológica de investigação e compreensão dos processos psicossociais que envolvem a constituição do sujeito mediante a categoria identidade expressada no sintagma: metamorfose em busca de

Emancipação. Desde sua tese, defendida em meados de 1986, a perspectiva autobiográfica, por meio da metodologia de história de vida, oferece importantes vias de problematização sobre a produção histórica-biográfica de identidades a partir de condições de vida possíveis na cultura a partir das políticas de identidades contemporâneas. Em particular, desde 2009, o PARALAXE: Grupo interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica desenvolve pesquisas, em nível de graduação e pós-graduação, sob tal perspectiva identitária com fins de problematizar as atuais políticas contemporâneas de reconhecimento perverso agenciadoras de identidades fetichizadas (Lima, 2010). Participes de tal programa, pretendemos apresentar as atuais preocupações, no âmbito epistêmico-metodológico e os interesses de pesquisa, junto com a comunidade acadêmica interessada por tais problematizações. Especificamente, pretendemos discutir as questões que envolvem a compreensão de diferentes narrativas, por um lado, no seu papel mediador na constituição das biografias dos indivíduos e, por outro, sobre as peculiaridades, desafios e dificuldades científicas nas produção e transmissão dentro da academia. Para tal, a revisão bibliográfica sistemática de dissertações, artigos e livros, produzidos dentro do referido grupo, permite-nos perfilar os horizontes e limites das investigações biográficas por nós desenvolvidas. Tal resultado se materializa na interconexão das categorias metamorfose, narrativas e políticas, na explicitação da construção dos projetos de vida humana, mediante a participação dos indivíduos nos círculos narrativos possíveis na cultura em que vivem.

Palavras-chave: Narrativas; Psicologia Social Crítica; Pesquisa; Identidade-Metamorfose-Emancipação.

MATERNIDADE: INVESTIGANDO SENTIDOS E CONHECIMENTOS NA HISTÓRIA E NO COTIDIANO

Mariana Rezende Dini
Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)
mariana.dini@live.com

Camila Claudiano Quina Pereira
Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)
camilacquina@gmail.com

A maternidade é fonte primária de símbolos e interpretações. Trata-se de um conceito ambíguo, remetendo ao mesmo tempo à um estado fisiológico momentâneo - a gravidez - e também à uma atividade a longo prazo - a maternagem-, sendo esta entendida como decorrência natural daquela e, consequentemente, do ato sexual. Diante disso, a atividade da maternidade reflete as mesmas crenças que norteiam as relações de gênero, que dizem respeito à sexualidade e à reprodução. Partindo do pressuposto de que fenômenos são construídos socialmente e da noção de produção de sentido como prática social do cotidiano, o objetivo inicial desta pesquisa é, através de levantamento bibliográfico, investigar historicamente as concepções a respeito da maternidade, visando ter acesso à construção do conceito ao longo do tempo e, em seguida, investigar a construção social da maternidade através da identificação e análise de repertórios interpretativos sobre maternidade, presentes nas práticas discursivas das conversas do cotidiano, nos documentos de domínio público, bem como no conhecimento de profissionais da área de saúde da mulher, para, posteriormente, entender em que áreas e como esses conhecimentos e sentidos atribuídos à maternidade impactam na vida da mulher contemporânea. Através do levantamento bibliográfico foi

possível traçar o percurso histórico do conceito de maternidade, destacando-se o fato paradoxal de que a separação lar e ambiente de trabalho, fenômeno propiciador da naturalização da mulher enquanto mãe no final do século XVIII, também propiciou a exigência gradativa de que a família diminuisse de tamanho, o que juntamente com a possibilidade de contracepção efetiva culminou na autonomia sexual feminina na década de 70. Diante dessa autonomia sexual que marcou uma profunda transição na vida pessoal da mulher apresentou-se a necessidade de redefinição da maternidade, entretanto a concepção desta em termos de instinto se manteve, sendo estigmatizada socialmente a mulher que opta por não a exercer.

Palavras-chave: Maternidade; Construção social; Repertórios interpretativos; Produção de sentido; Práticas discursivas.

NARRATIVA COMO DISPOSITIVO PARA SEGUIR A REDE DA VIOLENCIA DOMESTICA CONTRA A MULHER

Juliana da Silva Guedes

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

juguedes1.5@gmail.com

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

O Brasil está entre os dez países com maior número de feminicídios. Em geral, tal crime é cometido por homens, em sua maioria realizado nas próprias residências por aquele com quem a vítima possui uma relação afetiva. A violência contra a mulher é considerada como um fenômeno relacional e social que se dá na violação dos corpos e da saúde psicológica, sendo reconhecida como uma violação dos direitos humanos. Em nosso estudo, objetivamos conhecer o processo de produção da violência doméstica contra a mulher, dando visibilidade às conexões que sustentam as relações e práticas que a materializam. Ao estudarmos sobre a violência, devemos levar em consideração as mudanças que caracterizam a contemporaneidade, a diversidade e a multiplicidade que compõem o fenômeno, evitando reproduzir dicotomias. A Teoria Ator-Rede configura-se como um referencial teórico metodológico que permite uma visão não dicotômica e não essencialista de entidades ontológicas como indivíduo-sociedade, masculino-feminino, vítima-agressor. Ao compreendermos a violência doméstica como uma composição de rede, podemos olhar para as diversas conexões que sustentam relações e práticas. Nossa principal diretriz metodológica é “seguir os atores” e deixá-los falar: em outras palavras, mapear as controvérsias que emergem da dinâmica das traduções recíprocas. A cartografia das controvérsias pode

ser compreendida como o exercício de elaboração de dispositivos para observar e descrever o debate social. As narrativas são um dispositivo adequado para mapear as controvérsias, uma vez que se estruturam de forma aberta e maleável, permitindo-nos conceber uma realidade em constante transformação. A gramática da pesquisa surge a partir da singularidade dos métodos e objetivos da investigação, sendo a escrita, como prática situada e marcada, parte essencial do processo. Relatar a pesquisa por meio das narrativas dos vários atores envolvidos nas situações de violência doméstica possibilita-nos explicitar as mediações que permitem o conhecer, transpondo, para o campo da escrita, a prática do fazer coletivo. A escrita coletiva se faz a partir compromisso político e epistemológico que assumimos com os outros com quem pesquisamos.

Palavras-chave: Violência doméstica; Teoria ator-rede; Cartografia; Narrativa; Gênero.

NARRATIVAS DE SI EM MEIO À ETERNIDADE DA LOUCURA: SOBRE MAURA LOPES CANÇADO E SEU DIÁRIO DE HOSPÍCIO

Stephanie C. F. Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

stephaniecarolinelima@hotmail.com

Aluísio Ferreira de Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

aluisiolima@hotmail.com

Pretende-se discutir, neste trabalho, as narrativas presentes no diário “Hospício é Deus”, de Maura Lopes Cançado, escrito durante sua internação voluntária no Hospital Gustavo Riedel, no Rio de Janeiro, em 1950. Maura Cançado nasceu em 1929, na cidade de São Gonçalo do Abaeté, interior de Minas Gerais, sendo filha do homem mais rico e poderoso da região, proprietário de uma grande fazenda. Casou-se aos 14 anos e se divorciou aos 15 anos, sem conseguir completar os estudos por não ser mais aceita em internatos. No final dos anos 1940, foi para o sanatório Casa de Saúde do Alto da Boa Vista, onde eram internadas pessoas abastadas, mantidas sob condições de luxo, segundo ela. Então, conheceu Reynaldo Jardim, que era editor no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (SDJR), e publicou poemas no SDJB antes de sua internação voluntária no Hospital Gustavo Riedel. Nesse contexto, serão apresentados os significados de sua condição de mulher com diagnóstico psiquiátrico, internada em hospício de 25 de outubro de 1959 a 3 de março de 1960, no Rio de Janeiro – RJ e suas narrações apresentadas no diário que escreveu nesse lugar, nesse caso fazendo uso da análise hemenêutica de Paul Ricoeur. Isso possibilita que possamos discorrer acerca da dupla vulnerabilidade (de estar submetida às condições de

louca e mulher) e a precariedade (decorrente da relação entre a invisibilização, violência sofrida, violências física e psicológica) que Maura Cançado estava submetida. A importância da discussão das narrativas do diário de Maura está, ao nosso ver, em sua resistência e busca pela existência em meio a uma instituição, que negava sua individualidade, deslegitimava seu discurso, violentava sua vida e, contraditoriamente, possibilitava a denúncia da precariedade inerente à eternidade da loucura. Condição essa que remete diretamente a sua experiência diante do louco e da loucura, à condição onde “não encontramos a falta” e que comporta um excesso, “movendo-se noutra espécie de vibração”. Algo que, de acordo com ela mesma, na “tentativa fraca e angustiante de compreensão. É eterno” (Cançado, 2015, p. 25).

Palavras-chave: Psicologia Social; Narrativa; Saúde Mental; Mulher; Loucura.

NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO IDENTITÁRIA DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER NA AMÉRICA LATINA

Adriana do Carmo Figueiredo

*Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH); Universidad
de Buenos Aires (UBA)*
dricafigueiredo@uol.com.br

Fruto do meu mestrado em Estudos Literários, pela FALE / UFMG (2004), e também do meu doutoramento em Direito Constitucional, pela Universidad de Buenos Aires (em andamento), esta pesquisa tem como proposta analisar as narrativas de vida da monja mexicana, Sor Juana Inés de la Cruz (1648-1695), intelectual que viveu no México colonial, século XVII, conhecido como Nueva España. O objetivo deste estudo é argumentar sobre a relevância dos testemunhos de Sor Juana para a defesa dos direitos humanos da mulher à educação, ao conhecimento e à liberdade de expressão. Além disso, objetiva-se, também, refletir sobre aspectos metodológicos atinentes aos estudos jurídicos, pensando o Direito por meio dos discursos literários narrativos e poéticos, grande desafio para os juristas da contemporaneidade, em sua maioria, herdeiros de uma tradição positivista e imperialista que os impede de remover os limites epistemológicos na construção ética da reflexão histórica que envolve o Direito em sua perspectiva transdisciplinar. Como metodologia de pesquisa, será adotado o método qualitativo com as técnicas da Análise do Discurso da literatura barroca e do contexto histórico-cultural em que viveu a monja mexicana. O marco teórico será construído em diálogo hermenêutico contemporâneo por meio da obra *¿Cómo se hicieron los derechos humanos?: Un viaje por la historia de los principales derechos de las personas*, de Ricardo D. Rabinovich-Berkman

(2013), e do artigo “Narrativa de vida e construção da identidade”, de Ida Lucia Machado (2015), com o propósito de ilustrar minha hipótese de que os direitos humanos se construíram ideologicamente com os discursos da arte y da literatura que se encarregaram de revelar o oculto sob as metáforas e os símbolos do passado, reconstruindo realidades por meio do engenho da linguagem e suas formas de manifestação. Nos resultados e na conclusão da pesquisa, pretende-se argumentar que os discursos do direito latino-americano, em especial, aqueles que se referem aos axiomas liberdade, dignidade e igualdade são alicerçados, em suas bases embrionárias, pela arte que provém das colônias, no caso, pela literatura sorjuanista, berço de onde surge a discussão de gênero refletida na ideia dos direitos humanos da mulher na América Latina, dimensão fundacional do pensamento humanista com suas bases mais primitivas, que são a expressão primeira e identitária dos povos colonizados.

Palavras-chave: Sor Juana Inés de la Cruz; Narrativas de Vida; Direitos Humanos; Igualdade de Gênero; América Latina.

NARRATIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: ARTICULAÇÕES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO LEVA

Ederglenn Nobre Vieira Júnior
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
nobrevieira@hotmail.com

Emerson Fernando Rasera
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
emersonrasera@gmail.com

Diversos pesquisadores e profissionais no campo da psicologia discutem o quanto e como se pode contribuir para a vida das pessoas quando se considera a interação que elas realizam nos contextos sociais como um aspecto de importante relevância para as práticas psicológicas. Considerando-se contextos sociais caracterizados por pobreza e risco, essa discussão pode ainda se ampliar para o questionamento do quanto as práticas psicológicas podem vir a contribuir no sentido da transformação social. Tentando localizar-se no âmbito dessas discussões, o presente ensaio, produzido no contexto de uma disciplina acadêmica na Universidade Federal de Uberlândia, propõe um diálogo com a situação social retratada no documentário LEVA, que trata de um movimento social pelo direito de moradia organizado no centro da cidade de São Paulo. O trabalho possui um caráter metodológico teórico que busca contribuir para a ampliação dos sentidos produzidos no diálogo entre o construcionismo social e a psicologia voltado para as práticas comunitárias, mais especificamente em movimentos sociais. A reflexão teórica apresentada é fomentada pela revisão da literatura, buscando alcançar conceitos importantes do construcionismo social em sua interlocução com a prática grupal e comunitária, bem como a análise de duas narrativas pessoais de militantes do

Movimento dos Sem-Teto apresentadas no documentário LEVA. Destaca-se o conceito de grupo construído socialmente e estratégias da metáfora narrativa utilizada por autores construcionistas no contexto clínico, identificando-se possibilidades de ações profissionais junto aos movimentos sociais e comunidade. Dentre essas estratégias estão a identificação de eventos extraordinários, a externalização do problema, o enfrentamento de narrativas dominantes e a própria redescrição das narrativas pessoais como potentes no engajamento pela transformação social.

Palavras-chave: Narrativas; Movimentos Sociais;
Construcionismo Social.

O OLHAR DA LENTE NA VIOLENCIA DE GÊNERO: COMO A CÂMERA CONTRIBUI PARA A NARRATIVA JORNALÍSTICA

Gabriela Borborema de Filippo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
gabrielabfilippo@gmail.com

O artigo realiza um exercício de análise tendo por referência a reportagem “Adolescente sumida reaparece e diz ter sido obrigada a se prostituir”, parte do corpus coletado na pesquisa “Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico”. Veiculada no Jornal da Alterosa, a reportagem narra o caso de uma garota menor de idade de Belo Horizonte que foi obrigada a se prostituir por um casal. Para narrar essa história, a reportagem une takes gravados em sua maioria na delegacia da Polícia Militar, quando a vítima e sua mãe foram prestar queixa, além de entrevistas com as mesmas. A análise traçada sobre a matéria focou no papel da câmera filmadora na narrativa jornalística, perguntando qual é o olhar da câmera e para onde, e como, esta olha dentro do fato narrado. A metodologia que permitiu tal análise focou na reflexão proposta por Bruno Souza Leal (2006) em seu artigo “Reflexões sobre a imagem: um estudo de caso”, no qual o autor contesta o conceito de imagem jornalística de Luciana Bistane e Luciana Bacellar (2005), a qual é encarada pelas autoras como simples “representação do real”, isto é, como parte do testemunho ilustrativo de um acontecimento, dando apenas “credibilidade e força às notícias, sobretudo às denúncias” (Bistane & Bacellar, 2005: 41). Assim, o que se concluiu foi que a câmera e suas imagens carregam para a narrativa de tal reportagem um forte peso, julgamento e o olhar de uma cultura sexista. Elas não se comportaram de acordo com o que foi dito pelas autoras, já que adicionaram um sentido extra e diferente daquele que a narrativa oral trazia.

Dessa forma, notou-se que a maneira com que a adolescente aparece nas imagens mostra uma tentativa, proposital ou não, de culpabilizar a vítima pela violência de gênero sofrida, o que se torna evidente ao se observar o cunho sexual que o olhar da câmera traz sobre o seu corpo, convocando todo um imaginário masculinista e apelativo ao sexo.

Palavras-chave: Telejornalismo; Violência de Gênero; Narrativa Jornalística; Prostituição.

**O POTENCIAL POLÍTICO E PEDAGÓGICO DAS
NARRATIVAS DAS MULHERES NEGRAS CONGUEIRAS
COMO PRÁTICA DE RE/EXIS/TÊNCIA ECOLOGISTAS COM
OS COTIDIANOS ESCOLARES DO CONGO DE RODA D'ÁGUA,
CARIACICA, ES**

*Andreia Teixeira Ramos
Universidade de Sorocaba (UNISO)
andreiatarmos.ea@gmail.com*

Este resumo resulta de uma pesquisa em andamento desenvolvida no doutorado em educação e dialoga com os ensinamentos de Paulo Freire (2014), apostando no potencial político, pedagógico e como prática de re/exis/tência ecologista das narrativas das mulheres negras congueiras do Congo de Roda D'Água, patrimônio cultural imaterial e endêmico de Cariacica/ES. São narrativas que constituem as travessias da pesquisa de modo político, ético, estético, epistemológico e metodológico no campo da Educação para as relações étnico-raciais, desencadeando algumas problematizações: como pensar, o potencial político e pedagógico das mulheres congueiras negras que vivem às margens (Reigota, 2013) da sociedade contemporânea? Assim, o objetivo da pesquisa é problematizar o potencial político e pedagógico das narrativas das mulheres negras congueiras como práticas de re/exis/tências ecologistas com os cotidianos escolares do Congo de Roda D'Água. A metodologia da pesquisa se aproxima das perspectivas ecologistas de educação (Reigota, 1999, 2011 e 2013) e dos estudos com os cotidianos (Alves, 2000; 2001; 2010; Ferraço, 2003 e 2005). Como produção de dados tivemos registros em diário de campo, fotografias, conversas e narrativas, produzidas nos encontros e experiências que atravessam as vidas das mulheres negras congueiras. Os resultados parciais dessa

experiência de pesquisa, apontam para as questões teóricas e metodológicas das narrativas e seus desafios nas relações entre pesquisadoras/es, participantes da pesquisa e cotidianos escolares. As narrativas das mulheres negras congueiras de Roda D'Água, se constituem como práticas de re/exis/tências ecologistas, como invenção de si e do mundo, que emergem entre conflitos e coletividades com as redes de conversações, potencializando processos, fluxos, tensões, negociações e conversas, envolvendo professores/as e estudantes dos cotidianos escolares. Concluímos até o momento, que foi possível registrar e problematizar as narrativas das mulheres negras congueiras potencializando as experiências e a criação de espaços de convivências, formação e de aprendizagens, que dialogaram com diferentes políticas cognitivas, epistemológicas e de narratividade, capturadas com as redes de conversações articulando a vida cotidiana, seus cheiros, sabores, risos, ritmos, saberes, poesias, fazeres, sons e afetos.

Palavras-chave: Narrativas; Mulheres negras; Práticas de resistência; Cotidiano escolar; Ecologista.

O TRABALHO COM PESQUISAS NARRATIVAS: UMA MIRADA SOBRE EXPERIÊNCIAS DE MULHERES VULNERÁVEIS AO HIV/AIDS

Patrícia Chaves do Nascimento

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

patriciachaves.psico@gmail.com

Luciana Kind

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

lukind@gmail.com

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Minas, intitulada “Narrativas Positivas: vulnerabilidade de mulheres ao HIV/aids em relações heterossexuais de conjugalidade”. Seu objetivo é discutir os desafios e potencialidades do trabalho com pesquisas narrativas tomando como pano de fundo a temática da referida pesquisa sobre a experiência de mulheres que se tornaram vulneráveis ao HIV/aids em relações heterossexuais de conjugalidade estáveis. Esta pesquisa teve como substrato empírico narrativas de cinco mulheres que se tornaram soropositivas neste tipo de relações. Assim, auxiliadas por essas narrativas, pretendemos também suscitar discussões acerca dos eixos temáticos que permearam as construções narrativas co-produzidas entre as entrevistadas e as autoras como: relações de gênero, feminização da aids, vulnerabilidades ao HIV/aids, políticas identitárias e militância. Na metodologia da pesquisa que fundamenta este estudo, utilizamos como combinação de estratégias de produção de dados a pesquisa bibliográfica crítica, a observação participante, as entrevistas narrativas e o diário de campo. Para a efetivação das análises da investigação foram utilizadas as abordagens das análises temática, estrutural e

dialógico-performativa de narrativas. Os resultados obtidos demonstram que as narrativas coletadas são ricas fontes de dados sobre as vulnerabilidades classificadas nos documentos governamentais e na literatura sobre vulnerabilidade ao HIV/aids como individuais, sociais e programáticas. Estas vulnerabilidades se encontram presentes não apenas no cotidiano das entrevistadas, como também no de outras mulheres. Acreditamos que as discussões produzidas a partir das análises realizadas na pesquisa oportunizaram correlações entre os dados obtidos e as revisões teóricas empreendidas e podem contribuir para elaboração de propostas de enfrentamento à feminização da epidemia da aids. Ademais, julgamos que essas discussões assim como a metodologia utilizada na pesquisa que subsidia esta proposta de trabalho colaboraram com o cumprimento do objetivo que alvitramos.

Palavras-chave: Pesquisa Narrativa; Mulheres;
Vulnerabilidade ao HIV/aids.

PEDAGOGIA SUBTERRÂNEA: NARRATIVAS TRANS NO COTIDIANO ESCOLAR

Eder Rodrigues Proença
Universidade de Sorocaba (UNISO)
eder.proenca1@gmail.com

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o quanto a escola, em seu cotidiano, é de fato excludente dos chamados corpos estranhos, a fim de pensar os transbordamentos que se dão no cotidiano escolar. O meu lugar de fala é deste espaço escolar, como diretor de uma escola de educação básica, da rede municipal de Sorocaba – SP. Ao me deparar com textos e discursos sobre gênero, sexualidades e suas intersecções em publicações e eventos acadêmicos, algumas inquietações surgiram e são elas que movem este texto: de que escola esses e essas pesquisadoras estão falando? O que dizer da série de transexuais, gays, lésbicas e outros corpos estranhos que adentram o cotidiano escolar, transgredindo-o e transformando-o? Garimpando informações, como pesquisador no cotidiano, apresento uma série de narrativas por meio das quais argumento que a presença destes corpos estranhos, para além das dificuldades e normatividades experimentadas, funda uma pedagogia subterrânea, política e pedagogicamente potente, que transforma o cotidiano escolar, possibilita novos olhares – no início, curiosos e carregados de preconceito – mas que afetam, problematizam e contribuem para a constituição cidadã e diversa dos alunos, alunas e demais personagens do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Pedagogia subterrânea; Narrativas trans; Corpos estranhos; Cotidiano escolar.

PERIPÉCIAS METODOLÓGICAS: UMA ETNOGRAFIA NARRATIVA COM MULHERES EVANGÉLICAS E SINDICALISTAS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO

*Débora Cavalcanti dos Santos
Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na
Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)
debora.cds.pe@gmail.com*

Este trabalho tem como objetivo compartilhar e problematizar alguns desafios metodológicos vividos durante uma Pesquisa Narrativa, no ano de 2014, em Pernambuco, para a obtenção do título de mestre/a. Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, em parceria com o Programa de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e teve como objetivo analisar a experiência de mulheres evangélicas e ativistas do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco sobre a morte de quem são testemunhas. Para tal, foi feita uma etnografia narrativa, utilizando-se de instrumentos como a entrevista narrativa, o diário de campo, a máquina fotográfica, fotografias e pesquisa de campo. A análise estruturou-se em dois principais eixos: análise de entrevistas narrativas e análise visual de fotografias. A realidade narrativa da pesquisa evidenciou alguns entraves metodológicos. Foi preciso criatividade e sensibilidade para lidar com o não-dito. Foi preciso cuidados éticos na co-produção dessa investigação, principalmente, na relação construída entre pesquisadora e interlocutoras. Foi preciso compreender que as mulheres que aceitaram contar as suas histórias, também possuem agência, e queriam ouvir a história da pesquisadora. Foi preciso ter prudência para perceber que em determinados momentos os instrumentos de pesquisa poderiam ser invasivos – muitas

vezes, o gravador foi desligado, o caderno de campo foi fechado e a câmera fotográfica nada registrou. Porém, tais cuidados, ainda deixaram em aberto algumas interrogações e desafios, por exemplo: o texto que apresenta a pesquisa para uma banca avaliativa pode ter um ponto final, mas, geralmente, os laços e os afetos, construídos durante a investigação, continuam, e precisam de atenção e cuidado. Voltar ao campo de pesquisa para socializar a investigação parece ser um caminho que demonstra esse cuidado.

Palavras-chave: Contextos rurais; Mulheres evangélicas e sindicalistas; Etnografia Narrativa.

PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM NARRATIVAS CIENTÍFICAS E AUTONARRATIVAS DA VIDA COTIDIANA

Nayene Gonçalves Vieira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

nayenevieira@gmail.com

Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar a relação entre o diagnóstico de pessoas vivendo com HIV/Aids e a produção de subjetividades. O trabalho de coleta de dados consistiu em duas etapas: 1) realização de pesquisa bibliográfica no Portal Periódicos CAPES, tendo como descritor principal a expressão “vivendo com HIV/Aids”; 2) análise de autonarrativas publicadas no blog “Vidas em Crônica: retratos da Aids no Brasil”. Na primeira etapa, foram aplicados critérios de seleção do material bibliográfico selecionando-se 36 e 379 resultados iniciais. Na segunda etapa, foram selecionadas 80 narrativas em primeira pessoa, das 108 disponíveis no blog à época da coleta de dados. A análise dos dados se guiou pela perspectiva da análise temática de narrativas científicas, que tem como foco principal o que é dito, o conteúdo da narrativa. O software Qualitative Data Analysis (ATLAS.ti) versão 7.0 foi utilizado como ferramenta de apoio ao armazenamento e manejo do processo de análise. Destacou-se na análise do material bibliográfico que a qualidade de vida é recorrentemente atrelada ao viver com HIV/Aids. Observou-se que o tratamento efetivo eliminou marcas corporais que antigamente eram geradas pelo HIV/Aids, mas criou outras como a lipodistrofia. Através das autonarrativas é possível dar visibilidade àqueles/as que são muitas vezes omitidos/as e negligenciados/as na sociedade, permitindo a desnaturalização e problematização do viver com HIV/Aids. Essa pesquisa permitiu discutir uma problemática relevante

para a Psicologia Social e para as Políticas Públicas, particularmente no âmbito da saúde, já que diz de um grupo em situação de vulnerabilidade e marginalizado pela sociedade. Conclui-se que tanto nas narrativas científicas estudadas na primeira etapa quanto as autonarrativas, permitiram discutir e ressignificar o que é viver com HIV/Aids, noção polissêmica que modula diferentes processos de subjetivação no cenário estudado.

Palavras-chave: Viver com HIV/Aids; Autonarrativas; Processos de subjetivação.

ESCUTAR PARA ENXERGAR: COCONSTRUINDO NARRATIVAS DE PESSOAS COM TRAJETÓRIA DE RUA

Camila Maria Felipe Vega

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
camilamfv@gmail.com

Luciana Kind

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
lukind@gmail.com

Apesar da problemática das pessoas em situação de rua demarcar um caminho histórico com raízes desde a Grécia Antiga, é a instauração do modelo de produção capitalista que agrava esta questão social. Implicações políticas, sociais e econômicas desencadeadas por este modelo repercutiram diretamente no olhar da sociedade sobre estas pessoas, tendo em vista a não contribuição das mesmas para o bom funcionamento do sistema. Entretanto, há um contexto subjetivo muito profundo, que permeia a vida e os percursos de cada pessoa nestas condições, indo além de questões meramente políticas e econômicas. O que há, então, por trás das roupas rasgadas, das mãos sujas e das feridas que não cicatrizam por serem constantemente reabertas pelos percalços das ruas? O que as histórias dessas pessoas têm a nos dizer? Compreender as experiências de vida das pessoas com trajetórias de rua foi o objetivo maior desse trabalho, acreditando que a coconstrução dessas narrativas contribuirá para ressignificar o olhar sobre aqueles que muitos julgam ser descartáveis. A pesquisa foi realizada com 6 pessoas que estão, ou já estiveram em situação de rua, frequentadores de uma instituição filantrópica não-governamental de Belo Horizonte, onde realizei um trabalho de acolhimento terapêutico há, aproximadamente, 18 meses. A coleta de dados foi realizada

através das entrevistas narrativas, que se apresentam enquanto modalidade específica para suscitar o processo de “contação de histórias”. Já a análise de dados se embasou nos preceitos da abordagem dialógico-performativa, idealizada por Riessman (2008), fazendo uso de algumas estratégias de análise de Gibbs (2009). A pesquisa nos revela novas faces do fenômeno de pessoas em situação de rua, denunciando, dentre elas, a existência de uma organização particular deste cenário, composto por leis próprias e por diferentes perfis de pessoas. Neste sentido, são encontradas diferentes histórias, motivações, sentimentos, perspectivas de vida e padrões de felicidade nas narrativas elucidadas, tornando a categorização desse fenômeno e das pessoas com essa trajetória, um movimento difícil e perigoso de ser feito, por poder desconsiderar as singularidades de suas experiências.

Palavras-chave: Pesquisa Narrativa, Pessoas em Situação de Rua, Análise Dialógico-Performativa.

SOBRE MENINOS E HOMENS: REFLETINDO A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Juan Filipe Stacul

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
filipestacul@gmail.com

Adla Betsaida Martins Teixeira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
adlaufmg@gmail.com

No presente trabalho, apresenta-se um levantamento bibliográfico sobre a construção das masculinidades no ambiente escolar, enquanto intimamente relacionada à operacionalização de relações de poder e à manutenção de processos de engendramento binários e excludentes. Pretende-se, com isso, colocar em debate uma série de questões pertinentes aos estudos de gênero, que se impõem com urgência na pauta contemporânea de inúmeras pesquisas: a relação entre a masculinidade hegemônica e a heterossexualidade compulsória, a dialética entre poder e discurso e, sobretudo, a associação entre normatização e construção das subjetividades. Acredita-se que esse trabalho possa contribuir positivamente para os estudos culturais e de gênero e, sobretudo, para a crítica feminista, ao apresentar um debate teórico pertinente sobre os processos de engendramento na escola. Além disso, acredita-se que o debate aqui levantado possa ser enriquecedor ao trabalho pedagógico, ao apresentar para o/a professor/a um material profícuo ao debate sobre gênero na educação básica – em parte ainda inédito para o público brasileiro, coletado em pesquisas na Universidade de Illinois.

Palavras-chave: Gênero; Masculinidades; Educação Básica.

TRAJETÓRIAS ESCOLARES E ACADÊMICAS DE MULHERES CIENTISTAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

*Marcel de Almeida Freitas
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
marcel.fae.ufmg@gmail.com*

*Adla Betsaida Martins Teixeira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
adlaufmg@gmail.com*

Esperar-se-ia que com a abrangente participação numérica de mulheres nos cursos superiores tal inclusão se refletisse também no campo científico. Apesar dos avanços, as mudanças culturais no ambiente organizacional de algumas áreas acadêmicas são mais vagarosas; logo indaga-se aqui a permanência de disparidades generificadas na ciência e os efeitos das mesmas para a educação e para a sociedade. O presente estudo dialoga com a Antropologia, a História e com a Psicologia Social. O objetivo geral da investigação é cotejar e compreender preconceitos e discriminações de gênero em situações escolares (desde o ensino fundamental ao doutorado) vivenciados por mulheres que decidem seguir a carreira acadêmica nos dez cursos com menor percentual feminino na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Universo de pesquisa: dentre os 74 cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os dez que possuem menor percentual de mulheres no corpo docente, os quais, por seu turno, serão o locus do referido estudo, são: Engenharia Elétrica (6,55%); Engenharia de Estruturas (6,67%); Engenharia de Produção (6,67%); Física (9,83%); Engenharia Mecânica (10%); Matemática (10,53%); Cirurgia e

Oftalmologia (15,62%); Ciências da Computação (17,07%); Ciência do Esporte (20,83%); Economia (23,53%). Sujeitos do estudo: acadêmicas (professoras pesquisadoras) com, no mínimo, doutorado; cinco profissionais de cada área. Coleta de dados: métodos mistos – quantitativos e qualitativos, entrevistas individuais semiestruturadas com pesquisadoras. Instrumental para compreensão dos dados: Análise Estatística Simples e Análise do Discurso. Pretende-se verificar se internalizadas inconscientemente de uma visão falocêntrica do que é ser cientista, as instituições educacionais desestimulam e/ou impedem (indireta e tacitamente) que mulheres ingressem nas carreiras acadêmicas, embora as didáticas e os currículos oficiais não prescrevam isso.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Mulheres e Ciência; Misoginia.

UMA LEITURA SISTÊMICA DA INTERAÇÃO ENTRE A MULHER E O MITO DO AMOR MATERNO

Deborah Kopke Resende

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

deborahkopke@gmail.com

Este trabalho se trata de uma pesquisa monográfica de cunho social, de caráter exploratório e natureza qualitativa, que analisa a vivência das mulheres no estado puerperal, tendo em vista a veiculação considerável de imagens idílicas sobre a maternidade e em face das expectativas da sociedade sobre o amor materno. O objetivo da pesquisa foi investigar as vivências emocionais da mulher no puerpério, em conflito com o mito do amor materno, para além do que é veiculado pela ideologia maternalista. Toma-se como ponto de partida a maternidade concebida como construção histórica e social. Este trabalho aponta o Mito do Amor Materno, propagado desde o fim do século XVIII, como uma criação fruto de diversos interesses sociais, culturais e econômicos, de cada época. As vivências das mulheres no puerpério foram abordadas a partir do estudo dos depoimentos de algumas puérperas tomados entre os meses de agosto e setembro de 2015 no post “Desabafos Anônimos”, do blog “Temos que falar sobre isso”. Os dados foram trabalhados à luz da teoria sistêmica de Mony Elkain (1990;1998;1999), o que permitiu compreender os agrupamentos inéditos que as mulheres fazem com as pautas prescritas socialmente em torno da maternidade, a partir de suas autorreferências e ressonâncias. Os resultados da pesquisa revelam, nesse percurso delimitado, a tensão vivenciada pelas mulheres no puerpério, em decorrência dos paradoxos existentes entre a gama complexa de sentimentos que elas experienciam neste período, e os padrões sociais idealizados em torno da maternidade. Utiliza-

se como fonte de pesquisa principal para este trabalho, as obras da autora feminista Elizabeth Badinter.

Palavras-chave: Maternidade; Puerpério; Mito do Amor Materno; Teoria Sistêmica; Feminismo.

VIDAS ATRAVESSADAS PELO HIV: UMA ANÁLISE CENTRADA DO MÉTODO DE NARRATIVAS DE HISTÓRIAS DE VIDA E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Brígia da Silva Amaro

Universidade Federal do Ceará (UFC)

brigia@gmail.com

Aluísio Ferreira Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

aluisiolima@hotmail.com

O objetivo dessa apresentação será discutir os sentidos dados pelos sujeitos que vivem com HIV/AIDS às suas experiências de vida. Para tanto, apresentaremos a pesquisa que temos desenvolvido, de caráter qualitativo, no âmbito do Mestrado em Psicologia da UFC. Essa perspectiva de pesquisa considera a narrativa de história de vida como ponto de partida para a construção do problema e seu desenvolvimento, qual seja compreender os sentidos dados pelas pessoas que passam por uma experiência tão intensa. No lugar de descrever patologias que identificam a maneira de o sujeito ser, busca entender como é que a sociedade se estrutura a ponto de gerar sofrimento, sobretudo, quando limita os sujeitos e os reduz à dimensão biológica de ser portador de um vírus letal, para exemplificar. Processo de redução similar ocorre com a mulher e a dimensão social do feminino. Aqui, destacada por uma conexão ao tema central do Simpósio. Judith Butler destaca a utilização generalizadora que se faz do termo mulher. “Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (Butler, 2016, p. 21). A autora critica a redução constante a qual somos submetidas. Na contramão desse olhar redutor, partimos de uma concepção de sujeito que se implica no processo de constituição de suas experiências e, portanto,

deve ser reconhecido enquanto tal. Assim, as entrevistas aconteceram a partir da seguinte questão disparadora: “quem você é”? As falas coletadas nos permitiram também entrar em contato com outras temáticas entrelaçadas ao nosso objeto de pesquisa, tais como as questões de gênero e o preconceito que um olhar reducionista ajuda a fomentar em nossa sociedade. A análise dos relatos trazidos se dá a partir da proposta teórica metodológica apresentada por Antonio Ciampa, Juracy Almeida e Aluísio Ferreira de Lima acerca das metamorfoses da identidade, que prezam pelos relatos sobre sua existência através do tempo e os processos de negação e reconhecimento identitário, articulada aos estudos de gênero, tais como os desenvolvidos por Judith Butler. Esses teóricos estudam identidade não como um conjunto de características, como um elemento cristalizado do sujeito, mas buscam compreender quem somos e como nos estruturamos a partir do resultado dinâmico da reposição constante de tudo que compõe nossas trajetórias de vida. Essa negociação de nós mesmos com tudo aquilo que a vida vai fazendo de nossas vidas. Os relatos permitem uma narrar acerca da vida dessas pessoas e elas próprias têm dado sentido a suas experiências de vida a partir da fala que é traduzida o mais fielmente possível nos escritos da pesquisa. E Judith Butler auxilia sobremaneira no entendimento de como alguns de nossos participantes trazem seu desconforto com uma heteronormatividade compulsória, com a culpa e responsabilização que a sociedade impõe a quem contrai o HIV, por exemplo, dentre outros aspectos.

Palavras-chave: Psicologia Social Crítica; Narrativa de história de vida; Questões de gênero; HIV/AIDS.

VOZES FEMININAS ECOAM DOS PORÕES DO SILENCIO: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS FENOMENOLÓGICAS E A EXPERIÊNCIA DE MULHERES QUE MILITARAM EM OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
jaizacruzz@gmail.com

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
ingridfgian@gmail.com

A história de um país, ou de um povo, pode ser escrita e contada por diferentes versões. Há nesta forma de narrar ou escrever, uma peculiaridade construída socialmente, a hierarquia do que será mantido ou omitido, destacando uma versão oficial, legitimada como verdade. No Brasil, o período da ditadura militar (1964-1985) apresenta ainda certas obscuridades em relação às vivências de diferentes grupos sociais. Nas narrativas históricas há uma omissão da experiência dos sujeitos subalternos, entre eles, as mulheres. Neste trabalho, salientamos a importante participação das mulheres no contexto de militância política durante o regime militar no Brasil, período de significativas mudanças sociais e nas relações de gênero. O acesso aos relatos das militantes políticas se deu por meio da realização de quatro entrevistas em profundidade. Para a organização e interpretação dos dados, utilizamos o método fenomenológico para a construção de narrativas, tendo o objetivo de captar a experiência vivida por estas mulheres, a fim de compreender, de forma mais geral, a construção social da identidade feminina. O método prevê a transformação da entrevista bruta em estruturas,

permitindo: a compreensão do fenômeno, das trajetórias e o conhecimento do universo amplo em que as experiências foram vivenciadas. Posteriormente as narrativas são articuladas teoricamente ao tema investigado. Trata-se, portanto, de uma estratégia empírica, e não filosófica, da fenomenologia aplicada à pesquisa. Embora haja foco nas experiências particulares, no que tange cada narrativa, na discussão dos dados, os fragmentos são agrupados, comparando os diferentes constituintes dos temas tratados e que sejam relevantes para interpretação dos fenômenos comuns. O uso do método nas pesquisas em psicologia contribui para que as narrativas silenciadas sobressaltem o texto, fazendo ecoar a trajetória de vida e militância das mulheres entrevistadas, rompendo o silêncio a partir da evocação da experiência vivida.

Palavras-chave: mulheres; militância política; ditadura militar; construção de narrativas.

DIVERSIDADE E DESAFIOS DO FEMINISMO

A PATERNAGEM DO PAI ADOLESCENTE: NOVAS CONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS CUIDADOS PARENTAIS

Andressa França Amorim

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

andressaframom@gmail.com

Alessandra Sampaio Chacham

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

achacham@pucminas.br

A desigualdade de gênero ainda é bastante acentuada nas relações humanas. Apesar das mulheres ainda deterem o monopólio das tarefas de casa e cuidado com as/os filhas/as, observamos surgir uma tímida participação dos homens nessas atividades. Este trabalho procurou trazer para o debate feminista a discussão da participação dos homens no espaço doméstico, sobretudo no cuidado com as/os filhas/os. Realizamos uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de investigar a paternagem de pais adolescentes. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas em profundidade com seis jovens que foram pais na adolescência e que assumiram, parcial ou integralmente, os cuidados com os filhos. Todos eram provenientes de famílias com baixa renda e com baixa escolaridade. Partindo de uma abordagem analítica sustentada pelas teorias de gênero, discutimos como no Brasil, a expansão da presença feminina no mercado de trabalho não foi seguida por uma maior participação masculina nos cuidados e tarefas do lar. Esse fenômeno pode ser percebido na trajetória de vida dos entrevistados, quando, na ausência das mães e pais, vários destes assumiram algumas responsabilidades por tarefas domésticas e cuidados com irmãos, em situações nas quais os antigos papéis homem-provedor e mulher-cuidadora não se

constituíram de forma rígida. Por outro lado, foi notável o empenho dos jovens para ter maior participação na vida dos filhos, às vezes encontrando resistência das mães e avós. Encontramos uma multiplicidade de sentidos de paternagem para os entrevistados, mas pudemos observar que de modo geral, para eles, devido às limitadas alternativas de vida disponíveis para jovens de sua classe social, a paternagem significou um modo de entrar no mundo dos adultos, obter reconhecimento social, e em alguns casos, um caminho para sair da criminalidade.

Palavras-chave: Relações de gênero; Paternagem; Adolescência; Divisão sexual do trabalho.

A REPRESENTAÇÃO DA ATLETA BRASILEIRA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2012 E AS PERSPECTIVAS PARA 2016

Carolina Bortoleto Firmino

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

carolina.bfirmo@gmail.com

Mauro de Souza Ventura

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

mauroventura@faac.unesp.br

Quando se trata da representação da mulher atleta na mídia esportiva tradicional, é comum observarmos imagens associadas a elementos sexuais, beleza, fragilidade ou descontrole das emoções em detrimento da performance técnica. Isso fica bastante evidente ao avaliarmos a escolha de títulos, unidades de texto – adjetivos, verbos, substantivos – e imagens para representá-las. Para entender de que forma a narrativa a respeito das atletas brasileiras foi construída durante as Olimpíadas de Londres (2012), este estudo se debruçou sobre as notícias veiculadas nas versões impressas dos jornais impressos Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, com apporte metodológico da análise de conteúdo (Bardin, 2002) e teórico da dominação masculina (Bourdieu, 2002). O objetivo foi identificar de que forma essas mulheres são representadas dentro de um ambiente considerado tipicamente masculino – considerando, inclusive, que o Comitê Olímpico Esportivo classificou esta edição como a mais feminina da história. Por meio de categorias (fator técnica, fator emoção, fator gênero e fator estereótipo) classificamos termos recorrentes e manchetes considerando sua frequência e sentido dentro das modalidades mais noticiadas na competição (foram elas: vôlei, futebol, handebol, basquete e judô. Incluímos o boxe por ele ter sido disputado pela primeira

vez por mulheres); também analisamos qualitativamente o tratamento direcionado a essas atletas. Entre alguns resultados, pudemos perceber que a representação se dá de maneira singular – ou seja, varia de acordo com cada modalidade, personagens-atletas ou campanha desenvolvida pelas equipes. Percebemos ainda que as barreiras invisíveis construídas a partir de valores pré-adquiridos nas relações entre o indivíduo e a sociedade – e reproduzidos pela grande mídia – continuam a dificultar a busca por uma real legitimação da mulher como atleta de competição. Por exemplo: o vôlei costuma receber o status de esporte feminino, enquanto o judô aparece como masculino. Assim, ao comparamos a representação das atletas nessas modalidades, identificamos em qual delas surge a necessidade de validar traços de feminilidade. Por sua vez, no futebol, a linguagem adotada é repleta de subjetividades e deixa evidente a falta de identificação do público e da própria mídia com o time das brasileiras. No caso do handebol, que foi a modalidade representada com maior índice de fator técnica, não havia uma equipe masculina competindo. Porém, esse cenário tende a ganhar novo enquadramento no evento olímpico deste ano, com a internet fortalecendo o lugar de fala na luta para causas de empoderamento. Pela primeira vez, no portal da UOL destinado à cobertura das Olimpíadas 2016, algumas páginas feministas (AzMina, Think Olga/Olga Esporte Clube e dibradoras) ganharam espaço e já começam a atuar como novos canais de informação presentes neste contexto – com um posicionamento que contraria a cobertura heteronormativa feita pelos veículos tradicionais.

Palavras-chave: Comunicação; Gênero; Esporte.

ARTE MILITANTE: AS ARTES VISUAIS NA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

*Mariana Rezende Dini
Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)
mariana.dini@live.com*

A partir do final da década de 60, nos EUA e Grã-Bretanha, mulheres passaram a colocar em pauta necessária a discussão de gênero, expressando seu protagonismo social e interferindo no próprio conceito de gênero. Esta produção social se dá através de vários fenômenos, sendo a arte uma de suas dimensões mais importantes, uma vez que faz parte da esfera cultural e interfere no terreno onde política, poder e dominação são mediados. Traçando a trajetória do movimento feminista, buscou-se analisar as artes visuais produzidas por artistas feministas dentro de seus respectivos contextos sócio históricos, desde o início do Movimento até a contemporaneidade, a fim de identificar temas recorrentes nas produções artísticas de cada período e associá-los com os respectivos acontecimentos históricos. Tal investigação foi realizada através do levantamento e análise bibliográfica de artigos e documentos referentes ao movimento feminista associado às artes visuais, seguido pela seleção das produções artísticas representativas e impactantes em seus períodos, bem como produzidas por artistas conhecidas pelo engajamento intencional na causa feminista. Já com as obras selecionadas e divididas por períodos, foi produzido um quadro onde os temas identificados nas mesmas foram associados com dados históricos referentes à cada período. O quadro elaborado proporcionou a revelação de obras que foram marcos na trajetória artística do movimento feminista, representando a transição da mulher de mera musa inspiradora para protagonista na história e nas relações

sociais. Além disso, o levantamento dos temas que estavam em pauta em cada período proporcionou a compreensão da transformação pela qual o próprio conceito de gênero passou, sendo gradativamente reconstruído pela militância feminista. Analisando o quadro elaborado é possível dizer que a trajetória artística feminista se caracteriza, sobretudo, por ser desencadeada pelo objetivo central de alterar a história da arte através da própria arte.

Palavras-chave: Arte militante; Artes visuais; Movimento feminista; Trajetória; Gênero.

CIBERATIVISMO FEMINISTA: UMA ANÁLISE DA PÁGINA “FEMINISMO SEM DEMAGOGIA - ORIGINAL”

Marco Túlio Pena *Câmara*

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

(CEFET/MG)

marcotulio.camara@gmail.com

Com o alcance global da internet e a possibilidade de interconexão oferecida por ela, lutar por uma causa também passou a fazer parte do universo online, com interação entre pessoas de diferentes locais em torno de uma causa em comum. Prova disso é o crescente número de adeptos à causa feminista, principalmente pelas redes sociais. A propagação mais facilitada dos ideais, aliada ao amplo poder informacional da internet, contribui para o ativismo digital, que permite que o cidadão seja influente nas mudanças da agenda pública, sendo sujeito transformador histórico-social. Este artigo parte da definição de Rigitano (2003) para o ciberativismo, como sendo a conscientização através da internet, aperfeiçoando a atuação dos grupos e ampliando as técnicas tradicionais de apoio. Com isso, o trabalho estuda o ciberativismo feminista a partir da análise da página do Facebook “Feminismo sem demagogia – Original”. Tomando como base as formas de interação que a rede social presume, pretende-se analisar como ocorre o ativismo online e como ele é recebido pelos seus usuários que interagem com a página e o tema, levando em consideração que todo discurso é moldado por ideologias, cercado pelos valores pré-adquiridos e o contexto ao qual o enunciante está inserido. Para isso, o estudo aborda autores como Primo (2000 e 2003), que estuda a interação em ambientes digitais; Dieminger e Oliveira (2015), para entender como ocorre o ciberativismo feminista; e Recuero (2014), na análise das interações no Facebook com curtidas, comentários

e compartilhamentos de posts. Assim, o estudo analisa as interações estabelecidas no ciberespaço, tendo as novas mídias como protagonistas de mudanças nas relações sociais. Para este artigo, considerou-se posts da semana de carnaval, a fim de perceber a identificação com o feminismo e como se dá o ciberativismo na página. Para tanto, analisou-se o número de reações a cada post no período em questão, mostrando como ocorre o ativismo online e de que maneira ele contribui para a construção da identidade feminista, a partir dos conteúdos e relações estabelecidas, já que as funções conversacionais apresentadas pelo Facebook não são meros cliques impensados, mas sim, formas de interagir com o conteúdo e tomar parte. Dessa forma, o ciberativismo surge como uma possibilidade real da expansão dos movimentos, sendo fundamental a participação do usuário em discussões e apresentações de conceitos e temas polêmicos. Isso pode ser observado em diversas páginas do tema, com milhares de curtidas, onde a discussão se torna diária através dos posts, fotos e compartilhamentos. Assim, observou-se que a página em análise, cumpre o papel do ciberativismo. Ao mesmo tempo, retrata como as interações se dão, gerando alto grau de identificação e criação de identidade. Sendo assim, cumpre o papel do ativismo tradicional, agora em um espaço mais amplo e livre_ a internet, promovendo a discussão, relação e identificação dos membros em suas publicações.

Palavras-Chave: Ciberativismo; Interação; Facebook.

CONHECENDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO E CIÊNCIAS NO BRASIL, NO NORDESTE E EM PERNAMBUCO POR MEIO DAS PUBLICAÇÕES NA REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

Jennifer Tavares da Silva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
jennifer_adm@hotmail.com

Vívian Matias dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
vivianmsa@yahoo.com.br

Historicamente, no Ocidente, foi negada às mulheres a participação igualitária nos espaços formais de produção científica e tecnológica. Ao sexo feminino se atribuiu/atribui a esfera privada, doméstica e da reprodução, enquanto que aos homens vincula-se a competência de pensar, fazer parte da política e monopolizar o conhecimento. Neste sentido, a problemática deste trabalho relaciona-se à questão da participação de mulheres nas ciências e como tal participação passou a ser compreendida pela crítica feminista às ciências e no âmbito dos estudos de gênero. A este respeito podemos afirmar que a produção sobre gênero e ciências que até os anos 1990 era incipiente e pouco visível no Brasil. Diante dessa questão, objetivamos analisar e mapear a produção científica brasileira sobre gênero e ciências no campo dos estudos feministas de forma a situá-la nas distintas regiões do Brasil, especialmente na região Nordeste e nesta, a produção feminista do Estado de Pernambuco. Por meio desta análise propomos conhecer as principais temáticas abordadas e identificar as linhagens do pensamento feminista brasileiro, nordestino e pernambucano. Para isso será feita uma abordagem bibliométrica dos estudos sobre gênero e ciências

publicados na Revista Estudos Feministas nos últimos 15 anos, que resultará na elaboração de uma análise quali-quantitativa acerca deste campo de investigação no país. Diante do exposto, o caminho a ser percorrido por esta proposta de pesquisa responderá aos seguintes questionamentos: Como se dá a produção de conhecimento feminista em países fora do centro capitalista, que estão em um contexto científico latino-americano específico, como o do Brasil? Como se configura e localiza no Brasil a produção sobre mulheres e ciências? Que estudos foram produzidos sobre gênero e ciências nas distintas regiões e instituições do país? Como se configuraram as linhagens do pensamento feminista brasileiro no campo dos estudos feministas e de gênero sobre as ciências?

Palavra-chave: Mulher; Gênero e ciências; Conhecimento feminista.

DISCUTINDO O LUGAR SOCIAL DA MULHER NA CIÊNCIA: UMA NARRATIVA ACADÊMICA NO ÂMBITO DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

Andréa Moreira Lima

Centro Universitário UNA

andrea.m.lima10@gmail.com

A partir do método de revisão bibliográfica narrativa, o presente estudo tem o intuito de abordar as experiências e as condições de trabalho das mulheres na ciência e, especificamente, no campo da Psicologia. De início, apresentarei um recorte analítico sobre a inserção da mulher no campo científico-acadêmico e, em seguida, abordarei a luta feminista a partir da perspectiva dos direitos humanos. Desde a década de 1970, no bojo da segunda onda do movimento feminista, encontramos discussões formais acerca do lugar social da mulher na ciência. Esse debate tem sido realizado, principalmente, por mulheres que se dedicaram ao campo de estudos atualmente conhecido como epistemologia feminista. A epistemologia, em sua forma mais ampla, tem como foco o estudo do conhecimento e dos modos de conhecer. Nessa direção, as epistemólogas e feministas se dedicaram ao estudo da ciência e de sua produção, apontando a imensa parcialidade de gênero que assola tal campo. Em suas análises, essas epistemólogas destacaram a existência de diferenças históricas entre o papel social da mulher e do homem, na ciência, mostrando como essas diferenças culminavam em estudos que desconsideravam o gênero feminino. No presente trabalho, destacarei três conjuntos de situações nos quais essa parcialidade de gênero se faz visível, a saber: (1) a diferente proporção de homens e mulheres na ciência; (2) os problemas teóricos priorizados por parte da comunidade científica; e (3) o próprio modo como a ciência investiga. A partir desse

enfoque histórico-político para o tema, discutirei o modo a partir do qual a lógica de inferiorização e opressão do gênero feminino encontra-se calcada em uma hierarquização desencadeada por discursos, valores e práticas hegemônicas que contribuíram para a restrição das mulheres à lugares de subalternidade, inclusive, no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Epistemologia feminista; Estudos sociais da ciência; Feminismo; Gênero; Psicologia feminista.

ESCRITA E RESISTÊNCIA: EM BUSCA DE MARIA POGNON

Giselle Luz

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

gisellee.luzz@gmail.com

Feminista, socialista e jornalista francesa, Maria Pognon (1844-1925) destaca-se por sua importante atuação na luta pela emancipação da mulher, no contexto da III República Francesa. Pognon vivencia o delinear da primeira onda do feminismo e a luta pela conquista dos direitos à educação, ao trabalho e ao voto. No presente estudo, buscaremos analisar o artigo *Féminisme* (1897), de Maria Pognon, publicado no Jornal *La Fronde*, com o objetivo de refletir sobre a imagem que a referida escritora constrói de si por meio de sua escrita. Pognon em seu supracitado artigo se dirige tanto a mulheres e homens que se identificavam com a luta pela emancipação das mulheres, quanto a mulheres e homens que ainda não se identificavam com tal luta, mas que, por meio de seu discurso, poderão, de alguma forma, repensar sua posição. Tendo em vista tal auditório heterogêneo Pognon, a fim de construir sua imagem face a suas leitoras e seus leitores, buscará negociar as distâncias que possam existir entre ela e seu auditório com a finalidade de captá-los. Para tanto, utilizaremos como referencial teórico os trabalhos de Perrot (2005 [1998], 2007 [2006]), sobre a história das mulheres; as contribuições de Meyer (2005, 2008a, 2008b) em relação a negociação das distâncias na Retórica e na Argumentação; e as reflexões de Amossy (2005, 2008a, 2008b), no que diz respeito a noção de Ethos. Dessa forma, nossa motivação em fazer o presente trabalho justifica-se por nosso interesse em resgatar a voz e o lugar social e político dessa mulher que foi silenciada pelo esquecimento durante tantos anos.

Palavras-chave: Feminismo; Século XIX na França; Ethos; Maria Pognon.

FEMININOS EM CONSTRUÇÃO: UMA LEITURA ARQUETÍPICA E AFROCENTRADA DO ROMANCE “UM DEFEITO DE COR”

*Ana Paula Lima Moura
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
paulalimamoura@gmail.com*

*Vânia Maria Ferreira Vasconcelos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (Unilab-BA)
vania.vasconcelos@uece.br*

Levando em conta a discussão acerca do lugar da mulher negra nas produções literárias contemporâneas e por considerar o papel central da literatura na produção e desconstrução de identidades, este trabalho buscará questionar os possíveis estereótipos criados pelo olhar eurocêntrico-patriarcal acerca da mulher negra, em contraposição às representações do feminino contidas no romance histórico “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves, obra que dá voz às memórias de uma africana escravizada que relata, em uma longa narrativa, a sua história de vida no Brasil colônia. O trabalho tem por interesse propor o estudo da epistemologia afrocêntrica como ferramenta para viabilizar um processo de questionamento dos paradigmas literários oficiais e consequente metamorfose da consciência, no sentido de um deslocamento da representação da mulher negra no imaginário coletivo. Para isto, tomaremos como eixo norteador a possibilidade da contestação dos mitos oficiais e a construção de novas histórias e literaturas a partir das potências psíquicas e educativas das imagens arquéticas da cosmologia africana, em especial, das deusas iorubás.

Palavras-chave: Identidade; Gênero; Raça; Cultura Afro-brasileira; Psicologia Analítica.

FEMINISMOS PÓS-COLONIAIS, CRÍTICA *QUEER OF COLOUR* E EPISTEMOLOGIAS ANTI-HEGEMÔNICAS

Caterina Alessandra Rea

Grupo de pesquisa Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (FEMPOS – Unilab-BA)

caterina@unilab.edu.br

Este texto visa a apresentar o Grupo de Pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas (FEMPOS), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), que opera no Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, Bahia. A partir das análises das diretrizes da UNILAB e da preocupação com a elaboração de perspectivas epistemológicas do Sul, este grupo de pesquisa situa a análise feminista, as questões de gênero e sexualidades no contexto pós-colonial, levando em conta o impacto que tais questões causam na definição dos equilíbrios entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente, culturas e subculturas e destacando a importância das contribuições teóricas das margens, elaboradas por grupos historicamente subalternizados em virtude de diferentes e simultâneos marcadores sociais. Do ponto de vista metodológico, o FEMPOS privilegia uma abordagem de estudos bibliográficos e de revisão de literatura, baseados na compreensão e na interpretação dos principais textos da área dos estudos feministas, queer e pós-coloniais. Através destas contribuições, nos interessa articular “um pensamento da historicidade das relações de poder reputadas a-históricas”, (DORLIN, 2008: 10), na tentativa de desconstruir aquilo que, mais frequentemente, costumamos considerar como estável e natural. Situados no campo filosófico e epistemológico, os

projetos desenvolvidos pelo FEMPOS se colocam em um diálogo interdisciplinar com as Humanidades e visam a consolidar o embasamento teórico de pesquisas, conduzidas por alun@s, que envolvam populações e sujeitos tradicionalmente produzidos como subalternos, no quadro das atuais relações sociais de dominação. No quadro das produções teóricas anti-hegemônicas, o FEMPOS estuda as contribuições de autor@s queer não-brancos e sua compreensão do gênero e da dissidência sexual em uma perspectiva interseccional, anti-imperialista, anticolonial e antirracista.

Palavras-chave: Feminismos pós-coloniais; Interseccionalidade; crítica queer of colour; hegemonia; subalternidade.

GÊNERO, CORPO E SAÚDE EM NARRATIVAS DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA EM REDES SOCIAIS

Idilva Maria Pires Germano
Universidade Federal do Ceará (UFC)
idilvapg@gmail.com

Débora Brenda Carneiro de Souza
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Natasha Chaves Medeiros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Silvana Nazaré Araújo da Ponte Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria Camila Gabriele Moura
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Stephanie C. F. Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Este trabalho investiga a narração autobiográfica de mulheres adultas jovens com câncer de mama no Instagram. Observa-se que as novas tecnologias têm maximizado a produção e circulação de textos e imagens e transformado as experiências de saúde e doença na atualidade. As narrativas do câncer de mama na internet são numerosas e apresentam dimensões de sociabilidade e subjetividade associadas às pressões sociais de gênero, bem como a outros imperativos da sociedade de consumo. O objetivo geral da pesquisa é compreender as transformações na experiência do adoecimento hoje sob influência das novas tecnologias do “olhar”. Optando por investigar mulheres com câncer de mama, observou-se que a)

Em vez de viver a doença na intimidade, no silêncio e na solidão do espaço doméstico, muitas mulheres expõem publicamente a rotina de cuidados da luta contra o câncer nas redes sociais, recebendo e dando suporte a outros, b) as mulheres fazem significativo uso de fotos e selfies sorridentes e felizes, c) as mulheres adotam padrões de beleza e fitness impostos às mulheres saudáveis. Buscaram-se contas públicas de brasileiras usuárias do Instagram (hashtag #cancer de mama#) e selecionaram-se 10 participantes entre 20 e 39 anos, que publicam relatos e imagens de sua experiência pessoal com a doença. Analisaram-se as autodescrições biográficas, três imagens publicadas e suas narrativas associadas. Esse material recebeu análise de conteúdo temática (imagens) e análise narrativo-discursiva (textos), de modo a assinalar o uso de certos repertórios e seus aspectos ideológicos e de posicionamento. Entre os resultados, destacam-se os efeitos do imperativo da felicidade contemporâneo no conjunto de imagens veiculadas e as tensões do empoderamento das mulheres nesses espaços virtuais. Embora as redes sociais como Instagram ampliem a visibilidade, a troca de informações e o apoio mútuo entre as usuárias, há evidências significativas de submissão às convenções de gênero e feminilidade.

Palavras-chave: Gênero; Narrativas de adoecimento; Instagram; Câncer de mama; Imagens.

GORDOFobia FEMININA: O POLICIAMENTO REPRESSIVO E CRUEL DO CORPO DA MULHER

Adriana Cunha

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

drisjdr@hotmail.com

Repensar os padrões estéticos que se impõem sobre o corpo da mulher é fundamental no contexto das lutas feministas. Considerando os vários tipos de violências sofridas neste sentido, observa-se o crescente aumento de grupos da sociedade civil e ativismos no ciberespaço, destinados a denunciar as opressões vivenciadas pelas mulheres. Percebem-se, também, tentativas de desconstrução destes padrões e de valorização das diferenças entre os sujeitos. Como objetivo, pretende-se analisar dois relatos publicados no site “Blogueiras feministas” que tratam do tema: “Gordofobia, grande é o seu preconceito”, de autoria da estudante Thais Ulrichsen Fernandes; e “Gordofobia: um assunto sério” , de autoria de Jarid Arraes, colunista na Revista Fórum. Os relatos tratam de questões comuns ao universo das mulheres gordas, tais como a vigilância alheia que incide sobre seu peso e sobre o que comem; como o fato de serem gordas em uma sociedade que prega a hegemonia da magreza, afeta com violência suas autoestimas; como o fato de não se encaixarem no padrão estético vigente, coloca-se como um empecilho para uma vida afetiva e sexual saudável, dentre outras questões. As duas colunistas também se dedicam a desconstruir discursivamente, percepções sociais equivocadas e comprometidas com a “lógica da magreza”. A metodologia de análise destes relatos, estará ancorada em teóricos(as) que tratam, sobretudo, do discurso (Faiclough, 2001; Foucault, 2013) e da escrita de si (Foucault, 1992; Rago, 2013). A construção discursiva dos relatos femininos sobre gordofobia

situa-se, sobretudo, em dois eixos: a denúncia de diversos aspectos da vigilância e da pressão social sobre seus corpos e, por outro lado, uma tentativa explícita de desconstrução do discurso vigente sobre as pessoas gordas. O que a “escrita de si” destas mulheres busca é o mesmo defendido pela teórica indiana Gayatri Spivak (2010), que se promova a “escuta qualificada”, que visa ao combate da subalternidade.

Palavras-chave: Gordofobia; Discurso; Escrita de si; Feminismo.

GRUPO DE APOIO À MATERNIDADE ATIVA - FEMINISMO E O PROTAGONISMO NO PARTO

Ana Luiza Nunes Abreu

Ishtar - Grupo de Apoio à Maternidade Ativa - Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG)

al.nunesabreu@gmail.com

A partir da segunda metade do século XX, em função da transformação do parto em um evento hospitalar e também pela assistência obstétrica hegemonicamente realizada por médicos, temos no Brasil praticamente apenas duas opções a oferecer às mulheres grávidas e seus bebês: um parto vaginal cheio de intervenções desnecessárias e violentas ou a cesariana, cirurgia que desde 2009 predomina como forma de nascimento no nosso país. Essas duas opções tiram das mulheres o protagonismo, a singularidade, a autonomia e a possibilidade de vivenciarem esse momento como evento de sua sexualidade e até como algo prazeroso (Castro, 2014). A violência obstétrica é frequente e muitas vezes invisibilizada, principalmente quando sofrida por mulheres negras e pobres. Na contramão dessa realidade obstétrica, surgiram os grupos de apoio à maternidade ativa e pelo respeito ao tempo de gestar e nascer, dentro do movimento de humanização do parto e do nascimento iniciado no final da década de 1980. Em 2011, surgiu em Belo Horizonte o Ishtar – grupo de apoio à gestante e ao parto ativo. Proporcionamos com base nas evidências científicas, encontros gratuitos com a finalidade de educação perinatal, fortalecimento de vínculos e ativismo pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. O grupo realiza um resgate da autonomia das mulheres, o contato com informações atualizadas a respeito dos procedimentos obstétricos e neonatais e, assim, a consciência pelas escolhas sobre o próprio corpo e seus bebês. Grávidas, puérperas,

ativistas, profissionais da área, pais e interessados pelo tema frequentam o Ishtar e compartilham experiências, repartem ansiedades, alegrias e reconhecem seus direitos. A causa da humanização do parto e nascimento é ainda pouco reconhecida pelo feminismo, discussão importante para a diversidade do movimento social e da ampliação do acesso das classes sociais mais vulneráveis aos grupos de apoio.

Palavras-chave: Parto humanizado; Feminismo; Grupo de apoio; Violência obstétrica.

O CORPO DA NÃO MATERNAGEM: QUANDO OS FILHOS ADOTIVOS SÃO DEVOLVIDOS

Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini
Universidade Paranaense (Unipar)
barbrunini@unipar.br

As forças sociais que ainda se articulam na contemporaneidade produzem práticas discursivas das quais se constrói a politização da maternidade. Atuando junto a Vara da Infância e da Adolescência da comarca de Icaraíma/ Paraná e participante do grupo de adoção na comarca de Umuarama/Paraná, vivenciamos as conversações que atravessam os espaços jurídicos e se inserem nestes grupos. Intervimos dialogicamente e afetadas por coletivos de desejos da constituição de um corpo de maternagem. E quando est@ filh@ chega, contempla a instituição família, porém não desperta a maternagem sendo decidido o desfazer desta nova conjuntura social? Re-significar as relações familiares e re-inscrever novas configurações de afeto e potência poderão ser atitudes ainda mais exigentes quando falamos de mulheres que se submetem ao processo de adoção e depois não se veem em ação de maternagem optando pela devolução da criança adotada. Quando propomos reflexões sobre a urgência da desconstrução de tais conceitos, tentamos localizar os marcadores sociais que produzem efeitos estigmatizantes, misóginos e sexistas sobre os corpos de mulheres nestes processos, o corpo que “não soube ser mãe”. Para estudar sobre as vertentes teóricas que norteiam a prática do psicólogo revelando-se a favor dos processos de subjetivação nos corpos de mulheres que realizam a devolução de filhos adotados, nos utilizamos da perspectiva foucaultiana como também dos estudos feministas que acolhem Foucault quando das suas reflexões sobre relações de poder e cuidados de si, elencando

algumas categorias de análise propícias às intervenções nestas vivências. Desejamos refletir continuamente sobre a complexa dinâmica que olha, pensa e sente o sujeito enquanto sujeito em construção valorizando as descontinuidades a fim de contribuir para reflexões sobre a atuação e intervenção nestes grupos de adoção, dialogando sobre os impasses e possibilidades violentados pelo imaginário social construído histórica e culturalmente.

Palavras-chave: Processo de adoção; Territórios judicializados; Devolução de filhos adotivos; Maternagem.

O GÊNERO FEMININO SOB A PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA DE SIMONE DE BEAUVOIR

Maira Guimarães

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

maira-guimaraes@ufmg.br

No presente trabalho, buscamos analisar a concepção de feminino e feminilidade cunhada por Simone de Beauvoir (1908-1986) em seu ensaio filosófico *O Segundo Sexo* (1949). Na referida obra, Beauvoir nos expõe o pensamento existencialista voltado para uma abordagem social relativa ao gênero feminino. É através de uma mescla de autores, filosofias, áreas e conhecimentos que a filósofa francesa constrói uma nova concepção do que se entende por mulher na sociedade contemporânea do século XX. Dessa maneira, temos como principal objetivo elaborar um diálogo, por meio de uma análise empírica e contrastiva dos dados, entre o que Beauvoir entende por feminino e feminilidade e a teoria existencialista no que se refere à importância do social na construção do gênero. Para o presente estudo, utilizaremos como perspectiva teórica a filosofia existencialista cunhada por Simone de Beauvoir na obra *O existencialismo e a sabedoria das noções* (1948) e na obra de Jean-Paul Sartre intitulada *O Existencialismo é um humanismo* (1960). Ao convocar as mulheres a questionarem a condição feminina na sociedade da época, Beauvoir revela ao seu público-alvo que a intenção de sua obra filosófica não é criar verdades que sejam eternas e incontestáveis, e sim descrever o percurso da existência feminina dentro de valores e comportamentos culturais que supervalorizam o homem, cabendo, portanto, à mulher, o lugar do outro, ou melhor, do secundário, do segundo sexo. Em relação à ideia social do gênero, as instituições sociais, como família, escola e igreja são classificadas como elementos de

grande importância no que se refere à construção do que se entende por feminino. Desse modo, de acordo com Beauvoir (1949), para mudar a configuração estabelecida, socialmente, pelo o que se entende por ser mulher na sociedade ocidental, é necessário que a figura feminina saia da posição de simples contemplação da vida para que ela possa agir de maneira mais responsável e autônoma em busca de sua liberdade.

Palavras-chave: Simone de Beauvoir; Feminismo; Filosofia; Existencialismo; O Segundo Sexo.

O LÓCUS ENUNCIATIVO DO SUJEITO SUBALTERNO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE GLORIA ANZALDÚA E BELL HOOKS

Tayane Rogeria Lino
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
tayanelino@gmail.com

Cláudia Mayorga
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
mayorga.claudia@gmail.com

O presente trabalho busca investigar a fala/silêncio de mulheres de cor na produção científica, tendo como objetivo estabelecer uma discussão em torno do complexo debate acerca do lócus enunciativo do sujeito subalterno na vida social contemporânea, principalmente, no campo científico. Escolheu-se falar com maior ênfase de mulheres negras, mestiças, lésbicas, latino-americanas e de origem popular por serem, na modernidade, rapidamente e repetidamente, nomeadas como subalternas. Quando essas mulheres supracitadas se tornam acadêmicas, professoras universitárias e pesquisadoras, elas continuam sendo reconhecidas como subalternas? O que as tornam ou não subalternas? Quem é subalterno? Quem nomeia quem de subalterno? Qual a relação entre subalternidade e produção científica? No caminho para algumas respostas e no desenvolvimento de novas perguntas, foram analisados os textos “Intelectuais Negras” de bell hooks e “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo” de Gloria Anzaldúa. Foram tomadas como foco deste trabalho as contribuições de Gayatri Spivak (2010) no texto “Pode o subalterno falar?”, onde a autora afirma que os subalternos são aqueles que não participam, ou participam de modo muito limitado, sendo sujeitos mudos pelo

imperialismo cultural e pela violência epistemológica. Tendo como aporte teórico as teorias feministas, questionou-se sobre estes novos sujeitos da produção científica. Esse campo teórico apresentou-se como uma importante contribuição tanto para o campo científico quanto para este trabalho, pois traz o “outro” para a cena, o não falante, o silenciado, o que sempre ocupou o lugar de sujeito na ciência e, poucas vezes, o de sujeito da ciência. As análises apontaram que as teóricas estudadas buscam novas estratégias epistemológicas, estabelecem um diálogo crítico com distintas correntes do pensamento, a fim de explicitar as redes de poder que invisibilizam a aparente objetividade do conhecimento científico. Dessa forma, este outro desenho demonstra que os subalternos só conseguem fazer suas falas ecoarem quando falam a partir da língua do outro. As mulheres, que até agora haviam sido produzidas como objetos do saber, reclamam a produção de um saber local, um saber sobre si mesmas, um saber que questione o saber hegemônico. Assim, elas transitam entre o silêncio e a fala, entre a ausência de uma produção audível e a denúncia de uma história invisível numa ciência imperialista.

Palavras-chave: Estudos subalternos; Femininos; Silenciamento.

O QUE É SER MULHER? CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FEMININO POR JUDITH BUTLER, MONIQUE WITTIG E SIMONE DE BEAUVOIR

Brígia da Silva Amaro
Universidade Federal do Ceará (UFC)
brigia@gmail.com

Três trajetórias de vida que se conectam na crítica ao modo como a sociedade concebe o feminino. Judith Butler, Monique Wittig e Simone de Beauvoir falaram acerca da experiência de ser mulher. E não o fizeram apenas com seus respectivos protagonismos. Levaram suas vozes à academia. Revolucionaram seus campos de investigação. Construíram teorias para questionar, por exemplo, a origem das instituições sociais tão naturalizadas, o papel social do gênero e a existência de uma heteronormatividade compulsória. Nessa perspectiva, o propósito deste trabalho é promover uma discussão em torno do que interliga o pensamento dessas autoras no tocante ao feminino. Butler afirma que ao sermos mulheres, isso não é tudo que somos: Ela questiona se haveria algo de específico da cultura das mulheres para além da relação de subordinação aos homens na qual fomos criadas. Para Beauvoir, como para Wittig, constrói-se, na sociedade, uma ostensiva correlação entre a mulher e a sexualidade dos corpos. Falam das condições desiguais entre homens e mulheres e esperam a superação desta lógica binária. Butler acredita na aniquilação da categoria do sexo que numa lógica heteronormativa acaba tomando o lugar da pessoa, reduzindo e condicionando nossas possibilidades. Por tratarmos de um devir, ou seja, na acepção filosófica, de um constante transformar-se, este texto não encerra as potencialidades de compreensão do feminino, mas abre-se a reflexões, sobretudo, quando as autoras se projetam no desejo de viver em uma

sociedade de mulheres mais autônomas. Wittig acaba por reivindicar a destruição do sexo para que as mulheres possam viver a liberdade de que falamos: um ser no mundo para além dos aspectos biológicos, repleto de potência.

Palavras-chave: Feminismo; Contribuições; Butler; Wittig; Beauvoir.

PARA ALÉM DE UM RITO FÚNEBRE: UMA ANÁLISE SOBRE OS VELÓRIOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCANO

Iris Sunsyaray Mendes Feliciano
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
iris_sunsyaray@hotmail.com

Thaís Cecília Brito
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
cthaisbrito@gmail.com

Rosineide Cordeiro
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
rocordeirope@gmail.com

Luciana Kind
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
lukind@gmail.com

Esta pesquisa foi desenvolvida do âmbito do projeto intitulado: Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida. Aqui, pretendemos abordar a fala e o olhar das mulheres sobre os velórios nas comunidades rurais. Indaga-se: como as mulheres que lutam por uma vida melhor, nas relações do próprio movimento que fazem parte, participam da organização dos velórios em que são testemunhas? As militantes narram as suas experiências com a morte e assim, nos trazem elementos para compreender o modo de organização e a vida no campo. Trabalharemos com a ideia de que os velórios transpassam os costumes e refletem um modo de ser e de viver de uma sociedade em específico que

é a camponesa. Temos como propósito maior refletir sobre as atribuições das mulheres na organização dos velórios e para isso, foram analisadas 12 entrevistas narrativas realizadas com as trabalhadoras rurais que militam no Sertão Central de Pernambuco. A morte é compreendida a partir de um viés religioso e os velórios são momentos de festa e celebração. É esperado neste momento “a casa cheia”, o que corresponde à legitimação, a importância do morto ante a comunidade. As mulheres ficam incumbidas com a organização da casa, com a alimentação, o preparo das rezas e cânticos fúnebres e em muitas ocasiões com o preparo do corpo do defunto.

Palavras-chave: Velórios; Mulheres; Rural.

PROTAGONISMO POLÍTICO EM TRAJETÓRIAS DE MULHERES TRABALHADORAS NO SINDICALISMO RURAL: NOVOS FEMINISMOS?

Sara Deolinda Cardoso Pimenta
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
sara_pimenta@hotmail.com

Propõe-se relatar alguns elementos que emergem na trajetória profissional e militante junto a mulheres trabalhadoras rurais, identificando desafios que instigam um trabalho de pesquisa. Será focalizado o trabalho na construção e realização das marchas das margaridas, entre 2000 e 2014. As marchas das margaridas, as maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras rurais, em sua plataforma política assumem o caráter feminista no combate à violência sexista, a mercantilização do corpo e da vida, a privatização dos recursos naturais, à crescente desterritorialização e pobreza promovida pela ação do latifúndio, do agronegócio e transnacionais. Com uma forte dimensão subjetiva e simbólica se fazem reconhecer em seu caráter político de denúncia, diálogo, proposição e negociação. Em que perspectiva se poderia referir a essa ação como emergência e expressão de novo/s feminismo/s? Dentre os elementos identificados: a crescente auto declaração e de seu projeto político como feministas; a articulação e diálogo com movimentos feministas e a formação política feminista; a construção de estratégias para atuarem num “movimento misto”; o reconhecimento da diversidade na categoria mulheres trabalhadoras rurais e a busca por entender as diferentes formas de opressão, sua raiz comum e os desafios para construir a unidade; a experiência individual e coletiva com tensionamentos permanentes e rupturas com tradições que se referem às relações entre privado e público, trabalho produtivo e reprodutivo; a necessidade dialogar com as

dimensões de classe, raça/etnia, geração e território e buscar formas de tradução desses elementos a partir da experiência das mulheres trabalhadoras rurais e dar visibilidade ao feminismo que constroem, reconstroem, ressignificam. A “conclusão” diz respeito à importância de se dedicar a esse trabalho de tradução, que deve articular “narrativas, gênero e política” e buscar na produção feminista o suporte e as pontes necessárias e adequadas.

Palavras-chave: Trabalhadoras Rurais; Marcha das Margaridas; Sindicalismo Rural; Femininos.

PSICOLOGIAS E FEMINISMOS: INVESTIGANDO NOÇÕES, SENTIDOS E TEMPORALIDADES

*Ana Terra Sudário Gonzaga
Universidade Federal de Goiás (UFG)
anaterra.gonzaga123@gmail.com*

*Lenise Santana Borges
Grupo Transas do Corpo; Pontifícia Universidade Católica de
Goiás (PUC Goiás)*

Neste artigo discuto os resultados de uma investigação sobre a relação entre as psicologias e os feminismos a partir de um levantamento bibliográfico realizado nos portais da CAPES e SciELO, com periódicos das áreas de psicologia e feminismo, no período de 2002 a 2014. A pesquisa se orienta pelo referencial da psicologia social na vertente Socioconstrucionista, bem como, pelos estudos feministas e de gênero. Os resultados indicam que houve um deslocamento na forma como os estudos de gênero/feminismos têm sido incorporados na psicologia: de um lugar muito utilizado para reafirmar diferenças binárias e estáveis, atualmente nota-se uma profusão de estudos que desestabilizam o conhecimento hegemônico, sublinham uma posição política e explicitam as multiplicidades. As aproximações e tensões entre algumas vertentes da psicologia social com os estudos feministas e de gênero, evidenciam a potência dessas articulações na visibilidade da temática.

Palavras-chave: Construcionismo Social; Estudos Feministas; Psicologias Sociais; Pós-modernismo.

QUEM PODE FALAR E O QUE SE PODE DIZER? VOZES LEGITIMADAS EM UMA PÁGINA FEMINISTA DO FACEBOOK

Barbara Frare Greggianin
Universitat Autònoma de Barcelona
barbara_gregg@hotmail.com

A internet e o Facebook estão ajudando na disseminação e valorização de discursos sobre o feminismo, antes silenciados pelos meios tradicionais de comunicação, além de propiciar a mobilização e o envolvimento de diversas mulheres nas lutas feministas (Rodrigues & Luvizotto, 2014). Considerando a importância do estudo e da relação entre feminismo e redes sociais, o presente trabalho, incentivado pelo questionamento sobre como uma voz, ou um discurso, se tornam legítimos para falar sobre feminismo, busca investigar as estratégias de legitimação utilizadas em uma página feminista no Facebook. Ao investigar em uma rede social virtual, as noções de campo e espaço devem ser reformuladas, centrando-se na ideia de conectividade, ou campo de relações, percebendo o espaço como uma instância de fluxos, extremamente fluida, que se organiza por meio de pontos de conexão (Hine, 2000). Buscando acessar estas conexões, foi realizada uma Etnografia Virtual, metodologia que permitiu, além da exploração das discussões sobre quais sujeitos eram legítimos para falar e quais conteúdos eram legitimados por essas vozes, o seguimento de novas conexões geradas e que significavam estes debates. Foram encontrados nove grupos de estratégias – dados ou conhecimentos científicos, status ou privilégio, indignação seletiva, hierarquização, menosprezo, apelo à figura da vítima ou à ideia de vitimização, opinião pessoal, experiência pessoal e ironia – que atuavam tanto como legitimação, ou autolegitimação, quanto deslegitimação de

uma posição ou argumento. A partir da definição das estratégias foi possível identificar os conteúdos e as vozes legitimadas pelo grupo analisado. Desta forma, identificou-se a importância da reflexividade de um sujeito sobre sua experiência (seja de opressão ou privilégio) para ser reconhecido como legítimo, além do respeito e valorização das distintas experiências de opressão sofridas pelas participantes. Igualmente, se percebia o posicionamento pela defesa da autonomia das mulheres e crítica de ideias criminalizadoras que as culpabilizam por suas próprias violências, ou que reforçam a discriminação de algumas mulheres dentro da própria luta feminista, desconsiderando a existência de distintas formas de opressão, defendendo o ideal de um feminismo de gênero, raça e classe. Investigar as formas de legitimação em uma página do Facebook permitiu uma aproximação e uma maior compreensão do feminismo que está sendo construído e divulgado nestes espaços virtuais.

Palavras-chave: Legitimidade. Reconhecimento. Redes Sociais. Feminismo.

MOBILIZAÇÕES DO CORPO NOS FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS: DA ESTÉTICA DO REAL À CARNE DA MULTIDÃO

Ana Beatriz Rangel

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

beatrizpess.ana@gmail.com

O trabalho busca compreender algumas mobilizações das noções de corpo feminino nos discursos feministas contemporâneos, especialmente a noção de corpo real e transgressão da normatividade estética do feminino presente tanto nos movimentos de resistência, quanto nas apropriações mercadológicas das reivindicações de liberação feminista. A metodologia de análise inclui a comparação das narrativas feministas dos meios de comunicação alternativos, como é o caso da revista *AzMina*, e na imprensa tradicional, particularmente a revista *Elle*, além de campanhas publicitárias. Foram examinados em ambos os discursos a mobilização da noção de corpo real em oposição a corpo artificial enquanto dimensão limitada pela técnica e pela normatividade cultural. A fim de localizar historicamente o discurso do corpo no feminismo, será feita uma breve recuperação da segunda onda feminista, para compreender as continuidades e descontinuidades do “pessoal é político” hoje, deslocado para essas manifestações de descontentamento com a normatividade das representações femininas. Como fundamentação teórica, dialogaremos com Beatriz Preciado para ressaltar as tensões e potências entre os conceitos de real e corpo, os pares natureza/cultura, técnica/artificialidade, bem como suas relações com a atual configuração da lutas em rede e o conflito corpo político versus carne da multidão, proposto por Negri e Hardt. Entre as conclusões, constata-se que apesar da importância das práticas de autonomia ligadas

ao corpo individual no feminismo, agenciando e resistindo com as artificialidades que produzem e desconstroem o gênero, elas podem repetir o sistema de contradição do par identidade/diferença das lutas da modernidade, sendo um dos desafios emergentes do feminismo dissolver essa hierarquia da diferença sexual —produtora de hierarquias subsequentes do humano/não humano, cultura/natureza — como vem se dissolvendo as hierarquias das insurgências políticas no sistema de cooperação e mobilização em rede.

Palavra-chave: Gênero; Estética; Política; Redes; Feminismos.

UM TETO TODO NOSSO? NAS REDES E TRAMAS DA PRODUÇÃO DISCURSIVA DO BLOG BLOGUEIRAS

*Alice Canuto
Grupo Transas do Corpo
aliceaakanuto@gmail.com*

*Cláudia Mayorga
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
mayorga.claudia@gmail.com*

Proponho nesta apresentação discutir minha dissertação de mestrado que se endereça a análise da produção de um “sujeito” do feminismo na contemporaneidade. Tomando como contexto de análise, o blog Blogueiras Feministas, exploro os sentidos produzidos sobre “mulheres” como sujeitos do feminismo. A proposta teórica metodológica se ancora nas leituras feministas e na perspectiva da psicologia sócio-construcionista. O corpus da pesquisa é composto por posts e comments do Blogueiras Feministas. O foco da pesquisa dirige-se à análise das vozes e dos repertórios interpretativos. Três grandes narrativas despontam no material analisado: da participação das mulheres negras, das trans e das empregadas domésticas no feminismo. A partir das narrativas analisadas algumas perguntas orientam o estudo: como diferentes vozes, argumentos e posicionamentos têm articulado ao longo do tempo uma rede de sentidos sobre “mulheres” do feminismo? Como essa articulação tem construído “sujeitos” “mais” ou “menos” feministas? Os resultados indicam que diferentes perspectivas feministas disputam a noção de um “sujeito” do feminismo, refletidos em tensões e controvérsias sobre quem seria o tal “sujeito”. Interessada em como esses novos espaços feministas têm argumentado seus projetos políticos, percebo que há diversos

dilemas anunciados na primeira e segunda onda do feminismo que se tornam centrais nas possibilidades de representatividade e ação política dentro do feminismo. As disputas acerca da legitimidade de um suposto “sujeito” do feminismo apresentam-se ainda de forma discrepante nas possibilidades de enunciação e nos regimes de visibilidade entre essas mulheres. Enquanto o debate trans e o debate racial sinalizam mais solidariedade, o debate das empregadas domésticas não parece suscitar a mesma aliança ou mobilização afetiva/política.

Palavras-chave: Feministas; Psicologia social; Construcionismo social; Mídias blogs.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO

A ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO UM MEIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-ACADÊMICO

Shirlei Luana Chaves e Sousa Pereira

Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (Funcesi)

shirleiliuana@yahoo.com.br

O relato que se segue é de uma experiência profissional baseada em uma atividade de extensão desenvolvida em uma comunidade quilombola situada em Itabira-MG. A atividade foi organizada por 7 professores e 24 acadêmicos dos mais variados cursos da FUNCESI (Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira), entre eles Engenharia Ambiental, Administração, Fisioterapia e Direito em parceria com a prefeitura de Itabira. A extensão foi executada no mês de maio de 2015, mês em que se comemora a abolição da escravatura. O objetivo foi conhecer a comunidade quilombola, compreender quais eram as necessidades, no que tange, os direitos da comunidade, saneamento básico, degradação ambiental, saúde familiar e o desenvolvimento escolar e cultural, para que, a partir dos dados coletados, fosse desenvolvido um projeto de ação e intervenção no local. Objetivou-se ainda fazer com que os alunos colocassem em prática a teoria, apreendida, em sala de aula, e se humanizassem, enquanto acadêmicos e futuros profissionais, pois só se valoriza o outro, quando, efetivamente, você o conhece. Portanto, ir à comunidade implicou em vivenciar um pouco da cultura negra e conhecer a realidade e anseios daquela local. O papel dos alunos foi de extrema importância, pois eles foram os protagonistas das atividades desenvolvidas. O nosso primeiro processo, de ação e intervenção imediata, foi trabalhar com as oficinas: “Baú de Histórias” (para estimular o interesse da comunidade pela leitura e conhecermos um pouco da cultura local); oficina de “Recuperação de áreas degradadas”

(para identificar, em conjunto com os moradores, as causas da degradação e poluição ambiental do solo e da água para propor alternativas de recuperação de áreas degradadas) e a oficina “O maravilhoso mundo microscópico”, (que teve como objetivo mostrar, por meio de lâminas, parasitas relacionados à doenças decorrentes de veiculações hídricas e quais são as causas e consequências da existência destes parasitas). Os acadêmicos, a partir desta experiência, puderam verificar, vivenciar e participar da realidade de outrem de forma a contribuir e partilhar os seus conhecimentos. O exercício da cidadania foi um meio mais humanitário e importante para o nosso projeto, pois houve uma reciprocidade, um envolvimento entre a comunidade e todos os envolvidos na atividade de extensão. Por fim, constatamos que a forma de desenvolver uma pesquisa acadêmica não se restringe à revisão bibliográfica, mas a estudos de campo, por exemplo. Estudos, pesquisas, atividades de extensão que possibilitem o entrelaçar entre o saber e o saber fazer acadêmico, movimento necessário no meio acadêmico.

Palavras-chave: Atividade de extensão; Ensino; Comunidade Quilombola.

AFETAÇÕES E EMPODERAMENTO: DIÁLOGOS COM MULHERES EM AMBIENTES JUDICIAIS

Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini
Universidade Paranaense (Unipar)
barbrunini@unipar.br

José Augusto Gerônimo Ferreira
Universidade Paranaense (Unipar)
jose_augusto_2014@hotmail.com

As afetações aqui relatadas são referentes as vivencias com um grupo de mulheres em situação de violência doméstica atendidas pelo Sistema Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ), Fórum da Comarca de Umuarama, Paraná. Um estudo analítico qualitativo sobre processos de subjetivação observados durante encontros realizados neste estabelecimento judicializado. Os caminhos para a desconstrução da naturalização dos papéis da mulher na contemporaneidade ganharam visibilidade social a partir do movimento feminista que em 1960 e 1970 trazem “para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado” (Costa, 2013, p.2). No Brasil, a luta contra a violência doméstica é conquistada através da lei 11.340 sancionada em 2006 quando o poder público se propõe a desenvolver políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres. Refletindo sobre as possibilidades de intervenção com e para as mulheres em situação de violência doméstica o desejo era que nossas intervenções transcendessem as informações potencializando a efetividade de encontros e demandas d@s usuári@s, um espaço de criação coletiva, agenciamento de mecanismos e estratégias de enfrentamento à violência. Segundo Guattari e Rolnik (1996) tal empoderamento é fruto

da reflexão crítica sobre a realidade, na qual os sujeitos não mais se assujeitam a viver as dominações até então impostas e criam efetivos meios de fuga, almejando novas possibilidades de singularizar-se e reinventar-se. Arendt (1998) ressalta que enquanto os seres humanos “puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estão sempre fazendo” (Arendt, 1998, p. 44). Atravessados por estes encontros podemos acreditar que os mesmos foram transbordados de potência provocando empoderamento e criação de mecanismos e estratégias de amenização e/ou erradicação de tais situações.

Palavras-chave: Violência doméstica; Estabelecimentos judiciais; Lei Maria da Penha; Prática psi; Diálogos.

CÂNCER DE MAMA: DESAFIOS E DESCOBERTAS DA PESQUISA DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO EM PSICOONCOLOGIA SOB A ÓTICA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Marina da Silva Assis

Bolsista FIP; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

marinaassis22@hotmail.com

Maristela Júlia Fernandes

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

maristela.fernandes.psi@gmail.com

O câncer de mama é doença crônica que possui tratamentos delicados como a quimioterapia, radioterapia e mastectomia. Devido ao alto índice de mortalidade e a estigmatização, o câncer pode ser um fator ansiogênico e debilitante emocional para a paciente oncológica, potencializando sua dificuldade de enfrentamento. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é uma psicoterapia que visa ensinar a paciente a identificar suas crenças disfuncionais e distorções cognitivas, a auxiliando a avaliar e responder a elas para gerar uma mudança de percepção e comportamento frente às adversidades. Buscou-se por meio do Acompanhamento Terapêutico (AT) domiciliar guiado pela TCC, a investigação das emoções, cognições e comportamentos de pacientes com câncer de mama, a fim de auxiliá-las na ampliação de seus repertórios comportamentais e no desenvolvimento de habilidades de enfrentamento. Conduzimos o AT com cinco pacientes, com idade entre 37 e 52 anos e detecção recente de câncer de mama, identificado como curável, vinculadas as instituições Organização Regional de Combate ao Câncer e/ou ao CETUS Oncologia, residentes no município de Betim, MG. Quatro acompanhadas eram casadas

e uma solteira; suas ocupações variam entre as categorias: Do lar; Autônoma; Cabeleireira; Comerciante e Analista de Sistemas. A escolaridade variou entre o Ensino Fundamental Incompleto e a Pós-graduação. O AT ocorreu semanalmente, com sessões com duração de cerca de 50 min, durante 9 meses. Utilizamos a aplicação das escalas de Beck para Depressão (BDI) e Ansiedade (BAI) e gravação das sessões com transcrição para análise posterior. Os resultados ainda estão sendo tratados, porém podemos apontar para a efetividade do AT junto a uma rede de cuidados multiprofissionais. Identificamos por meio das escalas e análise quanti-qualitativa que os níveis de ansiedade e depressão estavam diretamente relacionados aos momentos vivenciados durante o tratamento como o diagnóstico, quimioterapia e radioterapia. As relações interpessoais vivenciadas também afetaram os comportamentos e cognições das participantes frente as adversidades que o câncer representa. Todas as pacientes tinham que se dividir entre os processos de tratamento e suas atividades dentro e fora do lar, sendo que apenas uma delas trabalhava somente em casa e tinha apoio financeiro do companheiro. Surgiram ao longo dos relatos, queixas ligadas a sobrecarga de afazeres e preocupação com a necessidade de se manter como a provedora do lar, apesar das adversidades da doença. Uma das pacientes se divorciou durante o período do AT, alegando que desde a descoberta da doença nunca foi apoiada pelo marido. Uma outra falou por várias vezes em se divorciar, mas conseguiu superar seus conflitos com o cônjuge, bem como com seus filhos, todos já adultos, redistribuindo tarefas e responsabilidades entre todos, e liberando um pouco do seu tempo para o autocuidado. O estabelecimento de uma relação terapêutica com uma audiência não punitiva pôde contribuir para o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento do câncer de mama e retomada da qualidade de vida, principalmente quando as mulheres foram levadas a

refletir e compreender que não devem ser as únicas a cuidarem da casa e dos outros. Precisam de serem cuidadas e de redefinirem seus papéis, principalmente junto aos seus familiares mais próximos, pois o modelo patriarcal ao qual estão submetidas não favorece o enfrentamento da doença.

Palavras-chave: Câncer de mama; Acompanhamento terapêutico; Terapia cognitivo-comportamental.

CONTRIBUIÇÕES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS DE UM PROJETO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO COM AS NARRATIVAS ECOLOGISTAS DAS MULHERES PANELEIRAS DE GOIABEIRAS VELHA, VITÓRIA, ES

Soler Gonzalez

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
solergonzalez2011@gmail.com

Pauliano Roberto Martins da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
pauliano_m_s@hotmail.com

Este texto apresenta desafios e possibilidades das experiências entre a pesquisa, o ensino e a extensão, envolvendo as narrativas ecologistas das mulheres paneleiras de Goiabeiras Velha, Vitória, ES, patrimônio estadual e imaterial. Problematizamos algumas questões: quais as contribuições políticas, éticas (Freire, 2009), pedagógicas e ecologistas dos que veem das margens (Reigota, 2013) dos manguezais, no ensino, pesquisa e extensão? O objetivo da pesquisa consiste em registrar e problematizar as narrativas ecologistas das mulheres paneleiras que emergem com os saberes geográficos, históricos e culturais, de uma comunidade tradicional, que vive e sobrevive nos manguezais da Baía de Vitória. A apostila metodológica enfatiza as narrativas ecologistas que permeiam histórias de vida, contadas pelas diferentes gerações das mulheres paneleiras de Goiabeiras, como potencialidade política, histórica e pedagógica no contexto da Educação. A metodologia se aproxima das perspectivas ecologistas (Reigota, 1999 e 2011) em Educação e pesquisa narrativa com os cotidianos (Alves, 2000, 2001 e 2010) escolares. Como produção de dados tivemos registros em diário de campo, registros fotográficos, audiovisuais, e na atitude metodológica

e política, atento aos acontecimentos, pistas, saberes, tensões, conflitos e experiências que perpassam a vida das paneleiras de Goiabeiras. Como resultados temos a participação de graduandos de diversas licenciaturas, aulas de campo, visitas técnicas e acadêmicas, mini-cursos, produção de vídeos, rodas de conversa, parcerias com ONG's e criação de blog. Concluímos até o momento, que foi possível registrar e problematizar as narrativas ecologistas das mulheres paneleiras que emergem com os saberes geográficos, históricos e culturais, como saberes, memórias, afetos e modos de resistência, potencializando experiência de pesquisa, ensino e extensão, que dialogam com diferentes políticas cognitivas e de narratividade.

EXPERIMENTANDO A METODOLOGIA FEMINISTA EM UM CONTEXTO ACADÊMICO: CONHECIMENTOS E PRÁTICAS QUE (NOS) TRANSFORMAM?

*Alice Canuto
Grupo Transas do Corpo
aliceaakanuto@gmail.com*

*Lenise Santana Borges
Grupo Transas do Corpo; Pontifícia Universidade Católica de
Goiás (PUC Goiás)
esinel@uol.com.br*

Propomos nesta apresentação narrar sobre uma experiência metodológica construída a partir de princípios norteadores da práxis e epistemologia feministas em um projeto de pesquisa e de extensão interinstitucional: “Transmissão intergeracional no feminismo brasileiro”, coordenado pelas professoras Eliane Gonçalves (Faculdade de Ciências Sociais, UFG), Joana Plaza Pinto (Faculdade de Letras, UFG), e Lenise Santana Borges (Curso de Psicologia, PUC Goiás). O projeto teve como desdobramento cursos de formação feminista, contando com três edições de um curso semipresencial de 120 horas. Iremos nos deter mais centralmente na análise da primeira edição do curso de extensão “Formação feminista: tramas e redes para mudar o mundo”. O foco principal da proposta incorporava a transmissão de conhecimentos como uma das questões prioritárias a serem abordadas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Desde a primeira edição tivemos uma excelente receptividade. Somadas as três edições, recebemos mais de 1.200 inscrições para trezentas e trinta vagas, indicando que o interesse pelo feminismo prossegue vivo e latente, contrariando a ideia de um assunto datado e “menos importante”. A metodologia inteiramente voltada às

necessidades originadas na experiência do grupo a partir de questões mobilizadoras também foi um ponto alto em termos de impacto social. A experiência vivida e narrada, aqui entendida nos termos de Joan Scott (1998) e Avtar Brah (2006) como algo que se processa como subjetivação, tenta acomodar algumas das questões relevantes para o debate acerca do alcance do feminismo enquanto um método ao mesmo tempo de pesquisa e de intervenção social. Tentamos refletir e responder à questão: o que distingue a experiência com metodologias feministas de outras metodologias de pesquisa e processos educativos de caráter emancipatório?

Palavras-chave: Metodologias feministas; Pesquisa-intervenção feminista; Extensão; Psicologia social.

GÊNERO E ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO: A IMPORTÂNCIA DE UMA DISCUSSÃO SOBRE DESIGUALDADE DE GÊNERO E FORMAS DE VIOLENCIA NAS SUPERVISÕES DE ESTÁGIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA

Júlia Nogueira Dorigo
Centro Universitário UNA
juliadorigo@gmail.com

É sabido que a maioria dos integrantes do curso de psicologia é constituída por mulheres. As mulheres historicamente estão estigmatizadas por serem responsáveis por cuidados e atenção às pessoas e, por isso, cursos como psicologia, serviço social e pedagogia têm alunas como a maioria do seu corpo discente. Nos cursos de psicologia há uma grande carga horária de estágios curriculares a ser cumprida, importantes para formação dos futuros profissionais da área e que é estipulada pelas diretrizes curriculares do MEC. A atuação da psicologia é muito diversa o que reflete na pluralidade dos campos de estágios curriculares e não curriculares. Uma destas atuações é junto aos diversos contextos de trabalho e o mundo do trabalho, infelizmente, ainda naturaliza a desigualdade de gênero e acaba sendo um espaço de reprodução de violências de gênero. Nas práticas dos estágios curriculares esta violência se apresenta desde de instruções para que as alunas não se vistam de forma “provocativa” (segundo os gestores) até na forma como os trabalhadores as abordam durante a estada no campo. Por ser um espaço onde há a naturalização deste discurso opressor, de que as mulheres devem saber se portar para que os homens não sejam obrigados a lhes proferir olhares e gracejos assediadores, por exemplo, é muito importante que as professoras ou professores que orientam a supervisão de estágio estejam atentas a esta dimensão e não permitam que isto se reproduza, garantindo um espaço seguro

para o ensaio da prática profissional. Além disso, é necessário estar atenta aos relatos trazidos nas supervisões pois a mesma naturalização que já acusa as mulheres de alguma conduta inadequada antes que estas sequer se apresentem em espaços de trabalho também autoriza que os homens tomem liberdades inadmissíveis ao se dirigir as alunas durante a prática e estas, por também reproduzirem este discurso machista que coloca a mulher em uma posição submissa, por vezes não apontam o que realmente aconteceu no campo ou tem dificuldades de expor seu desconforto a partir de uma abordagem abusiva que receberam no estágio. Este relato aqui proposto pretende trazer à discussão a importância de um olhar e escuta das supervisoras e supervisores de estágio mais atento a estas formas de violência de gênero sofridas pelas alunas. É necessária uma clara compreensão da forma como estes assédios acontecem para que a supervisora já possa cortá-los desde o acordo com os campos de estágio como, também, é necessário trazer a discussão sobre a desigualdade de gênero para dentro das supervisões, buscando acolher as denúncias e, ao mesmo tempo, empoderar as alunas para que possam romper com estes ciclos naturalizados de violência no mundo do trabalho. A proposta é demonstrar a relevância de um olhar atento as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres também no exercício profissional, desde a formação universitária, pensando nesta como uma forma de romper com a naturalização da desigualdade e da violência de gênero no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho docente; Trabalho discente; Supervisão de estágio; Prática feminista.

GÊNERO E SEXUALIDADE NOS COTIDIANOS DA SOCIOEDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO

Jimena de Garay Hernández

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
jime_degaray@hotmail.com

Gabriela Salomão Alves Pinho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)
gabriela.pinho@ifrj.edu.br

Fernando Altair Pocahy

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
pocahy@uol.com.br

O presente trabalho pretende se debruçar na experiência de uma pesquisa-intervenção sobre gênero e sexualidade no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, que teve como desdobramento um curso de extensão em uma unidade masculina de internação desse sistema, direcionado a funcionárias/os dos diferentes segmentos da unidade. O curso, chamado “Gênero e Sexualidade nos Cotidianos da Socioeducação”, procurou trabalhar com os saberes e interrogações dos diversos sujeitos que circulam nessa instituição, trazendo elementos da pesquisa realizada durante oito meses com grupos de jovens através de diversas técnicas. Igualmente, teve como um dos seus efeitos o planejamento e implementação em grupos de ações a serem desenvolvidas na unidade com os jovens cumprindo medida socioeducativa, com as famílias e com as/os colegas. Este percurso tem se mostrado relevante dentro do nosso objetivo de trazer o debate sobre

gênero e sexualidade à tona em uma instituição onde não apenas eles são importantes no cotidiano, mas que se propõe a ser uma plataforma de transformação desses jovens. Desta forma, a integração destes temas na agenda da socioeducação, com jovens fortemente atravessados pelo racismo, o classismo, o machismo e a homo/lesbo/transfobia, aparece como uma meta extremamente pertinente, e como parte de um compromisso político.

Palavras-chave: Socioeducação; Gênero; Sexualidade; Pesquisa-intervenção; Jovens.

JUNT@S: MULHERES E HOMENS CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Simone Francisca de Oliveira
Centro Universitário UNA
si.fos@hotmail.com

Ana Flávia Teixeira
Centro Universitário Una
naninha-flavinha@hotmail.com

Elys Aline Brandão Silva
Centro Universitário Una
elysalineb@gmail.com

José Aristeu Fradico Junior
Centro Universitário Una
aristeuJunior_16@yahoo.com.br

Fernanda Zorzan Santos
Centro Universitário Una
fernanda_zorzam@hotmail.com

Karen Amaral
Centro Universitário Una
kanamaral@yahoo.com.br

Luisa Aguiar Mota
Centro Universitário Una
luisaaguiar11@hotmail.com

Nicolas Pereira Assumpção
Centro Universitário Una
nico-assumpcao@hotmail.com

Solange Deciola
Centro Universitário Una
solangedeciola@hotmail.com

Wemerson Cardoso Batista
Centro Universitário Una
wemersonc@yahoo.com.br

Willi Gomes Miranda
Centro Universitário Una
willygmiranda7@gmail.com

William Antônio Junqueira Fiorini
Centro Universitário Una
williamantoniojunqueirafiorini@gmail.com

Este trabalho apresenta uma experiência de extensão realizada no Centro Universitário Una BH/MG com alun@s do curso de Psicologia, através de convênio firmado com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) através da Coordenadoria de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV). Atuamos, a partir da perspectiva teórica da Análise do Conteúdo e das contribuições das Teorias Feministas Queer em duas frentes: o atendimento individual e em grupo operativo a homens autores de violência contra mulheres. Temos como objetivo proporcionar espaço de reflexão sobre as relações de gênero e os impactos desta violência na constituição das subjetividades e nas relações sociais. Além disso, preparamos @s alun@s da graduação para a atuação com grupos e para a análise dos processos de subjetivação/identificação dos sujeitos com os discursos de gênero circulantes em nossa sociedade. A interseccionalidade neste trabalho é analisada através da leitura das relações de

gênero através de quatro marcadores sociais da diferença: identidade de gênero, sexualidade, racialidade e classe social. A articulação destes marcadores se corporifica na população atendida e nos discursos apresentados. Como resultados percebemos a potencialização da reflexão e troca de informação sobre as relações de gênero e a elaboração de novas estratégias frente a situações de conflito nas famílias e nas demais relações sociais dos participantes. Recebemos relatos de transformações individuais que, por conseguinte, refletiram na realidade social do participante no tocante ao enfrentamento e prevenção à violência de gênero. Ressalta-se também o resultado na formação acadêmica de 35 alunos de graduação no que se refere a condução terapêutica grupal e individual e na formação na temática de gênero e no enfrentamento à violência de gênero. Realizamos, até junho/2016, 60 sessões em grupos abertos, atendendo, 70 homens em grupo e 20 homens individualmente.

Palavras-chave: Violência de gênero contra a mulher; Masculinidades; Atendimento a homens autores de violência; Atendimento em grupo; Lei Maria da Penha.

**NARRATIVAS DA FORMAÇÃO EM SUPERVISÃO CLÍNICA:
HISTÓRIA DE UM LUGAR DE EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE
ESTÁGIO EXTRACURRICULAR NA ESCOLA, POR
MULHERES.**

Mariana Carla de Freitas

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
maricarla_psico@yahoo.com.br

Luciana Bastos Neiva

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
lucianabastosn@hotmail.com

Marena Petra Ferreira Gonçalves

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
marena_petra@hotmail.com

Priscila Fidelis de Souza Lima

Centro Universitário UNA
prifidelis@yahoo.com.br

Este trabalho propõe uma discussão sobre o papel da supervisão clínica na formação de psicólogas através da história de um campo de estágio na modalidade extracurricular em uma rede de Cursos Preparatórios para Vestibulares de Belo Horizonte, Minas Gerais. A criação do departamento de psicologia no primeiro pré-vestibular da rede em 1998 como um projeto de estágio elaborado pelos próprios estudantes que constituíram a primeira equipe, em maioria mulheres, marca a história deste campo de estágio como lugar de experiência e encontro. A partir de então, diversas histórias narram a construção de equipes e fazeres da prática clínica na área educacional. Em busca de uma formação em psicologia que priorize a participação ativa do estudante e

demarcando o lugar da psicologia, os espaços de supervisão primam pela reflexão da práxis considerando a dispersão teórica das psicologias. Entendendo como Figueiredo (2011) que a formação em psicologia comporta certa angústia, própria do “arquipélago conceitual e tecnológico” que compõe o espaço psicológico, o campo de estágio em questão vêm se constituindo como um espaço de experiência como proposto por Heidegger: um encontro com a alteridade e com a diferença, na transformação, na negação, onde nos permitimos fazer-nos outros. A experiência em uma instituição onde as mulheres, em sua maioria desempenham as funções de assessorar e secretariar os que gerem, diferentemente dos homens, que ocupam os cargos mais especializados, assim como a equipe de psicologia, que por este motivo, enfrenta o desafio do empoderamento feminino. Assim, esse espaço de prática tem sido uma construção em busca da compreensão das subjetividades, uma continua reflexão sobre as questões de gênero e o empoderamento dos sujeitos pré-vestibulandos ou psicólogas, permeada por um fazer ético, composto pelas dimensões histórica, sociológica e filosófica da contemporaneidade em uma reflexão e ação das múltiplas psicologias.

Palavras-chave: Psicologia escolar; Formação da psicóloga; Experiência; Questões de gênero; Institucional.

PERSPECTIVA FEMINISTA E LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA: ENTRE APRENDIZADOS, PESQUISAS E DOCÊNCIA

Flávia Martins dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás);

Universidade Federal de Goiás (UFG)

flaviamartins21@gmail.com

Meu relato centra-se no modo como o encontro com a teoria feminista tem afetado minhas pesquisas, práticas profissionais, posicionamentos e percepções sobre mim e sobre o mundo. Mestra em Comunicação e professora da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, mesmo desenvolvendo pesquisas relacionadas ao corpo e trabalhando com disciplinas que abordam temas como cultura, identidade e comunicação no Terceiro Setor, só tive contanto mais próximo com os estudos e a perspectiva feminista a partir de 2015, quando ingressei no doutorado em Psicologia na PUC-GO. Há algum tempo me incomodava o modo como a mídia expunha e falava sobre os corpos das mulheres, tantas vezes objetificados, vigiados e regulados. Com a proposta de estudar as práticas discursivas sobre os corpos das mulheres na mídia, o doutorado em Psicologia me permitiu, por meio das disciplinas na linha de Psicologia Social, participação no Núcleo de Ensino e Pesquisa Construção de Fatos Sociais e as orientações com a professora Lenise Santana, conhecer a perspectiva feminista e compreender como sua aprendizagem iria muito além da colaboração para o entendimento do meu objeto de estudo. Com a perspectiva feminista comecei a perceber o quanto minhas pesquisas poderiam ser repensadas e como as disciplinas que leciono poderiam também trazer reflexões mais engajadas sobre os marcadores de gênero, sexualidade, raça, idade, classe social e suas implicações em uma leitura crítica da mídia e consequentemente no fazer

profissional dos/as futuros/as comunicadores/as. Por meio dos questionamentos, exemplos contextualizados e atividades realizadas junto aos alunos/as, pude perceber o quanto a abordagem feminista os/as instigava e despertava reflexões sobre suas experiências. Na prática percebo que a perspectiva feminista tem promovido uma maior conscientização da responsabilidade social da mídia enquanto uma instância produção e circulação de poder simbólico entre as/os alunas/alunos.

Palavras-chave: Feminismo; Mulheres; Corpo; Docência; Leitura crítica da mídia.

UMA FLOR NASCEU NO CAMPO: EXTENSÃO POPULAR, UMA PRÁTICA POSSÍVEL

Ana Raquel Martins de Holanda
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
raquelmartinsh@gmail.com

Betânia Maria Oliveira de Amorim
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
betania_maria@yahoo.com.br

Maristela de Melo Moraes
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
maristelammoraes@gmail.com

A formação em Psicologia no Brasil teve, durante muito tempo, seus interesses voltados às demandas advindas das elites sociais, de modo que, vários aspectos da realidade social do país foram negligenciados. Contudo, a gradativa inserção de profissionais da psicologia em diferentes contextos sociais fez surgir práticas não elitistas e atuação comprometida ética e politicamente com a transformação social. É partindo do princípio de que mudanças paradigmáticas no modo de se perceber o sujeito devem acontecer que buscamos refletir sobre a importância da Extensão Popular na Universidade, sendo esta uma via de atuação que põe em questão as práticas hegemônicas que são observadas na graduação. Ao assumir o caráter popular, a extensão amplia sua dimensão social e passa a considerar também o componente político como essencial e norteador de suas ações. Deste modo, é entendido que a atividade extensionista na formação deve ser facilitadora de processos que geram autonomia e empoderamento nas comunidades. No presente trabalho buscamos refletir como a prática da Extensão Universitária contribui para a formação

acadêmica, visto que, ao mesmo tempo em que contempla a cultura e o saber popular, promove uma prática alicerçada no compromisso social transformador que deve ser o elo entre a universidade e o que está fora dela. Nesta perspectiva, nosso trabalho configura-se como um relato de experiência sobre a Extensão Popular, oportunizado pela participação no Projeto de Extensão intitulado Sexualidade, gênero e adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino. A experiência vivenciada permite considerar que, por mais que a escuta “atenta e sensível” seja parte constitutiva de nossa formação acadêmica, bem como um diferencial na atuação profissional, os muros acadêmicos são surdos, o que leva a destacar a necessidade constante de repensarmos a Psicologia e a formação universitária, de modo a reafirmar o compromisso político com a transformação social.

Palavras-chave: Psicologia; Formação; Compromisso político; Extensão popular.

A ESCRITA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA – DIMENSÕES ÉTICAS, ESTÉTICAS E POLÍTICAS

GÊNEROS TEXTUAIS E LETRAMENTO: UMA DIALOGICIDADE ENTRE O SER E O FAZER ACADÊMICO

Luana Chaves e Sousa Pereira

Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (Funcesi)
shirleiluana@yahoo.com.br

Bárbara Rafaela e Sousa Pessanha Guedes Prates
Mestranda bolsista da Unimontes

A presente pesquisa, sob a perspectiva do sociointeracionismo e dos estudos sobre o letramento acadêmico, teve como objetivo investigar e analisar formas de promover, por meio de práticas integradas e transdisciplinares, capacidades de leitura e escrita do domínio acadêmico do futuro bacharel em Direito. Para tanto, propusemos uma pesquisa-ação. Sabe-se que o ensino superior, limita o trabalho acadêmico a modos de escrever “mecanicista”, talvez, excluindo possibilidades criativas de produção textual científica, por isso, vale ressaltar a importância do estudo dos diferentes gêneros textuais em sala de aula, visto que, ele é que permite o desenvolvimento crítico/acadêmico e autoral. Nessa perspectiva, o trabalho em sala de aula com diferentes gêneros, teve como objetivo compreender os níveis de leitura e escrita desenvolvidos pelos alunos, bem como, em que medida eles conseguiam desenvolver uma narrativa científica autoral. Para analisar o movimento discursivo dos alunos, inicialmente, nos embasamos na arquitetura textual proposta por Bronckart (2006). Após a pesquisa, consideramos que, a partir do momento em que se trabalha com diferentes gêneros textuais e quando há uma mudança nos modos de didatização em sala há uma participação mais efetiva e criativa dos alunos nas mais variadas práticas discursivas e produções textuais. Nesse sentido, a metodologia de trabalho com as práticas textuais no

curso de Direito, em que os sujeitos acadêmicos fossem de fato agentes de seus discursos, permitiu ampliar as capacidades linguageiras desses estudantes no que se refere às habilidades de leitura e escrita. É possível dizer que os graduandos saíram da condição de reprodutores de um dizer para se posicionarem como sujeitos agentes do processo discursivo, portanto, é importante reconhecermos que novas formas de pesquisar se fazem necessárias porque, somente assim, conseguiremos perceber que o nosso agir faz toda a diferença em sala de aula.

Palavras-chave: Letramento acadêmico; Gêneros textuais; Autoria; Interacionismo Sociodiscursivo.

PALAVRAS NEGRAS A ILUMINAR CAMINHOS: DO AMOR AOS LIVROS AO AMOR A MIM

Franciane Conceição da Silva

*Bolsista CAPES; Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (PUC Minas).*

*Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB Viçosa
francyebano14@hotmail.com*

O objetivo dessa proposta é discutir sobre a produção literária de escritoras africanas dos países de língua portuguesa e de escritoras afro-brasileiras, tema da minha pesquisa de doutorado, que muito mais do que um trabalho acadêmico e/ou científico, configura-se como um trabalho de militância. No decorrer do texto, relato um pouco da minha trajetória, discorrendo a respeito da importância da literatura, sobretudo, a produzida por mulheres negras, para o meu processo de autoafirmação e de enfrentamento ao racismo. Desse modo, ao eleger esse tema de pesquisa, em um espaço em que predomina a produção de homens brancos, me coloco no papel de uma intelectual orgânica, que assume o compromisso ético e político de divulgar a produção literária de mulheres negras, historicamente silenciadas e invisibilizadas, no intuito de criar condições para que as suas vozes sejam ouvidas muito além dos muros da universidade.

Palavras-chave: Escrita de Mulheres; Literaturas Africanas; Literatura Afro-brasileira; Militância; Empoderamento.

POR VOZES NUNCA ANTES OUVIDAS: DESAFIOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DAS SUBALTERNAS

Tayane Rogeria Lino

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

tayanelino@gmail.com

Cláudia Mayorga

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

mayorga.claudia@gmail.com

O trabalho discorre sobre os desafios metodológicos da investigação da fala/silêncio das mulheres subalternas na produção científica. Sendo fruto das inquietações resultante da investigação de parte da obra de Glória Anzaldúa e bell hooks a partir das teorias feministas e dos estudos subalternos sul-asiáticos. A pesquisa teve como objetivo propor uma discussão em torno do complexo debate acerca o lócus enunciativo do sujeito subalterno na vida social. As tensões apresentadas pelo campo e o referencial teórico-metodológico utilizado, nos conduziu para a organização dos dados coletados em categorias de análise que versaram em torno da condição de subalternidade e proposições epistemológicas. Mas o que isso tem a ver com a construção de metodologias? Se um ‘outro sujeito’ busca emergir enquanto sujeito da ciência, a partir do lugar de sujeito da ciência, passando a nomear invisibilidade e ausências na constituição de uma ‘outra’ epistemologia, não a de se perguntar sobre ‘outros’ métodos: Como investigar/interagir com realidades invisibilizadas? Como enfrentar problemas que não são reconhecidos como problemas? Diante dos desafios trazidos/produzidos com as críticas feministas, seria reducionista pensar metodologias como simples procedimentos técnicos. O desafio é o de dialogar com sujeitos, historicamente, ‘sem voz’/subalternos e

de traçar caminhos metodológicos que nos possibilitem ouvirlas, deixar suas vozes ecoarem. Não há um consenso no que se refere a proposição de um ‘outro’ método, o que há é a partir de quais lentes vamos escolher os métodos, analisar os dados e realizar os procedimentos. O problema a se enfrentar é pensar como permitirei que as intelectuais pesquisadas falem em meu trabalho. Quais procedimentos metodológicos permitiram uma interação teórica onde se fale com e não se fala por.

Palavras-chave: Metodologia feminista; Estudos subalternos; Silenciamento; Enunciação.

O PROCESSO DE NARRAR-SE COMO MOVIMENTO DE QUESTIONAMENTO DO TEMPO PRESENTE

André Luiz Chaves Yang
Universidade de Sorocaba (UNISO)
andrelcyang@hotmail.com

Desde 2013, no primeiro ano da graduação em psicologia da Universidade de Sorocaba, venho produzindo as narrativas de um universitário, que relatam minhas experiências com a graduação, a pesquisa e o emaranhado de questões existenciais, éticas e políticas com as quais minhas atividades e indagações cotidianas tem me colocado em contato, em busca de diálogos e conhecimentos com outros narradores e narradoras que questionam o tempo presente. Pude entender mais sobre as narrativas após a leitura do livro “A aventura de Contar-se” de Margareth Rago. A autora apresenta em seu livro a proposta de “escrita subjetiva” como um indicador de fragmento da realidade. Seguindo trilhas de Nietzsche e Foucault, ela argumenta que acreditar cegamente na objetividade é um erro, que essa ideia é alheia a condição humana. O devir é, dessa forma, transmitido também na escrita. Não se apresenta como uma imagem definitiva do objeto, mas como uma perspectiva apresentada por seu narrador, a única que este poderia transmitir. A “escrita de si” foi para mim “jogar-se no papel”, como um pote de tinta atirado na parede, inevitavelmente, alastrado. Um processo prazeroso de expansão e autoconhecimento. Nesse trabalho irei reunir e apresentar as diversas narrativas produzidas durante os quatro anos de graduação em psicologia, dois anos de extensão como bolsista no projeto RELETRAN e um ano de iniciação científica no projeto “O estado da Arte: a pesquisa narrativa entre 2010 e 2015 no Brasil.

Palavras-chave: Narrativa; Escrita de si; Devir.

REVISÃO DIALÓGICA DA LITERATURA SOBRE PATERNIDADE

Kaanda Barros Ribeiro
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
kaandabarros@hotmail.com

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
xiliribeiro@gmail.com

Esta comunicação objetiva apresentar uma revisão dialógica da literatura - parte de uma pesquisa de mestrado -, considerada como fruto do processo de inserção e participação da revisora dentro de uma comunidade científica, a partir do diálogo com aqueles que a compõe. Buscou identificar os repertórios linguísticos sobre paternidade no ciclo gravídico puerperal que circulam nas publicações científicas, para discutir suas implicações epistemológicas, éticas e políticas. Temos como referencial teórico-metodológico as práticas discursivas e produção de sentidos, fundamentado na perspectiva do construcionismo social, dialogando com uma matriz feminista de gênero. A pesquisa foi realizada nas bases de dados: SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior). Os descritores utilizados foram: Paternidade AND Gravidez; Paternidade AND Parto; Paternidade AND Nascimento; e Paternidade AND Pós Parto. Resultou um total de sessenta artigos, dissertações e teses que foram lidos e classificados segundo eixos temáticos. Termos utilizados para caracterizar a 'nova paternidade', tais como: 'pai nutridor', 'paternidade participativa', 'paternidade cuidadora', referem-se ao pai que está mais presente na gravidez, parto e nascimento e mantêm uma participação

maior nos cuidados com os filhos ainda enquanto bebês. Problematizamos algumas regularidades presentes nas publicações: tomar 'pai' como uma categoria universal com características essenciais, que se convertem em 'funções' e 'tarefas'; utilizar paternidade/ser pai e homem/pai como sinônimos; utilizar o termo "novo pai" como uma maneira de normatizar as vivências paternas, a partir da disseminação de um novo/melhor/correto modelo que se contrapõe ao anterior "pai provedor". É recorrente nos textos a reprodução de um modelo de família nuclear, numa lógica heteronormativa, desconsiderando a diversidade de possibilidades de ser pai.

Palavras-chave: Revisão Dialógica; Paternidade; Pai; Gênero.

ÍNDICE DE AUTORAS E AUTORES

- Adla Betsaida Martins Teixeira, 27, 221*
Adriana Cunha, 248
Adriana Dias Gomide Araújo, 144
Adriana do Carmo Figueiredo, 203
Adriana Rosa Cruz Santos, 176
Adriane Roso, 185
Alberto Mesaque Martins, 19
Alessandra Belmonte, 151
Alessandra Sampaio Chacham, 230
Alex Barcelos Monaiar, 185
Alice Canuto, 269, 281
Aluísio Ferreira de Lima, 93, 181, 195, 201, 226
Ana Amélia Lage Martins, 124
Ana Beatriz Rangel, 267
Ana Carolina Dias Ramos, 176
Ana Carolina dos Santos Cruz, 176
Ana Catarina Benfica Barbosa Silva, 169
Ana Flávia Teixeira, 287
Ana Luiza Nunes Abreu, 250
Ana Paula Lima Moura, 243
Ana Raquel Martins de Holanda, 157, 294
Ana Terra Sudário Gonzaga, 264
- André Luiz Chaves Yang, 302*
André Luiz de Oliveira Costa, 149
Andréa Bandeira, 153
Andréa Moreira Lima, 74, 240
Andreia Teixeira Ramos, 209
Andressa França Amorim, 33, 230
Antônio Carvalho Neto, 23
Aquila Bruno Miranda, 27, 117
Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini, 25, 35, 37, 107, 252, 274
Barbara Frare Giggianin, 265
Bárbara Lopes Caldeira, 155
Bárbara Rafaela e Sousa Pessanha Guedes Prates, 59, 297
Bárbara Tuanni Veloso da Silva, 39
Beatriz Faria Quadros, 172
Betânia Maria de Oliveira Amorim, 157
Betânia Maria Oliveira de Amorim, 294
Brígida da Silva Amaro, 195, 258
Brígida da Silva Amaro Lima, 195

- Bruna Gabriela Monte de Oliveira Ramos*, 83
- Bruna Silvestre Innocenti Giorgi*, 63
- Bruna Zanolo*, 25, 37
- Camila Claudiano Quina Pereira*, 43, 53, 197
- Camila Clementino Balducci*, 43, 53
- Camila de Carvalho Costa*, 117
- Camila Maria Felipe Vega*, 218
- Carla Francieli Fernandes dos Anjos*, 25
- Carla Francieli Fernandes dos Santos*, 37
- Carla Guanaes Lorenzi*, 179
- Carolina Bortoleto Firmino*, 232
- Carolina Dantas Brito*, 87, 91
- Carolina de Carvalho*, 151
- Carolina Mesquita*, 87, 95, 97
- Carolina Mesquita de Oliveira*, 87, 97
- Carolina Mota-Santos*, 23
- Cássia Beatriz Batista*, 89
- Caterina Alessandra Rea*, 244
- Célia Aparecida Araújo Lemos*, 157
- Cláudia Caldeira Soares*, 109
- Claudia Lopes Perpétuo*, 45
- Cláudia Mayorga*, 126, 140, 256, 269, 300
- Claudia Natividade*, 89
- Cláudio Eduardo Resende Alves*, 85, 87, 109
- Cristhian Higor de Paula Costa*, 101
- Cristiane dos Santos de Souza Vitório*, 47
- Cynthia Mara Miranda*, 167
- Daniele Aparecida Costa Caldas*, 77, 99
- Danila Gentil Rodriguez Cal*, 39, 69
- Débora Brenda Carneiro de Souza*, 246
- Débora Cavalcanti dos Santos*, 163, 214
- Deborah Kopke Resende*, 31, 223
- Dulcineia dos Santos Leite*, 142
- Eder Rodrigues Proença*, 213
- Ederglenn Nobre Vieira Júnior*, 179, 205
- Edivaldo Alves Nunes*, 76
- Edna Abreu Barreto*, 70
- Eduarda Lattanzi Menezes*, 161
- Eliane Aparecida Calhiari*, 35, 45, 107
- Eliane Aparecida Guimarães*, 21
- Elys Aline Brandão Silva*, 287
- Emerson Fernando Rasera*, 179, 205
- Emerson Piantino Dias*, 17
- Emilene Souza*, 146
- Erika Cristina Dias Nogueira*, 147
- Ermelinda Ireno*, 95

- Felipe Bruno Martins Fernandes*, 169
- Fernanda Zorzan Santos*, 287
- Fernando Altair Pocahy*, 285
- Filipe Oliveira Dias*, 149
- Flávia Martins dos Santos*, 292
- Franciane Conceição da Silva*, 299
- Francisco José Machado Viana*, 31
- Gabriela Borborema de Filippo*, 207
- Gabriela Gonçalves Damião Martins*, 172
- Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida*, 165
- Gabriela Salomão Alves Pinho*, 285
- Geíse Pinheiro Pinto*, 140
- Giliane Cordeiro Gomes*, 113
- Giselle Luz*, 242
- Graciela Coelho*, 185
- Hanna Oliveira Silva*, 55
- Helena Biavaschi Grassi*, 174
- Idilva Maria Pires Germano*, 128, 246
- Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento*, 227
- Ingrid Sampaio de Sousa*, 181
- Iris Sunsyaray Mendes Feliciano*, 260
- Isabela Amorim Santiago*, 122
- Isabela Caiafa*, 151
- Ivi Vasconcelos Elias*, 161
- Izabela Beraldo*, 151
- Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha*, 227
- Jennifer Tavares da Silva*, 238
- Jéssica Gabriella de Souza Isabel*, 101
- Jimena de Garay Hernández*, 285
- João Henrique de Sousa Santos*, 149, 191
- Joice Reis*, 151
- José Alves de Souza Filho*, 93, 181, 195
- José Aristeu Fradico Junior*, 287
- José Augusto Gerônimo Ferreira*, 274
- Joyce Esteves Garbazza*, 149
- Juan Filipe Stacul*, 220
- Júlia Carvalho dos Santos*, 183
- Júlia Esteves Bicalho de Almeida*, 57
- Júlia Nogueira Dorigo*, 132, 283
- Júlia Teixeira Silva*, 41
- Juliana Araújo Mesquita*, 176
- Juliana da Silva Guedes*, 199
- Juliana Miranda*, 69
- Juliana Soares Gonçalves*, 159
- Kaanda Barros Ribeiro*, 303
- Kamila Carleto Fernandes*, 119
- Karen Amaral*, 287
- Karla Galvão Adrião*, 83
- Karolina Kuhn Wurdig*, 185
- Kevin Samuel Alves Batista*, 93, 195

- Lais de Araújo Moreira*, 138
Larissa Velasquez de Souza,
115
Lenise Santana Borges, 264,
281
Letícia Gonçalves, 89, 151
Letícia Luque Funayama, 25,
37
*Leticia Rodrigues da Silva
Santos*, 35, 79, 107
Lílian Arão, 172
Lina Maria Brandão de Aras,
189
Lisandra Espíndula Moreira,
105
*Louise de Paula Pinheiro
Gonçalves*, 149
Luana Chaves e Sousa Pereira,
297
Luciana Bastos Neiva, 290
Luciana da Silva Oliveira, 77,
99
Luciana Kind, 12, 191, 211,
218, 260
Luisa Aguiar Mota, 29, 287
*Luisa Carolina Holanda
Pereira*, 181
Magner Miranda de Souza,
109
Maíra Carolina Alves Santos,
149
Maira Guimarães, 254
Mara Marçal Sales, 144
Marcel de Almeida Freitas,
221
Marco Túlio Pena Câmara,
130, 236
*Marena Petra Ferreira
Gonçalves*, 290
*Maria Aparecida Gomes
Ferreira*, 72
*Maria Auxiliadora Teixeira
Ribeiro*, 303
Maria Camila Gabriele Moura,
246
*Maria de Fátima Aranha de
Queiroz e Melo*, 199
*Maria Eduarda Freitas
Moraes*, 185
Maria Ignez Costa Moreira,
17, 85, 87
*Maria Jenusi Marques da
Silva*, 163
Maria Luisa Lelis, 151
Maria Luiza Civiletti, 176
Mariana Carla de Freitas, 290
Mariana G. Boeckel, 174
Mariana Rezende Dini, 197,
234
*Marianne Prado de Oliveira
Zica*, 53
Marina da Silva Assis, 276
Marina Harter Pamplona, 176
Marise Botti, 41
Maristela de Melo Moraes,
157, 294
Maristela Júlia Fernandes, 276
Marta Bastos Catunda, 47
Mauro de Souza Ventura, 232
Meriene Santos de Moraes, 65
Michelle Pessanha, 187

- Mônica Rosa*, 187
Mônica Soares da Fonseca Beato, 41
Naiara Silva, 151
Natasha Chaves Medeiros, 246
Nayene Gonçalves Vieira, 216
Nicolas Pereira Assumpção, 287
Nicole Costa Silva, 74
Olívia Marinho Silva Lima, 41
Patrícia Baroni, 187
Patrícia Chaves do Nascimento, 191, 211
Paula Rita Bacellar Gonzaga, 126, 189
Pauliano Roberto Martins da Silva, 279
Phamela Dadamo, 41
Priscila Fidelis de Souza Lima, 290
Rebeca Áurea Ferreira Gomes Monteiro, 128
Rejane de Souza Correa, 103
Renata Bessa de Holanda, 195
Renata Souto Bolzan, 185
Rose Dayanne Santana Nogueira, 167
Rosely F. M. Arantes, 134
Rosemery Augusta da Silva, 117
Rosineide Cordeiro, 191, 260
Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, 113
Sabrina Mascarenhas, 151
Sara Deolinda Cardoso Pimenta, 262
Shirlei Luana Chaves e Sousa Pereira, 59, 272
Shirleidy Mirelle da Costa Freitas Stratton, 83
Silvana Nazaré Araújo da Ponte Silva, 246
Simone Francisca de Oliveira, 81, 287
Simone Francisca Oliveira, 29
Solange Deciola, 288
Soler Gonzalez, 279
Stephanie C. F. Lima, 195, 201, 246
Suzianne Jackeline Gomes dos Santos, 67
Suzianne Jackeline Gomes Dos Santos, 61
Tâmara Feitosa Oliveira, 67
Tamires Ferreira Coelho, 122, 159
Tamires Ferreira Coêlho, 193
Tânia Júnia Soares, 149
Tatiana Benevides Magalhães Braga, 55, 119
Tatiana Siqueira Trindade, 185
Tatiane Pereira Santos, 111
Tayane Rogeria Lino, 256, 300
Tereza Rodrigues Vieira, 79
Thaís Cecília Brito, 260
Thais Matsunaga Vieira, 25, 37
Thais Reyna Infanzon Vargas, 136
Thalita Rodrigues, 151
Thiago Mikael-Silva, 19

Vanessa Costa Trindade, 155
Vânia Maria Ferreira Vasconcelos, 243
Vívian Matias dos Santos, 238
Vivian Prado Pereira, 41
Walkiria Glanert Mazetto, 21

Wemerson Cardoso Batista,
288
Willi Gomes Miranda, 288
William Antônio Junqueira Fiorini, 288

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO

